Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 6
2.3 - Outras Informações Relevantes 9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 10
3.2 - Medições Não Contábeis 11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 17
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19
3.7 - Nível de Endividamento 20
3.8 - Obrigações 21
3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 48
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 56
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 61
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 62
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 63
4.7 - Outras Contingências Relevantes 65
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 67

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 68

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 75

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 77

5.4 - Programa de Integridade 87

5.5 - Alterações significativas 100

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 101

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 104

6.3 - Breve Histórico 105

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 107

6.6 - Outras Informações Relevantes 108

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 109

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 112

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 113

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 114

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 119

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 120

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 129

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 130

7.8 - Políticas Socioambientais 131

7.9 - Outras Informações Relevantes 132

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 133

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 134

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 135

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 136

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 137

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 138

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 139

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 146

9.2 - Outras Informações Relevantes 149

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 150

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 166

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 170

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 171

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 173

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 176

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 177

10.8 - Plano de Negócios 178

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 180

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 181

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 182

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 183

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 191

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 194

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 196

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 197

12.7/8 - Composição Dos Comitês 203

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 206

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 208

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 214

12.12 - Outras informações relevantes 215

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 219

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 224

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 228

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 231

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 232

13.6 - Opções em Aberto 233

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 234

13.8 - Precificação Das Ações/opções 235

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 236

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 237

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 238

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 239

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 240

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 241

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 242

13.16 - Outras Informações Relevantes 243

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 244

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 246

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 247

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 248

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 250

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 251

15.3 - Distribuição de Capital 254

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 255

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 256

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 257

15.7 - Principais Operações Societárias 258

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 264

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 265

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 266

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 269

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 273

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 274

17.2 - Aumentos do Capital Social 275

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 277

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 278

17.5 - Outras Informações Relevantes 279

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 280

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 281

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 284

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 285

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 286

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 294

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 295

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 296

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 297

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 298

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 299

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 300

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 301

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 302

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 303

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 304

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 305

20.2 - Outras Informações Relevantes 306

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 307

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 309

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 311

21.4 - Outras Informações Relevantes 312

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alexandre Mendes Palhares**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marco Billi**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MARCO BILLI, brasileiro, solteiro, graduado em Relações com Investidores e Economia, portador da cédula de identidade RG n° 30.295.538-0, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 395.608.208-77, na qualidade de Diretor Presidente da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 61.190.096/0001-92, com sede na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castelo Branco, n° 3.565 - Quadra GL, lote A, Ingahi, CEP 06696-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

MARCO BILLI
Diretor Presidente

D4Sign e553cbad-340e-4426-834a-75c8ab4f4392 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 06 de dezembro de 2021, 09:34:12

Declaração 1 1 - Marco pdf

Código do documento e553cbad-340e-4426-834a-75c8ab4f4392

Assinaturas

Marco Billi
marco.billi@eurofarma.com
Assinou

Eventos do documento

03 Dec 2021, 12:17:28
Documento e553cbad-340e-4426-834a-75c8ab4f4392 **criado** por CLAUDIA NASCIMENTO DALL ACQUA (de2c482c-c7e3-4c0b-a8d3-c8d63626d1f2). Email:claudia.faria@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2021-12-03T12:17:28-03:00

03 Dec 2021, 12:18:04
Assinaturas **iniciadas** por CLAUDIA NASCIMENTO DALL ACQUA (de2c482c-c7e3-4c0b-a8d3-c8d63626d1f2). Email: claudia.faria@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2021-12-03T12:18:04-03:00

03 Dec 2021, 20:04:19
MARCO BILLI **Assinou** - Email: marco.billi@eurofarma.com - IP: 186.102.10.1 (186.102.10.1 porta: 13992) - Documento de identificação informado: 395.608.208-77 - DATE_ATOM: 2021-12-03T20:04:19-03:00

Hash do documento original
(SHA256):8771b860619e7dffad06d3cba40434a605a90fdce91cf477fe1220a5b66deb54
(SHA512):80693790e22cdc258bea5ddcf95eb20d1b84dd2852ccf08b57ba5f3eb1b3fe132ecac6b4af1b13f33dda5f1604564e254fd8396e9f6bca7a93afff9579bfeed2

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALEXANDRE MENDES PALHARES, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 43.770.095-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 336.929.188-60, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 61.190.096/0001-92, com sede na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Rodovia Presidente Castelo Branco, n° 3.565 - Quadra GL, lote A, Ingahi, CEP 06696-000 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

ALEXANDRE MENDES PALHARES
Diretor de Relações com Investidores

D4Sign bcfa1cee-7d72-493c-a846-ec8caddab856 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 06 de dezembro de 2021, 09:42:58

Declaração 1 1 - Alexandre pdf

Código do documento bcfa1cee-7d72-493c-a846-ec8caddab856

Assinaturas

Alexandre Mendes Palhares
alexandre.palhares@eurofarma.com
Assinou

Alexandre Mendes Palhares

Eventos do documento

03 Dec 2021, 12:16:03
Documento bcfa1cee-7d72-493c-a846-ec8caddab856 **criado** por CLAUDIA NASCIMENTO DALL ACQUA (de2c482c-c7e3-4c0b-a8d3-c8d63626d1f2). Email:claudia.faria@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2021-12-03T12:16:03-03:00

03 Dec 2021, 12:16:54
Assinaturas **iniciadas** por CLAUDIA NASCIMENTO DALL ACQUA (de2c482c-c7e3-4c0b-a8d3-c8d63626d1f2). Email: claudia.faria@eurofarma.com. - DATE_ATOM: 2021-12-03T12:16:54-03:00

03 Dec 2021, 13:24:21
ALEXANDRE MENDES PALHARES **Assinou** (953bc8f7-1d60-420d-bcd1-b3daba7ca974) - Email: alexandre.palhares@eurofarma.com - IP: 200.212.213.145 (mail.eurofarma.com.br porta: 36076) - Documento de identificação informado: 336.929.188-60 - DATE_ATOM: 2021-12-03T13:24:21-03:00

Hash do documento original
(SHA256):addbbdc576d937c8d9052276ae1bb8e49f428b4094466b35c136323322d7c166
(SHA512):0a1ef6306e0d31b770fdb8d81ec86b2467b85f495926f4eedaea2dd614838aed6f291ab8ed7366be0834e14539a5eb1c6cc6a64ae681981945cedc5b98a6c476

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG - AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	27/02/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à: 2018: (i) Auditoria Externa: auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31.12.18; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.18; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2018 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários. 2019: (i) Auditoria Externa: auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31.12.19; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.19; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2019 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários. 2020: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board IASB referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020; revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos exercícios de 2020, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.20; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais (ESG) do relatório de sustentabilidade de 2020 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: Revisão de compliance de aspectos regulatório ou tributários.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serão pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados R$ 3.644.707,52, sendo: (i) 3.539.054,56 referente aos serviços de auditoria externa relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) R$ 105.672,96 referente aos serviços não relacionados à auditoria externa.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
João Paulo Neves	25/08/2017	597.586.005-91	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8° andar, Torre A, Chácara Santo Antôni, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403046, e-mail: jneves@kpmg.com.br

Wagner Bottino	27/02/2012	136.032.508-50	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8° andar, Torre A, Chácara Santo Antôni, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403129, e-mail: wbottino@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	2.765.208.000,00	2.476.430.000,00	2.188.051.000,00
Ativo Total	6.312.105.000,00	4.734.424.000,00	3.520.739.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	5.723.191.000,00	4.828.144.000,00	3.701.854.000,00
Resultado Bruto	3.598.172.000,00	3.205.426.000,00	2.451.885.000,00
Resultado Líquido	848.970.000,00	579.241.000,00	491.617.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	855.863.854	1.332.908.215	1.323.569.647
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,230897	1,857915	1,653144
Resultado Básico por Ação	0,954630	0,407020	0,371640
Resultado Diluído por Ação	0,95	0,41	0,37

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em R$ milhares, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	1.280.831	906.860	713.761
Margem EBITDA	22,4%	18,8%	19,3%

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhares de reais, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	848.970	579.241	491.617
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	152.147	94.396	104.163
(+) Resultado financeiro líquido	85.511	76.606	23.677
(+) Depreciações e amortizações	194.203	156.617	94.304
EBITDA	**1.280.831**	**906.860**	**713.761**
Receita líquida	5.723.191	4.828.144	3.701.854
Margem EBITDA	**22,4%**	**18,8%**	**19,3%**

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são as medidas mais apropriadas para a correta compreensão das suas atividades, de sua condição financeira, do resultado de suas operações e da sua geração de caixa. Adicionalmente, estas medidas são as métricas normalmente utilizadas no mercado e por investidores para analisar as operações da Companhia e permitir a comparabilidade com as demais empresas que atuam no mercado farmacêutico.

Embora as medidas não contábeis EBITDA e a Margem EBITDA sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise e avaliação de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Ocorreram os seguintes eventos após as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

(a) Reorganização societária nas subsidiárias Eurofarma Argentina Laboratórios Buxton S.A.:

Em 01 de janeiro de 2021, Companhia aprovou operação de Fusão por Incorporação entre suas subsidiárias Eurofarma Argentina e Laboratórios Buxton ambas localizadas na Argentina. Desta forma, Buxton será dissolvida e seu patrimônio será incorporado na Eurofarma Argentina sendo que as ações detidas pela Companhia na Buxton serão convertidas em ações da Eurofarma Argentina

(b) Pagamento aquisição de ativo da Hypera:

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento à Hypera no valor de R$ 866.566 mil (correspondente USD 161.000 mil) referente ao "*Quota Purchase Agreement*" ("Contrato") celebrado em 17 de março de 2020 para a compra do portfólio de 12 produtos farmacêuticos para 6 países da América Latina (México, Argentina, Colômbia, Equador, Panamá e Peru). Com essa transação, a Companhia contará com uma robusta plataforma para o México, segundo maior mercado farmacêutico da região, sendo que a aquisição está alinhada com o objetivo estratégico da Companhia se posicionar como uma competidora regional de relevância na América Latina. Adicionalmente, foi efetuado pagamento de R$ 571 mil referente à licença da marca Venalot (equivalente à transferência de contrato mais renovação por 10 anos).

(c) Liquidação antecipada da totalidade das operações de *hedge*:

Em janeiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente todas as operações de *hedge* reportadas na nota explicativa Instrumentos Financeiros obtendo um ajuste positivo de R$ 52.501 mil, sendo R$ 51.553 mil referente à proteção de câmbio do pagamento da aquisição dos ativos da Hypera R$ 948 mil das proteções de câmbio das importações de insumos da Companhia.

(d) Resgate antecipado parcial das Notas Comerciais da 2ª, 3ª e 4ª séries da 5ª emissão:

Em fevereiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 370.453 mil pelo resgate antecipado parcial de 71 Notas *da* 2ª, 3ª e 4ª séries da 5ª emissão da Companhia com vencimentos em abril de 2021, outubro de 2021 e abril de 2022, respectivamente. O resgate teve como objetivo rolagem da dívida com emissão de uma cédula de crédito bancário com prazo de 5 anos mencionada no item "e".

(e) Emissão de Cédula de Crédito Bancário nº 1033745:

Em fevereiro de 2021, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R$ 365.000 mil, com fluxo de pagamento do valor principal para fevereiro de 2024, janeiro de 2025 e janeiro de 2026 e fluxo de pagamento dos juros remuneratórios semestrais pelo período de 5 anos, com taxa de CDI + 5,40%.

(f) Emissão de notas promissórias

Em abril de 2021, foi efetuada a emissão de notas promissórias no valor de R$ 370.000 mil, com vencimento do principal e juros em 14/10/2021, 14/04/2022, 14/10/2022, 14/04/2023, 14/10/203, 14/04/2024, 14/10/2024, 14/04/2025, 14/10/2025 e 14/04/2026, e juros remuneratórios de 1,80% do CDI para os vencimentos de 14/10/2021 e 14/04/2022, 1,85% do CDI para os vencimentos de

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

14/10/2022, 14/04/2023, 14/10/2023 e 14/04/2024, 1,90% do CDI para os vencimentos de 14/10/2024 e 14/04/2025 e 1,95% para os vencimentos de 14/10/2025 e 14/04/2026.

O contrato dessa emissão prevê cláusula restritiva de índice financeiro: endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três até 30 de novembro de 2024. Após esta data, o endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três e meio.

(g) Remessa para partes relacionadas

Em 27 de maio de 2021, a Companhia efetuou remessa no montante de R$ 70.654 mil para sua controlada Eurofarma Colômbia, referente ao pagamento por aquisição de seis produtos da Farmacêutica Grunenthal.

(h) Recebimento de financiamento

Em julho de 2021, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R$ 95.117 mil referente ao 3º desembolso do financiamento, com fluxo de pagamento do valor principal de dezembro de 2022 a novembro de 2030 e encargos calculados pelo IPCA + 0,7416% a.a. trimestrais durante o período de carência, fixado em 36 (trinta e seis) meses e compreendido entre 11/11/2019 a 15/11/2022 e mensalmente nos dias 15 (quinze), durante o período de amortização a partir de 15 de dezembro de 2022, juntamente com as contraprestações vincendas de principal.

(i) Aumento de capital

Por meio de ata de assembleia geral extraordinária foram realizados os seguintes aumentos de capital: em 09 de março de 2021 no valor de R$ 2.000 mil, em 08 de abril de 2021 no valor de R$ 851 mil e em 16 de novembro de 2021 no valor de R$ 36.310 mil.

O aumento de capital de 16 de novembro de 2021 foi realizado exclusivamente e no limite do valor necessário para adequar o saldo da reserva lucros ao disposto no artigo 199 da Lei 6.404/76 (o saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social).

(j) Distribuição de Dividendos

Por meio de ata de assembleia geral extraordinária houve distribuição de dividendos extraordinários no valor de R$ 121.820 mil em 17 de agosto de 2021, R$ 350 mil em 26 de agosto de 2021, R$ 3.400 mil em setembro/2021 e antecipação de dividendos no valor de R$ 3.152 mil em agosto/21 e R$ 3.095 mil em setembro/2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Dos lucros líquidos eventualmente apurados, deduzir-se-ão obrigatoriamente: a) 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, respeitadas as disposições legais aplicáveis.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Reserva Legal: R$ 40.851.510,00 Reserva de Lucros: R$ 328.060.859,11 Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 198.166.163,79	Reserva Legal: R$ 27.126.366,42 Reserva de Lucros: R$ 127.571.892,01 Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 172.916.222,97	Reserva Legal: R$ 24.594.242,25 Reserva de Lucros: R$ 165.748.297,92 Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 87.852.418,28
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5,741% Reserva de Lucros: 46,103% Reserva com Incentivos Fiscais: 27,849%	Reserva Legal: 6,564% Reserva de Lucros: 30,871% Reserva com Incentivos Fiscais: 41,844%	Reserva Legal: 6,593% Reserva de Lucros: 44,430% Reserva com Incentivos Fiscais: 23,549%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as	As notas promissórias e debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusula restritiva para o pagamento de dividendos, acima do mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com as	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
	obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos.	obrigações pecuniárias de seus respectivos instrumentos.	
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	578.012.526,17	342.484.739,07	379.438.184,37
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	30,204321	22,302956	22,482367
Dividendo distribuído total	144.503.131,54	85.621.184,77	94.859.546,09
Lucro líquido retido	567.078.532,90	327.614.481,40	278.194.958,45
Data da aprovação da retenção	26/05/2021	30/04/2020	25/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	50.364.193,50	01/10/2020	119.953.093,85	29/11/2019	108.815.070,46	28/11/2018
Ordinária	55.084.341,94	16/04/2021				
Ordinária			9.338.568,34	30/12/2019		
Ordinária					10.015.269,80	28/12/2018
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	128.494.823,44	16/04/2021	2.665.392,95	08/01/2019	2.257.636,01	17/07/2018
Ordinária	1.703.400,84	06/03/2020				
Ordinária	2.627.887,12	07/05/2021				
Ordinária	368.741,85	06/03/2020				
Ordinária	1.300.000,00	04/06/2021				
Ordinária	4.007.035,47	07/04/2020				
Ordinária	3.102.512,71	08/06/2021				
Ordinária	616.466,99	07/04/2020				
Ordinária	3.425.823,33	07/07/2021				
Ordinária	30.832.988,20	30/04/2020				
Ordinária	800.000,00	08/07/2021				
Ordinária	1.881.345,02	08/05/2020				
Ordinária	3.469.704,92	06/08/2021				
Ordinária	2.409.822,08	05/06/2020				
Ordinária	950.000,00	10/08/2021				
Ordinária	2.290.264,27	07/07/2020				
Ordinária	332.380,02	07/10/2021				
Ordinária	2.450.509,23	07/08/2020				
Ordinária	2.688.897,75	08/09/2020				
Ordinária	2.825.623,60	07/10/2020				
Ordinária	2.913.159,40	09/11/2020				
Ordinária	2.725.767,57	07/12/2020				
Ordinária	110.000,00	15/12/2020				
Ordinária	460.313,36	07/12/2020				

Ordinária		3.440.401,32	08/01/2021				
Ordinária		7.523.857,93	15/01/2021				
Ordinária		1.243.531,00	07/01/2021				
Ordinária		1.200.000,00	04/02/2021				
Ordinária		2.399.334,22	05/02/2021				
Ordinária		1.278.000,00	04/03/2021				
Ordinária		4.082.683,54	05/03/2021				
Ordinária		5.230.359,93	08/04/2021				
Ordinária		938.681,20	16/04/2021				
Ordinária		2.756.714,61	08/01/2020				
Ordinária		1.881.719,70	07/02/2020				
Ordinária		0,03	06/03/2020				
Ordinária		693.421,18	06/03/2020				
Ordinária				1.309.889,88	07/02/2019		
Ordinária				2.162.115,04	08/03/2019		
Ordinária				3.489.073,94	11/03/2019		
Ordinária				3.274.246,70	05/04/2019		
Ordinária				1.721.423,99	08/05/2019		
Ordinária				1.795.818,89	07/06/2019		
Ordinária				2.248.172,77	05/07/2019		
Ordinária				2.385.460,75	07/08/2019		
Ordinária				2.616.182,77	06/09/2019		
Ordinária				2.319.151,35	07/10/2019		
Ordinária				2.798.423,92	07/11/2019		
Ordinária				44.999.999,97	02/02/2019		
Ordinária				2.634.603,95	06/12/2019		
Ordinária						2.070.908,96	07/08/2018
Ordinária						2.340.740,62	10/09/2018
Ordinária						2.091.462,25	05/10/2018
Ordinária						2.172.959,52	08/11/2018
Ordinária						2.174.026,34	03/12/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a administração da Companhia propôs a distribuição extraordinária de dividendos, com base em reservas de lucros, no montante de R$ 86.292 mil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a administração da Companhia propôs a distribuição extraordinária de dividendos, com base em reservas de lucros, no montante de R$ 34.905 mil.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	3.546.898.698,59	Índice de Endividamento	1,28268848	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	161.958.591,24	323.917.182,48	0,00	485.875.773,72
Financiamento	Quirografárias		22.205.642,27	21.194.889,77	103.017,95	0,00	43.503.549,99
Empréstimo	Quirografárias		71.800.000,00	990.805.374,90	192.422.795,33	0,00	1.255.028.170,23
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Nota promissória e alienação fiduciária / fiança bancária	60.161.528,67	94.151.444,01	36.170.406,82	31.941.606,04	222.424.985,54
Total			154.167.170,94	1.268.110.299,92	552.613.402,58	31.941.606,04	2.006.832.479,48

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
A diferença entre o total do quadro acima e o total das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refere-se aos valores dos custos a apropriar das operações de Debêntures (R$ 7.078.123,23), Notas Promissórias (R$ 4.099.137,94) e BNB (R$ 710.069,26).

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações Adicionais ao Item 3.5

A Companhia informa que os juros sobre capital próprios reportados em 30/12/2019, 28/12/2018 e 28/11/2018, foram capitalizados em tais datas, sem que tenha havido o pagamento direto aos acionistas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as nossas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, reputação, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para nós.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", cabe ressaltar que determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da mesma seção.

(a) Riscos relacionados à Companhia

Podemos não conseguir implementar totalmente nossa estratégia de negócios.

Nossa habilidade de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

· proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;

· atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais e identificar com êxito oportunidades em novos mercados;

· desenvolver com êxito novos conceitos de produtos, identificar novas tecnologias e fabricar produtos que respondam às demandas atuais do mercado;

· investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

· continuar a expansão de nossa base de clientes, com foco no aumento da demanda por nossos produtos por meio de relacionamento com consumidores e a comunidade médica brasileira e internacional.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Um elemento crítico de nossa estratégia é a nossa habilidade de renovar e desenvolver nosso portfólio de produtos e marcas. Se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade intelectual protegida que nos impeça de desenvolver novos conceitos para produtos, oferecer produtos diversificados ou se as exigências legais impuserem limites nas matérias-primas e tecnologias que podemos utilizar, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos consumidores finais. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, na busca pela renovação e desenvolvimento do nosso portfólio, poderemos perder competitividade, devido à possíveis inadequações de estratégias para enfrentar as mudanças no mercado, como o surgimento de novos modelos de negócio disruptivos que podem transformar a indústria farmacêutica, que mudam a estrutura de distribuição e/ou comercialização de medicamentos permitindo e ampliando o mercado para novos entrantes, como por exemplo a impressão de pílulas em 3D diretamente no ponto-de-venda, a possibilidade de venda de medicamentos com marcas próprias pelas grandes cadeias de farmácias e pontos-de-venda, o fracionamento de medicamentos e venda direta e customizada de acordo as prescrições para os pacientes, semelhante ao pill *pack* [1]da Amazon, dentre outros.

Adicionalmente, caso falhemos na preparação e capacitação do nosso processo produtivo, não seremos capazes de obter as certificações das agências sanitárias dos Estados Unidos da America e da União Europeia (FDA- Food, and Drug Administration e EMA- European Medicines Agency) para atuar em mercados internacionais mais regulados, como os Estados Unidos e Europa, o que pode prejudicar nossa estratégia de expansão da nossa base de cliente.

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional, tais como Aché , Hypera, NC Farma, Libbs no mercado Nacional e Pfizer, Sanofi, Novartis, MSD, AstraZeneca no mercado internacional, dentre outras. Ademais, algumas dessas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, competindo assim com a maior parte de nossas linhas de produtos.

Em escala global, alguns de nossos competidores possuem recursos financeiros e de *marketing* substanciais, têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital e a tecnologias, maiores bases

[1] Serviço de entrega ao cliente com base em suas receitas médicas, reunindo em pequenos envelopes as medicações na quantidade correta que foram a ele prescritas, bem como com as instruções com relação aos dias e horários para ingestão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de consumidores e maior variedade de produtos ofertados. Adicionalmente, em níveis diferenciados, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem sucedidos em determinadas linhas de produtos e/ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e melhores campanhas de *marketing* de forma que a competição com tais concorrentes no mercado em que atuamos pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Poderemos vir a ter que aumentar nossos gastos com *marketing* e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos. O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas sobre a sua aceitação e efeito nos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.

Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, desastres naturais ou outros acidentes podem afetar nossa produção, instalações, principalmente os parques fabris, e estrutura de custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, danos causados por desastres naturais, danos ambientais ou outros acidentes podem danificar ou destruir nossa produção ou instalações, principalmente nossos parques fabris, matérias primas e estoques, o que acarretaria um impacto adverso relevante na continuidade das nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, interrupções duradouras no fornecimento de água, energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nos nossos parques fabris podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos.

Além disso, a ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós.

Ainda nesse sentido, uma vez que centralizamos os equipamentos únicos para fabricação de medicamentos de alta importância para o mercado, sem flexibilidade e *backups* para continuar sua produção em outros sites, e sem plano de continuidade para eventuais ocorrências de paralisação em alguma linha de produção, as interrupções decorrentes dos casos de acidentes, desastres naturais ou incêndios, podem acarretar um impacto operacional relevante em nossas atividades, bem como em nossa situação financeira.

Estamos expostos a riscos que podem comprometer a nossa eficiência operacional, gerando custos superiores aos ideais.

Desde a aquisição de insumos até a comercialização dos produtos fabricados por nós, existem diversos processos operacionais necessários para viabilização do nosso negócio (aquisição de matéria-prima / equipamentos necessários para a produção, obtenção de alvarás exigidos pelos órgãos regulatórios, cumprimento de requisitos da agência de saúde local para registro dos produtos, bom relacionamento comercial com distribuidores, dentre outros).

A não formalização desses processos, sua errônea execução ou então a limitação da tecnologia empregada nos mesmos podem interferir diretamente na nossa eficiência, levando ao descarte dos produtos e/ou ao retrabalho nas etapas envolvidas para sua produção e comercialização, gerando custos superiores aos ideais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações (S&P), o que pode causar um efeito adverso relevante nas atividades e resultados operacionais da Companhia.

O fornecimento de medicamentos pela Companhia pode vir a ser prejudicado em razão de dificuldade no acompanhamento e resolução dos fatores que influenciam a assertividade do Planejamento de Vendas e Operações, considerando fatores críticos como, informações reais de vendas, previsão de vendas, produção, níveis de estoque, produtos faltantes por excesso de demanda ou outro motivo, planejamento e compra de suprimentos, dentre outros.

Acreditamos que a identidade de nossas marcas é essencial para o sucesso de nosso negócio. Se não pudermos utilizar de forma eficaz ou proteger qualquer uma de nossas marcas, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente.

Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluíram várias aquisições e atualmente incluem a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Atualmente, temos mais de 6361 marcas depositadas ou registradas, sendo 937 no Brasil e o restante nos demais países onde a Companhia atua. No entanto, não podemos garantir que nossas marcas não serão violadas nem que os nossos pedidos de registro de marca em andamento serão deferidos pelo INPI ou pelo respectivo órgão responsável dos países onde a Companhia atua ou, então, que os nossos registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros.

Ainda, caso a titularidade de qualquer de nossas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso ou validade, podemos ser proibidos de continuar a explorá-la. A ocorrência de qualquer um destes fatores poderá diminuir o valor de nosso conjunto de marcas e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, nossas marcas e identidade corporativa podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à nossa imagem. As decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores como o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, preços e preferências subjetivas de cada consumidor. Se: (i) nossa estratégia de *marketing*, incluindo campanhas publicitárias e promocionais, não tiver êxito; (ii) formos incapazes de entregar novos produtos ou tecnologias que atendam às demandas do mercado; (iii) não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços; ou (iv) por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores sejam mais atrativos, nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversa e materialmente afetados.

Nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance podem não ser suficientes para evitar sanções regulatórias, de natureza administrativa cível e/ou criminal, danos à

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossa reputação, ou outros efeitos adversos aos nossos negócios, resultados e situação financeira.

Estamos sujeitos a diferentes estruturas regulatórias, tais como: (i) leis e regulamentos do setor farmacêutico brasileiro; (ii) leis e regulamentos que se aplicam a empresas de capital aberto com valores mobiliários negociados no mercado de capitais brasileiro, como a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada e a regulamentação da CVM; (iii) leis e regulamentos que se aplicam às empresas brasileiras que participam de concorrências públicas para contratação com o Poder Público, e (iv) leis e regulamentos que se aplicam à segurança da informação de pessoas físicas, entre outras. Ainda, a Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antissuborno, antilavagem de dinheiro, antitruste e outras leis e regulamentos internacionais e é obrigada a observar as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil, Estados Unidos e pode vir a estar sujeita a tais leis e regulamentos em outras jurisdições, incluindo a Lei n° 12.846/2013 e ao Decreto n° 8.420, de 18 de março de 2015 (em conjunto, "Lei Anticorrupção"), que determina a responsabilidade objetiva de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como regulamentação dos diversos países em que operamos. Nossas políticas, procedimentos internos, processos de compliance e de controles internos podem vir a não ser suficientes para prevenir ou detectar as práticas inadequadas, fraudes, comportamento desonesto ou violações de leis a que estamos sujeitos por parte de qualquer pessoa agindo em nosso nome, interesse ou benefício, nossos acionistas, afiliadas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, administradores, empregados, agentes e prestadores de serviços ou que tais pessoas não pratiquem ações violando nossas políticas e procedimentos, especialmente perante o Poder Público.

Não podemos evitar que nosso nome venha a ser envolvido em processos judiciais ou administrativos visando a apuração de infrações contra a administração pública que redundem, entre outras sanções, em inabilitação para contratação com o Poder Público ou impedimento para usufruir de benefícios fiscais. Uma decisão administrativa e/ou uma sentença judicial de decretação de sanções por improbidade, ou outros atos contra a administração pública, como definidos pela Lei Anticorrupção e mencionados acima, que sejam decorrentes de eventual descumprimento das leis aplicáveis, dos contratos celebrados e de outras normas por parte dos nossos acionistas, administradores, empregados, fornecedores e demais colaboradores ou por parte de quaisquer pessoas agindo em nosso nome, interesse ou benefício, pode resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal, em indenizações trabalhistas, ambientais e em condições de segurança impróprias, bem como na perda de licenças operacionais, com nossa decorrente responsabilização para indenizar de forma subsidiária ou solidária, proibição de licitar com órgãos públicos/contratar com órgãos públicos, perda ou inelegibilidade ao recebimento de benefícios e incentivos fiscais, afastamento de nossos administradores, pagamento de multas com base em faturamento, dentre outros, o que pode afetar adversamente nossos resultados, bem como afetar a cotação dos nossos valores mobiliários, nossa imagem e reputação.

Foram identificadas deficiências significativas nos nossos controles internos e, se não formos capazes de adotar as medidas corretivas necessárias, podemos não ser capazes de reportar nossos resultados de forma adequada e ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Como parte do nosso processo de preparação das demonstrações financeiras para exercício social em 31 de dezembro de 2020 foram identificadas 15 deficiências significativas de controles internos. Não há garantias de que nossos esforços de remediação serão bem-sucedidos. Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas outras deficiências ou deficiências significativas nos nossos controles internos. Se nossos sistemas e controles não estiverem operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de reportar nossos resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficiência nos nossos sistemas, políticas ou controles internos poderá causar um efeito adverso relevante em nossos resultados. Para mais informações sobre as deficiências significativas, ver item 5.3(d) e (e) deste Formulário de Referência.

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

As principais matérias-primas utilizadas na fabricação, embalagem e transporte de nossos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, especialmente os insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros, cujos preços são denominados principalmente em dólar norte-americano, tais como insumos biológicos e biotecnológicos. Tais oscilações, uma vez que acarretam um aumento no valor de tais insumos, poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

Adicionalmente, podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos e outros custos operacionais relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Não realizamos a contratação de hedge cambial para nossas compras de matéria-prima realizadas em moedas estrangeiras, o que poderá causar um efeito negativo relevante sobre os resultados das operações e na nossa situação financeira.

Atualmente, não celebramos instrumentos de *hedge* cambial para a principal exposição cambial relativa às variações dos preços das matérias-primas que importamos. As principais matérias-primas utilizadas por nós estão atreladas a preços do mercado internacional, expressos principalmente em dólares norte-americanos.

Em períodos de alta volatilidade das taxas de câmbio, principalmente dólar/real, os preços dos medicamentos podem aumentar abruptamente para nós, sendo que não podemos garantir que seremos capazes de repassar tais custos imediatamente a nossos clientes, o que poderá causar um efeito negativo relevante nos resultados de nossas operações e sobre nossa situação financeira. Para maiores informações, vide fator de risco "*A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, nos afetar.*" deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não ser capazes de cumprir os covenants financeiros e as obrigações impostas em nossos contratos de financiamento podendo, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos financeiros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Certas condições econômicas, financeiras e setoriais que independem do nosso controle podem impactar adversamente a nossa capacidade de cumprir com os *covenants* financeiros, bem como outras obrigações pecuniárias contidas nos nossos contratos de financiamento.

Caso (i) não sejamos capazes de obter *waivers* ou aprovações necessárias de nossos credores com relação aos contratos que eventualmente sejam inadimplidos; ou (ii) não tenhamos recursos suficientes para pagar nossas dívidas tempestivamente, o que poderá ocorrer por diversas razões que afetem adversamente nossa situação econômico-financeira, poderá ser declarado o vencimento antecipado dos contratos de financiamento da Companhia devido à existência de cláusulas de cross default e/ou de cross acceleration, conforme descritas no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Caso parte relevante ou todos os nossos contratos financeiros sejam vencidos antecipadamente nossa situação financeira e, consequentemente, nossa capacidade de pagamento de dívidas será afetada de forma material e adversa, podendo até mesmo resultar em nossa insolvência. Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades ou limitações no acesso a novas linhas de financiamento, o que pode prejudicar a execução de nosso plano de investimentos, afetando de forma material e adversa nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para mais informações, ver Seção 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Nossos parques fabris podem vir a tornar-se uma desvantagem competitiva no nosso mercado de atuação em razão dos custos aplicados a esses ativos.

As nossas empresas concorrentes têm feito movimentos de terceirização da produção e redução das dimensões de seus parques fabris a fim de otimizar seus custos. Considerando que temos atualmente 9 parques fabris, divididos da seguinte forma, 1 localizado na Argentina, 2 no Chile, 1 no Uruguai, 1 no Peru, 1 na Guatemala e 3 no Brasil (Itapevi, Ribeirão Preto e Montes Claros, esta última em construção), além de 1 parque fabril em São Paulo, o qual pertence a nossa controlada Momenta, a depender do desenvolvimento do nosso modelo de negócios, eles podem tornar-se uma desvantagem competitiva, uma vez que teremos custos maiores que nossos concorrentes.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos desnecessários, acompanhados de baixa eficiência e eficácia dos processos operacionais devido à falta de processos estruturados do parque fabril, o que significa por exemplo, que podemos realizar investimos altos em equipamentos que podem apresentar baixa adaptação aos nossos processos operacionais, acarretando assim um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem nos afetar adversamente e criar obrigações relevantes.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes para nós, principalmente em processos de matérias tributárias. Somos, juntamente com nossas controladas, rés em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, ambiental e trabalhista. Ademais, poderemos ser, no futuro, rés em novos processos judiciais e/ou administrativos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(perante autoridades administrativa e/ou judiciais, tais como, a título de exemplo, trabalhistas, tributárias, regulatórias, criminais, ambientais, concorrenciais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos dos quais somos parte envolvem matérias relevantes que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira, além de afetar nossa condição reputacional de forma negativa.

Da mesma forma, um ou mais administradores da nossa Companhia podem vir a ser parte em processos judiciais e administrativos cuja instauração e/ou resultado podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, sua capacidade de contratar com o Poder Público e/ou de fazer jus à benefícios e incentivos fiscais.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos dos quais somos parte, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

Poderemos enfrentar situações de conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Mantemos contratos de prestação de serviços com partes relacionadas identificadas na seção 16 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas podem ser concretizadas em situações de conflito de interesse entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderemos vir a ser negativamente impactados no âmbito reputacional, bem como termos um impacto negativo adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

Mudanças na nossa alta administração e a eventual impossibilidade de reter, atrair e recolocar pessoal qualificado podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Os nossos negócios dependem da capacidade, experiência e qualificação profissional da nossa alta administração para garantir a etapas dos processos devido à ausência de processos estruturados e automatizados que independam da ação dos operadores. Adicionalmente, para execução do nosso plano de expansão, dependemos de pessoas que consigam administrar nossas operações internacionais, sobretudo para gestão e fornecimento de inteligência e suporte operacional e de processo.

Poderemos não ser capazes de manter ou repor esses profissionais experientes e conhecedores dos nossos negócios, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico. Ainda, não possuímos um plano de sucessão formalizado, de modo que podemos não ser capazes de substituir de maneira adequada e no momento apropriado membros que ocupam posições-chave na Companhia, caso esses cargos fiquem vagos por ocasião de renúncia, aposentadoria ou morte de tais pessoas. A perda de membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos resultados operacional e financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A concorrência entre nossos próprios produtos sob marcas distintas mas com o mesmo princípio ativo pode afetar negativamente nossas margens e, consequentemente, nosso resultado operacional.

Possuímos como estratégia de lançamento, a fabricação de medicamentos com o mesmo princípio ativo em diversas unidades de negócio (Farma, Supera, Momenta, Genérico). Em situações de crise econômica ou maior competitividade nos mercados internos e externos, poderemos privilegiar a produção de medicamentos genéricos, os quais podem prejudicar a venda dos produtos da Farma, além de reduzir as nossas margens de lucro.

Cabe salientar que fábricas de primeira linha tornam o custo de produção alto frente aos seus concorrentes para produtos com muita concorrência e briga por preço (similares e genéricos). Ainda, poderemos ter nossas margens e resultado operacional negativamente afetados também em razão da imprecisão nos estudos de viabilidade comercial (precificação, previsibilidade de receita) de medicamentos inovadores ao serem consideradas nas análises projeções com base nos medicamentos genéricos.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios e de nossas controladas depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações e das nossas controladas. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimentos globais e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Até a presente data, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos.

Cabe destacar que, assim como nos demais países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas da COVID-19, fato que pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil e no mundo. No momento presente, a cepa Delta é mais contagiosa e potencialmente mais letal do que as demais, ocasionando um alerta quanto ao seu avanço mundial e acelerando novas medidas de restrições sociais. Nós e nossas controladas não podemos garantir que outros surtos regionais ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, nós e nossas controladas não temos como garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios. As novas cepas do vírus e o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aumento no número de casos podem causar efeitos em nós e em nossas controladas, tais como redução da atividade econômica e restrição de mobilidade que podem impactar adversamente o potencial de consumo da população e a necessidade de redução da atividade produtiva, respectivamente. Ainda, eventual contaminação de colaboradores pelas novas cepas da COVID-19 pode acarretar uma redução da atividade operacional, que poderá causar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas controladas.

Como resultado da pandemia da COVID-19, os colaboradores da Companhia e de suas controladas intensificaram o trabalho remoto, principalmente com a implementação da visita remota para toda força de vendas da Companhia, e é possível que esse novo formato impacte negativamente a execução dos planos de negócios e operações comerciais da Companhia e de suas controladas. O trabalho remoto pode vir a influenciar a produtividade dos colaboradores da Companhia e de suas controladas. Destaca-se, que a produção fabril não foi interrompida em nenhum momento ao longo da pandemia da COVID-19. Caso a pandemia da COVID-19 se mantenha inalterada ou se agrave, é possível que a Companhia e/ou suas controladas tenham despesas adicionais relacionadas a (i) substituição temporária de colaboradores afastados em razão da doença, (ii) medidas e equipamentos de segurança contra pandemia, (iii) contratação de mão de obra terceirizada para cobrir a produção com o aumento de demanda de produtos relacionados ao COVID-19, como exemplo, o brometo de rocurônio, dexmedetomidina e ceftriaxona; e (iv) outras ações para continuidade das operações comerciais.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia e de suas controladas depende de desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis mesmo com o que já foi apresentado até o momento, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especial no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, não é possível estimar de forma razoável se o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 poderá exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados nesta seção do Formulário de Referência. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia.

Os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas e resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas que venham a ingressar na Companhia e que podem não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais. Além disso, nossos acionistas controladores podem vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o nosso controle societário. Qualquer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mudança no nosso controle pode afetar materialmente nossa administração, nossos negócios, resultados operacionais e nossa condição financeira.

(c) Riscos relacionados a seus acionistas

Acreditamos que não estamos expostos, atualmente, a quaisquer riscos relevantes cuja fonte sejam nossos acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

(d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados a nós, conforme descritos no item (a) acima. Não obstante, considerando que, parte das nossas controladas ou coligadas está sediada fora do Brasil, para mais informações sobre os riscos envolvendo essas controladas ou coligadas, vide o item "4.1 (i)" abaixo.

(e) Riscos relacionados a seus fornecedores

Alguns insumos necessários para a produção de alguns dos medicamentos fabricados por nós possuem fornecedores únicos cadastrados na ANVISA e a interrupção do fornecimento de tais insumos pode afetar nosso desempenho operacional e financeiro e, ainda, nossa reputação.

Alguns dos medicamentos comercializados por nós são produzidos a partir de insumos que possuem fornecedores únicos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil, como por exemplo: Etinilestradiol, Enoxaparina Sódica, Fumarato de Quetiapina, Dipropionato Betametasona, Sulfato Polimixina e Cloridrato Sertralina, bem como aqueles adquiridos de terceiros, os quais representam 22% do nosso faturamento total e 50% do faturamento, considerando apenas os produtos com fornecedores únicos.

Como tais fornecedores estão cadastrados na ANVISA e sua substituição depende do cadastramento e homologação de novos fornecedores, o que pode demorar mais de um ano, qualquer evento adverso que venha a comprometer operacionalmente as atividades desses fornecedores, de forma conjunta ou isolada, bem como a dificuldade de desenvolvimento de um fornecedor alternativo em caso de impossibilidade dos fornecedores iniciais, pode nos expor a riscos relacionados à incapacidade de produção de alguns desses medicamentos, o que pode afetar negativamente nosso desempenho operacional e financeiro.

Se não formos capazes de obter matérias-primas (insumos), incluindo princípios ativos ou medicamentos, ou se os custos das matérias-primas que utilizamos ou medicamentos que importamos aumentarem substancialmente, nossa operações poderão ser adversamente impactadas.

Dependemos de terceiros para obtenção de matérias-primas, incluindo princípios ativos e medicamentos, as quais estão, no geral, disponíveis junto a um número limitado de fornecedores, especialmente devido à ausência de indústrias de química fina no Brasil, com forte concentração em grandes multinacionais ou da Índia e China. Ainda, não dispomos de contratos formais de fornecimento de longo prazo para as matérias-primas que utilizamos e boa parte dos insumos que adquirirmos advêm do mercado internacional.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim, estamos expostos ao risco de fornecimento de matérias-primas e medicamentos em termos satisfatórios ou mesmo de interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, de falência ou interdição de nossos fornecedores. Qualquer restrição na disponibilidade de matérias-primas poderá influenciar no aumento dos custos de produção, comprometer a produção ou gerar outros atrasos e, no caso de produtos para os quais haja apenas um fornecedor de matéria-prima ou um fornecedor de medicamento, poderá resultar em um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados.

Além disso, o preço dos princípios ativos pode oscilar de forma relevante em um curto período de tempo, inclusive em decorrência de boa parte de os insumos e medicamentos adquiridos por nós estar referenciada em moeda estrangeira, sendo que um aumento substancial nos custos de princípios ativos poderá afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados.

Ademais, pelo fato de que as autoridades regulatórias em geral terem que aprovar previamente as origens de princípios ativos para produtos farmacêuticos, as mudanças nos fornecedores de princípios ativos poderão resultar em atrasos e aumento dos custos de produção e, consequentemente, perdas nas vendas e de clientes.

Quando importamos princípios ativos ou outras matérias-primas de países onde não operamos, estamos sujeitos à regulamentação aduaneira, barreiras sanitárias e agropecuárias além de outras liberações governamentais, encargos e regulamentação pelos países de origem. As imposições de tais regramentos impactam no tempo de atuação dos órgãos governamentais, de forma que a eventual morosidade pode acarretar, inclusive, na materialização do risco de perecimento das matérias-primas. A ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima poderá afetar de maneira adversa nossos negócios, resultados e nossa situação financeira.

Dependemos de alguns fornecedores exclusivos para fabricação de produtos específicos e qualquer evento adversos envolvendo tais fornecedores poderá nos impactar negativamente.

Alguns de nossos produtos são fabricados a partir de insumos e matérias-primas de fornecedores exclusivos. Caso tais fornecedores não sejam capazes de entregar os insumos por eventos adversos ou pelo aumento do volume da nossa produção, a continuidade da produção de tais medicamentos poderá ser inviabilizada, o que pode nos impactar negativamente.

Ainda, alguns de nossos fornecedores, potencialmente, podem também ser nossos concorrentes. Caso isso aconteça e o fornecimento de insumos seja interrompido, seremos obrigados a buscar fornecedores alternativos, o que nem sempre é factível considerando as condições de mercado. Nesse cenário, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

(f) Riscos relacionados a seus clientes

Dependemos de alguns clientes que contribuem com parte significativa de nossa receita operacional líquida, e que são também distribuidores de nossos produtos, o que apresenta riscos comerciais e operacionais, podendo afetar adversamente nossas operações e resultados financeiros.

Considerando que os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda detêm uma parcela significativa de nossas vendas, vide item 7.4

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(a) deste Formulário de Referência, caso não sejamos capazes de manter as parcerias ou relações comerciais que temos na data deste Formulários de Referência com esses clientes, visando a venda dos produtos fabricados por nós, poderemos ter um impacto adverso em nossos negócios. Ainda, não há garantias de que as parcerias ou relações comerciais serão mantidas em condições favoráveis, ou, que futuramente continuaremos a obter receitas equivalentes às atuais advindas dessas parcerias ou relações comerciais.

Ainda, utilizamos e dependemos das estruturas de distribuição desses clientes para que os produtos de nosso portfólio cheguem ao mercado, não havendo um mapeamento de outros distribuidores que poderiam ser utilizados caso haja qualquer intercorrência com os nossos clientes atuais.

Nossa dependência de distribuidores limita a nossa capacidade de posicionar nossos produtos nos estabelecimentos de maneira imediata e que consideramos adequada. O uso de distribuidores e de uma estrutura de logística terceirizada nos submete a uma série de riscos, incluindo possíveis atrasos e interrupções na entrega de nossos produtos e a perda da qualidade como resultado de manuseio inadequado destes produtos durante o transporte.

Adicionalmente, não temos como assegurar que nossos distribuidores intermediários atuarão em conformidade com a legislação aplicável, como por exemplo, em relação à distribuição de determinados produtos apenas nos pontos de vendas autorizados. Ainda, devido à inexistência de contratos com os nossos distribuidores intermediários, existe a possibilidade de estes optarem por não adquirir nossos produtos em determinado mês, o que nos obrigaria a encontrar outros distribuidores intermediários para comercializar nossos produtos.

Por fim, a perda total ou parcial da capacidade operacional e/ou financeira de um ou mais de nossos distribuidores, nos obrigará a redobrar esforços comerciais visando a substituição total ou parcial de tais distribuidores, o que poderá causar um efeito material adverso nas atividades e resultados da Companhia.

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

O uso de nossos produtos eventualmente pode ocasionar alguns tipos reações adversas nos nossos consumidores, podendo causar efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. A propositura de ações com a finalidade de reparação dos danos ocasionados pelos nossos produtos e medicamentos poderá ocorrer sob diversas alegações, as quais podem incluir produtos adulterados, contaminados, que não possuíam as propriedades anunciadas, que não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sob os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras.

Tais processos poderão resultar em custos não calculados previamente em decorrência de eventuais *recalls* de produtos, além do custo com a promoção das defesas necessárias em diferentes esferas regulatórias.

Qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos nossos produtos, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode causar a perda de confiança de nossos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de nossos produtos. Qualquer alegação dessa natureza contra os nossos produtos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A variação do preço dos produtos que importamos e/ou exportamos, sobretudo, devido às variações de câmbio, podem impactar negativamente nossas margens e, consequentemente, nossos resultados.

O aumento do custo dos medicamentos exportados e/ou importados por nós, devido a fatores tais como frete, custos alfandegários, atendimento às legislações locais, podem impactar na diluição da rentabilidade de produtos, sejam eles produzidos localmente, ou exportados para atendimento de demanda.

Nesse cenário, não podemos garantir que seremos capazes de repassar esse aumento de custos para os nossos clientes, o que poderá causar um impacto negativo nas nossas margens, crescimento, e, consequentemente, no cumprimento de nossas obrigações financeiras.

Cabe salientar que ausência de estudos robustos sobre o cenário concorrencial nos países em que nossas subsidiárias atuam, podem fazer com que sejamos menos competitivos em termos de custo nas regiões em que operamos, especialmente considerando a variação dos preços.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Somos sujeitos à extensa regulamentação da indústria farmacêutica, interação com autoridades governamentais, e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, no Brasil e no exterior, relativos às permissões e exigências para a obtenção de licenças, alvarás ou registros de produtos, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA bem como das secretarias estaduais e municipais de saúde. Também estamos sujeitos à certificação de boas práticas de fabricação pela ANVISA. A regulamentação do setor farmacêutico brasileiro inclui as regras para aprovação de produtos e unidades industriais, promoção e visitação médica e propaganda direta ao consumidor final.

Contamos com uma área específica e dedicada a monitorar, avaliar e determinar ações necessárias para qualquer tipo de alteração na regulamentação a que estamos expostos. Esta área, denominada de "Assuntos Regulatórios", acompanha todas as regulamentações de impacto no setor farmacêutico, através de publicações oficiais, como exemplo Diário Oficial da União (DOU) e associação em entidades. Adicionalmente, também contamos com uma diretoria denominada "Relações Institucionais" que acompanha temas de impacto junto às entidades de classe. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com as obrigações e observando a regulamentação aplicável a nossas atividades, incluindo aquelas relativas às atividades no exterior.

Não obstante, caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante a ANVISA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação aplicável, estaremos sujeitos não apenas à sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, caso se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde.

Não podemos assegurar que as autoridades públicas não alterarão as exigências para obter ou renovar licenças, alvarás ou registros de produtos de terceiros ou de produtos que fabricamos, ou atrasar a emissão de licenças, alvarás ou registros de produtos, ou requisitos para a certificação das boas práticas de fabricação. Qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, alvarás ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto ou causar atrasos no lançamento de produtos ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, a complexidade e amplitude da regulamentação aplicável da ANVISA poderá, também, dificultar a entrada de produtos durante cenários emergenciais, como a pandemia atual de COVID-19.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante à promoção e propaganda desses produtos, poderão nos afetar adversamente.

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo as normas de operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações, bem como dificuldades em agendar reuniões para discussões técnicas ou outras interações com membros técnicos de tais órgãos, poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de *marketing* dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais.

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, incluindo, especialmente, a norma referente a eventual proibição de comercialização de medicamentos de marca própria pelas farmácias e a revisão da norma de inovação incremental versus os requerimentos regulatórios para registro de um novo produto, poderão impactar de maneira relevante nossas atividades e resultados.

Parcela significativa dos medicamentos existentes no mercado, incluindo os nossos, está sujeita à regulamentação de controle de preços. Tal controle pode limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos à legislação federal que impõe controle de preços sobre parte dos produtos farmacêuticos que produzimos. Tal controle de preços limita o reajuste e correção dos preços de tais produtos a apenas uma vez por ano, de acordo com um teto que é definido com base no IPCA, um fator de produtividade, um fator de ajuste de preços relativos entre setores e um fator de preços intrassetor, todos calculados em percentuais ao ano. Esses controles de preços acarretam a redução

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

das margens de lucro, no caso de não acompanharem os custos incorridos pela Companhia na produção de seus medicamentos.

Não podemos assegurar que conseguiremos manter nossa margem no futuro, bem como que o governo não alterará ou expandirá tal política de controle de preços, ou ainda criará novos fatores ou forma de cálculo para estabelecer o teto máximo de preços, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Caso órgãos fiscalizadores competentes tenham interpretações/entendimentos divergentes dos nossos sobre a legislação tributária que nos é aplicável, e/ou caso os incentivos ou benefícios fiscais dos quais somos beneficiários venham a ser alterados, revogados ou não renovados, nossos resultados e nossa situação financeira poderão ser negativamente afetados.

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos e somos direta e indiretamente impactados por várias legislações fiscais, tributárias e previdenciárias, em diversas esferas (nacional, estadual e municipal) aplicáveis nos diversos países em que operamos.

Não podemos garantir que, em caso de eventual fiscalização, os órgãos fiscalizadores/competentes não terão interpretações/entendimentos divergentes dos nossos, mediante aplicação de autos de infração. Qualquer uma dessas ocorrências poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados, em decorrência da aplicação das medidas necessárias a defesa dos nossos interesses em âmbito administrativo e/ou judicial.

Além disso, podemos estar sujeitos a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos de nossos procedimentos e processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) podem nos afetar negativamente.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, nós e nossas controladas usufruímos de benefícios e incentivos fiscais, conforme descritos no item 7.3(c) deste Formulário de Referência, que poderão ser revogados, contestados ou não renovados. Caso deixemos de cumprir as obrigações necessárias para usufruirmos de tais benefícios, eles poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em nossa lucratividade e liquidez.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante. Além disso, não podemos assegurar que eventuais alterações tributárias a serem aprovadas no âmbito desta reforma não sejam desfavoráveis aos nossos negócios, que as propostas para a manutenção dos incentivos fiscais já concedidos até o final do prazo de concessão sejam incorporadas à legislação. As propostas e projetos em discussão podem ser alterados antes de serem transformadas em Lei podendo tornar-se desfavoráveis aos nossos negócios.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Operamos em mercados emergentes e qualquer piora na situação econômica desses países poderá prejudicar os nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, cerca de 15% do nosso faturamento total decorria das operações e atividades realizadas na América Latina, incluindo em países como Argentina, Chile, Colômbia e Peru.

Nos últimos anos, o Brasil, bem como os demais países da América Latina, tem vivenciado períodos de instabilidade econômica e política. Caso entidades particulares e governamentais busquem maneiras de reduzir ou controlar custos com a saúde, os níveis de estoque dos nossos clientes e compras por consumidores e preços podem ser afetados, o que pode causar um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados.

Adicionalmente, operamos atualmente e pretendemos operar no futuro em regiões e países onde possuímos pouca experiência e podemos não ser capazes de comercializar nossos produtos ou desenvolver novos produtos com sucesso em tais mercados.

À medida que expandirmos nossos negócios para outros mercados, podemos ter dificuldade em nos adaptar a circunstâncias e condições desconhecidas. Também podemos enfrentar outros riscos de realizar negócios internacionalmente, incluindo: (i) dificuldades e custos associados ao cumprimento de uma variedade de leis, regulamentos e tratados complexos, nacionais e estrangeiros; (ii) mudanças nos requisitos legislativos ou regulatórios; (iii) controles de preço e câmbio; (iv) instabilidade política, incluindo nacionalização e expropriação; (v) restrições comerciais, incluindo atrasos associados a procedimentos de aduana, tarifas e requisitos de licenciamento de importação e exportação; (vi) impostos; e (vii) dificuldades na aplicação de direitos de propriedade intelectual.

Ainda, os governos, em muitos dos mercados onde operamos, muitas vezes interferem em suas economias e ocasionalmente fazem alterações significativas nas políticas monetárias, de crédito, do setor e outros regulamentos. As ações governamentais para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital e limites nas importações. Não podemos prever quais medidas ou políticas governamentais teremos de cumprir no futuro. Os nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e/ou regulamentos governamentais nas jurisdições em que operamos, tais como:

- leis e políticas de saúde;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- leis trabalhistas;
- crescimento econômico;
- oscilações de câmbio;
- inflação;
- políticas de câmbio e controle de capital;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e empréstimos internos;
- política monetária;
- liquidez e solvência do sistema financeiro;
- alterações nas negociações comerciais por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou outras organizações internacionais;
- leis e regulamentações ambientais;
- leis tributárias, incluindo royalties, incentivos fiscais e o efeito das leis tributárias na distribuição de lucros pelas nossas controladas;
- restrições na repatriação de investimentos e na transferência de recursos do exterior;
- expropriação ou nacionalização;
- restrições de importação/exportação ou outras leis e políticas que afetam o comércio exterior e investimentos;
- controles de preço ou regulamentos de fixação de preços; e/ou
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos, incluindo instabilidade política, social ou econômica no país ou que afetem o país onde cada um dos negócios da Companhia está sediado.

Não podemos assegurar que os regimes políticos, fiscais ou legais dos países onde operamos ou pretendemos operar não gerarão aumentos nos custos de conformidade ou redução na demanda pelos nossos produtos, o que pode prejudicar nossos resultados e situação financeira.

A obtenção de aprovações governamentais necessárias consome tempo e não é garantida.

As aprovações regulatórias pleiteadas por nós, diretamente ou por meio de nossas controladas, em outros países estão sujeitas a diversos requisitos de segurança, qualidade e eficácia, em conformidade com as exigências técnicas, regulatórias e legais adaptadas à realidade de cada país, não sendo possível assegurar o êxito na obtenção dos registros sanitários e nas licenças de comercialização ou uma eventual aplicação de restrições a algumas indicações terapêuticas. Quaisquer destes fatores pode resultar em atrasos no processo de obtenção das licenças com consequente aumento de custos e/ou inviabilização da comercialização de um determinado produto, o que pode afetar adversamente o nosso resultado.

Não podemos garantir que as restrições à movimentação de capital, distribuições de dividendos e alterações nas leis tributárias nas jurisdições onde as nossas controladas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estão constituídas ou operam não afetarão sua capacidade de remeterem dividendos para nós e, por fim, a nossos acionistas.

Operamos em outros países da América Latina que não o Brasil, o que nos obriga a adequar nossos negócios à legislação e à regulação desses países. Eventual concorrência e medidas protecionistas adotadas por qualquer um desses países poderão gerar riscos de decréscimo no nosso faturamento direto ou por meio de nossas controladas. Os governos dessas jurisdições podem impor restrições sobre (i) conversões de moedas locais em moeda estrangeira; (ii) remessas a investidores estrangeiros de resultados de seus investimentos; e (iii) a distribuição de dividendos e outras distribuições a acionistas nessas jurisdições.

A imposição de quaisquer das restrições acima poderá prejudicar ou impedir retorno do investimento nas controladas por nós, o recebimento de dividendos e outras distribuições advindas de controladas, o que poderá afetar a nossa capacidade de distribuir quaisquer dividendos a nossos acionistas, impactando adversamente nossos negócios e nosso resultado.

Podemos enfrentar dificuldades na obtenção dos registros de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades nos países estrangeiros em que atuamos.

Pela natureza do nosso negócio, dependemos de patentes, marcas e concessões para o desenvolvimento de nossas atividades. Nesse cenário, podemos vir a ter dificuldades na exportação, registro e obtenção das aprovações de dossiês nos países em que atuamos, devido a fatores como: (i) regulamentação internacional menos complexa que a brasileira, sobretudo na América Latina, o que faz com que as autoridades locais imponham maiores exigências e restrições para registro de marcas, patentes e concessões por empresas estrangeiras; (ii) não adaptação dos processos produtivos para atender o ambiente regulatório (Argentina, Chile, Uruguai, Peru Colômbia e Guatemala); e (iii) baixa previsibilidade sobre os prazos de aprovação dos dossiês submetidos às autoridades locais para desenvolvimento de um produto.

Adicionalmente, podemos vir a enfrentar dificuldades na expansão de nossos negócios para outros mercados estrangeiros como, por exemplo, Estados Unidos e Europa, devido à diferença da regulação aplicável e dos requisitos impostos para registro de dossiês. Nesse cenário, nosso projeto de negócios poderá ser negativamente impactado.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Atuamos em segmentos de produtos cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente tóxicas e resulta na geração de resíduos sólidos e efluentes com potencial contaminante. Acidentes ou a manipulação equivocada de insumos químicos ou sua disposição incorreta no ambiente podem gerar danos ambientais consideráveis nas proximidades de nossas instalações operacionais e afetar negativamente nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados operacionais e financeiros.

Atuamos nos setores de medicamentos, cuja produção exige manipulação de substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes caso não sigamos procedimentos operacionais reconhecidos como seguros, ou ainda caso haja falhas no controle desses processos de forma a permitir a liberação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dessas substâncias químicas em níveis acima dos recomendados pela regulação em ambientes externos às áreas produtivas.

Ademais, nossos processos produtivos geram resíduos sólidos ou efluentes com potencial de contaminação considerável, caso dispostos no ambiente sem o devido tratamento ou incineração por entidades devidamente credenciadas para esse fim. Acidentes ou falhas operacionais podem acarretar a liberação de insumos químicos, produtos farmacêuticos, resíduos ou efluentes contaminados, com danos ao ambiente e às comunidades vizinhas a nossas instalações, com efeitos significativamente adversos sobre a nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados operacionais e financeiros.

A não observância das leis e regulamentos ambientais por nós ou por terceiros por nós contratados pode resultar em uma obrigação de reparar danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que resultará em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à nossa reputação.

Por fim, as nossas atividades podem causar impactos e danos ao meio ambiente, podendo haver responsabilização em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e/ou (iii) criminal. Na esfera da responsabilidade civil àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental, deve reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independente de dolo ou culpa. Além da condenação na esfera civil, podemos ser responsabilizados na esfera criminal, a qual pode implicar em penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, com a imposição de multas e outras penalidades, como suspensão total ou parcial de atividades, advertência, cancelamento da licença ambiental e outros. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nosso fluxo de caixa, nossa imagem e nossos investimentos.

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Nossas atividades podem estar sujeitas a determinadas regulamentações relativas à proteção do meio ambiente. Eventual descumprimento desses regulamentos, bem como a ausência de licenças e autorizações, quando obrigatórias, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nos termos do Decreto Federal nº 6.514/2008, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade civil pela reparação de eventuais danos ambientais.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, podemos incorrer em despesas adicionais relevantes de *compliance* ambiental. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças poderão afetar nossos resultados operacionais de forma negativa.

Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Para o cumprimento de novas regras ambientais, poderá ser necessário dispêndio não programado em investimentos para adequação a tais regras, o que, consequentemente, pode impactar negativamente os nossos resultados.

Podemos figurar como responsáveis solidários pelos danos ambientais causados por nossos fornecedores.

Na esfera civil e criminal, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e atividades.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a nossa responsabilidade pela reparação de eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que poderemos ser incluídos no polo passivo de ações judiciais visando à reparação dos danos ambientais causado pelos terceiros por nós contratados e, eventualmente, ser condenada a adotar as medidas reparatórias definidas.

Caso sejamos responsabilizados por eventuais danos ambientais causados pelos nossos fornecedores ou prestadores de serviços, nossos resultados operacionais, financeiros e a nossa imagem poderão ser adversamente afetados.

(k) Riscos macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso as operações. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios dependem de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas em escala mundial. Em resposta a tal disseminação, a partir de março de 2020, autoridades em muitos países em todo o mundo implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como fechamentos temporários de um grande número de escritórios corporativos, lojas de varejo e instalações e fábricas, a restrição à circulação de bens e pessoas, assim como o isolamento social, e essas medidas estão atualmente em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os impactos negativos da pandemia de COVID-19 como um todo podem afetar a liquidez dos nossos clientes e fornecedores da Companhia no âmbito público e privado, impactando o nosso fluxo de caixa e, consequentemente, a nossa situação financeira.

Ainda, não podemos garantir ou ter instrumentos eficazes para impedir que o aumento dos custos e/ou escassez de produtos acabados, insumos farmacêuticos ativos, produtos semi-acabados, demais bens e serviços que subsidiam a cadeia produtiva e/ou de consumo afetem o nosso resultado financeiro.

Eventual aplicação da medida de *lockdown* pode, ainda, impactar diretamente na interrupção das nossas atividades industriais e comerciais impactando nos seus resultados financeiros.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco". Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os resultados financeiros da Companhia, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

Podemos vir a ser material e adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os nossos negócios, operações e condição financeira.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Na data deste Formulário de Referência, diversos procedimentos de impeachment foram protocolados contra o atual Presidente da República. Ademais, receios de eventuais posturas intervencionistas futuras podem trazer impactos diretos ou indiretos ao mercado.

Em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano.

Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de impeachment, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios no Brasil e as nossas atividades, em razão de poderem causar uma recessão econômica no país e, como resultado, reduzir a demanda por nossos produtos e serviços.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais relacionadas à Operação Lava Jato e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial. Nesse sentido, há atualmente no país um cenário de grande insegurança jurídica e instabilidade política.

Ademais, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, nos afetando adversamente.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária - COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, têm produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que aumentará os nossos custos de operação no Brasil e poderá reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro poderá optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros afetará não apenas o custo de novos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

empréstimos e financiamentos, mas também o custo da nossa dívida atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação poderão nos afetar adversamente.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A seguir apresentamos informações sobre os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas:

(i) Risco de crédito;

(ii) Risco de liquidez;

(iii) Risco de taxa de juros;

(iv) Risco cambial; e

(v) Risco de preço das matérias-primas;

Risco de crédito

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	**31/12/2020**	**30/09/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalente de caixa	761.394	1.192.919	1.023.719	1.387.214
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.338	-	18.338
Contas a receber de clientes	643.138	679.617	991.897	1.138.645
Outras contas a receber	6.312	8.083	19.103	14.633
Títulos e valores mobiliários	-	-	18.217	10.042
Total	1.410.844	1.898.957	2.052.936	2.568.872

(a) Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2021**	**31/12/2020**	**30/09/2021**	**31/12/2020**
Mercado interno		642.022	679.133	975.318	1.101.033
Mercado externo		3.364	1.797	27.553	46.601
Partes relacionadas	23	148.688	165.700	2.538	16
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber		(2.248)	(1.313)	(10.974)	(8.989)
Total		791.826	845.317	994.435	1.138.661
Ativo circulante		744.669	765.424	991.345	1.136.482
Ativo não circulante		47.157	79.893	3.090	2.179

A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações financeiras trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, líquida das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber, conforme demonstrado no quadro de composição por vencimento dos valores vencidos e a vencer do contas a receber:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(em R$ mil)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	720.351	736.923	898.785	1.061.938
Vencidos até 30 dias	6.026	5.678	42.048	39.979
Vencidos de 31 a 60 dias	2.174	3.107	11.558	13.231
Vencidos de 61 a 90 dias	1.202	3.228	8.940	7.546
Vencidos de 91 a 180 dias (i)	5.899	3.978	16.155	7.281
Vencidos de 181 a 360 dias (i)	10.378	13.623	17.215	10.477
Vencidos há mais de 361 dias (i)	48.044	80.093	10.708	7.198
Total	794.074	846.630	1.005.409	1.147.650

(i) Também inclui na controladora títulos vencidos com partes relacionadas. Os títulos vencidos acima de 90 dias com partes relacionadas do Grupo em 30 de setembro de 2021, compreendem o montante de R$ 62.339 mil (R$ 96.211 mil em 31 de dezembro 2020).

(b) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

Movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020 30/09/2020		30/09/2021
Saldo no início do período	(1.313)	(9.147)	(8.989)	(14.993)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(3.238)	(13.221)	(5.540)	(22.997)
Valores baixados no exercício de incobráveis	-	2	236	(1.194)
Reversão das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (i)	2.303	13.378	3.319	21.891
Saldo no final do período	(2.248)	(8.988)	(10.974)	(17.293)

(i) Provisão constituída de acordo com a política, que no decorrer do período foram revertidas à medida em que os títulos foram regularizados pelos clientes.

Composição por vencimento dos valores vencidos incluídos nas perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Vencidos de 91 a 180 dias	(568)	(158)	(1.953)	(798)
Vencidos de 181 a 360 dias	(793)	(955)	(1.403)	(3.172)
Acima de 361 dias	(887)	(200)	(7.618)	(5.019)
Total	(2.248)	(1.313)	(10.974)	(8.989)

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2021:

	Controladora				
Passivos financeiros	**Fluxo Contratual**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores	295.475	295.475	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	2.882.568	714.761	180.972	1.886.665	100.170
Arrendamentos a pagar	24.892	15.024	7.275	2.593	-
Parcelamento especial	1.486	288	288	670	240
Arrendamentos por direito de uso	530.012	89.101	68.061	130.986	241.864
Outras contas a pagar	134.655	134.655	-	-	-
Total	3.869.086	1.249.302	256.596	2.020.914	342.274

	Consolidado				
Passivos financeiros	**Fluxo Contratual**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Fornecedores	418.726	418.726	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.882.740	714.933	180.972	1.886.665	100.170
Arrendamentos a pagar	39.057	21.534	14.930	2.593	-
Parcelamento especial	1.486	288	288	670	240
Arrendamento por direito de uso	657.147	104.506	80.684	149.967	321.990
Outras contas a pagar	207.266	207.266	-	-	-
Total	4.206.422	1.467.253	276.874	2.039.895	422.400

Risco de taxa de juros

Os valores em exposição de taxas de juros do Grupo são indexados a taxas pré e/ou pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP, CDI, SELIC, LIBOR, IPCA, US$ e derivativos que compreendem os saldos de aplicações financeiras e outros investimentos, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e valores a pagar por aquisição de controladas. O aumento ou a redução de 10% nas taxas de juros resultariam em um aumento ou redução real não superior a 1,10% sobre o risco de exposição total. Portanto, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados do Grupo.

Ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Administração do Grupo era:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Instrumento com taxa de juros pré-fixada				
Ativos financeiros:				
Caixa e bancos	1.452	2.890	78.197	128.680
Passivos financeiros:				
Arrendamento mercantil financeiro	(22.546)	(25.285)	(34.587)	(43.504)
Arrendamento por direito de uso	(411.079)	(106.675)	(537.172)	(234.665)
Instrumento com taxa de juros pós-fixada				
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras - CDI	759.942	1.190.029	945.522	1.258.534
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos - CDI	(2.070.196)	(1.729.727)	(2.070.196)	(1.729.727)
Empréstimos e financiamentos - TJLP	(89.032)	(110.972)	(89.032)	(110.972)
Empréstimos e financiamentos - Libor	(37.570)	(58.670)	(37.742)	(59.326)
Empréstimos e financiamentos - IPCA	(148.686)	(51.417)	(148.686)	(51.417)
Resultado líquido	**(2.017.715)**	**(889.827)**	**(1.893.696)**	**(842.397)**

Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia.

O resultado da Companhia é suscetível a sofrer variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os saldos a pagar: (i) fornecedores estrangeiros de insumos (denominados principalmente em dólares americanos) e (ii) de empréstimos e financiamentos bancários denominados em dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	CONTROLADORA									
	30/09/2021					31/12/2020				
	USD	Valor em Reais	Euro	Valor em Reais	Valor Total em Reais	USD	Valor em Reais	Euro	Valor em Reais	Valor Total em Reais
Contas a receber de clientes	617	3.364	-	-	3.364	346	1.797	-	-	1.797
Fornecedores	(29.368)	(152.547)	(1.539)	(9.695)	(162.241)	(19.061)	(103.298)	(1.562)	(9.838)	(113.136)
Empréstimos e financiamentos	(6.907)	(37.570)	-	-	(37.570)	(11.290)	(58.671)	-	-	(58.671)
Exposição líquida	**(35.658)**	**(186.752)**	**(1.539)**	**(9.695)**	**(196.447)**	**(30.005)**	**(160.172)**	**(1.562)**	**(9.838)**	**(170.010)**

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

CONSOLIDADO

30/09/2021	USD	Valor em Reais	Euro	Valor em Reais	Peso Argentino	Valor em Reais	Peso Chileno	Valor em Reais	Peso Colombiano	Valor em Reais	Peso Uruguaio	Valor em Reais	Quetzal	Valor em Reais	Colón Costa Rica	Valor em Reais	Novo Sol	Valor em Reais	Peso Boliviano	Valor em Reais	Guarani	Valor em Reais	Peso Mexicano	Valor em Reais	Metical	Valor em Reais	Valor Total em Reais
Contas a receber de clientes	7.754	42.185	-	-	488.062	26.887	8.468.974	56.971	15.943.517	22.751	117.240	14.878	20.294	14.285	826.755	7.205	26.268	34.645	8.408	6.696	1.937.788	1.528	218.239	57.746	-	-	285.777
Fornecedores	(40.172)	(210.466)	(1.582)	(9.965)	(38.060)	(2.097)	(4.529.087)	(30.467)	(6.452.471)	(9.208)	(21.180)	(2.688)	(9.239)	(6.503)	(894.743)	(7.798)	(2.056)	(2.711)	(742)	(591)	(119.034)	(94)	(16.575)	(4.386)	(309)	(27)	(287.000)
Empréstimos e financiamentos	(6.939)	(37.741)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.741)
Exposição Líquida	(39.357)	(206.023)	(1.582)	(9.965)	450.002	24.791	3.939.888	26.504	9.491.047	13.544	96.060	12.190	11.055	7.781	(67.987)	(593)	24.213	31.934	7.666	6.105	1.818.754	1.434	201.664	53.360	(309)	(27)	(38.964)

31/12/2020	USD	Valor em Reais	Euro	Valor em Reais	Peso Argentino	Valor em Reais	Peso Chileno	Valor em Reais	Peso Colombiano	Valor em Reais	Peso Uruguaio	Valor em Reais	Quetzal	Valor em Reais	Colón Costa Rica	Valor em Reais	Novo Sol	Valor em Reais	Peso Boliviano	Valor em Reais	Guarani	Valor em Reais	Peso Mexicano	Valor em Reais	Metical	Valor em Reais	Valor Total em Reais
Contas a receber de clientes	16.752	87.054	-	-	252.927	15.654	9.468.304	69.327	8.865.756	13.503	114.995	14.179	30.212	20.181	4.071.708	34.740	26.113	37.571	5.702	4.338	547.198	413	4.472	1.167	-	-	298.126
Fornecedores	(33.809)	(179.937)	(1.610)	(10.145)	(43.822)	(2.712)	(2.504.000)	(18.334)	(6.854.744)	(10.440)	(28.089)	(3.463)	(6.972)	(4.657)	(1.952.584)	(16.659)	(2.184)	(3.143)	(62)	(47)	(51.402)	(39)	(89)	(23)	-	-	(249.600)
Empréstimos e financiamentos	(11.416)	(103.953)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(103.953)
Exposição Líquida	(28.473)	(196.837)	(1.610)	(10.145)	209.105	12.941	6.964.304	50.993	2.011.012	3.063	86.906	10.715	23.240	15.524	2.119.124	18.080	23.928	34.428	5.640	4.291	495.796	374	4.383	1.144	-	-	(55.427)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de preço das matérias-primas

Este risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia comercializa ou no preço das matérias-primas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Não há como assegurar que alterações nos preços nacionais ou internacionais de suas principais matérias-primas e insumos não terão impacto no custo dos produtos vendidos.

Análise de sensibilidade

Taxas de Câmbio

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas de estresse conforme cenários abaixo.

Os valores reportados como "exposição líquida" referem-se ao efeito de uma hipotética valorização/desvalorização do Dólar Norte-Americano, Euro e demais moedas apresentadas, mantidas todas as outas variáveis constantes, na mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e no resultado pelos montantes apresentados nas tabelas, em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos/financiamentos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Cotação em 30/09/2021	Cenário provável (valor reconhecido contabilmente em 30/09/2021)	Variação do câmbio +25%	Variação do câmbio -25%	Variação do câmbio +50%	Variação do câmbio -50%
Dólar	5,4394	6,7993	4,0796	8,1591	2,7197
Euro	6,2983	7,8729	4,7237	9,4475	3,1492
Peso Argentino	0,0551	0,0689	0,0413	0,0826	0,0275
Peso Chileno	0,0067	0,0084	0,0050	0,0101	0,0034
Peso Colombiano	0,0014	0,0018	0,0011	0,0021	0,0007
Peso Uruguaio	0,1269	0,1586	0,0952	0,1904	0,0635
Quetzal	0,7039	0,8799	0,5279	1,0559	0,3520
Colón Costa Rica	0,0087	0,0109	0,0065	0,0131	0,0044
Novo Sol	1,3189	1,6486	0,9892	1,9784	0,6595
Peso Boliviano	0,7964	0,9955	0,5973	1,1946	0,3982
Guarani	0,0008	0,0010	0,0006	0,0012	0,0004
Peso Mexicano	0,2646	0,3308	0,1985	0,3969	0,1323
Metical	0,0861	0,1076	0,0646	0,1291	0,0430

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Devido ao cenário atual relacionado a situação do COVID-19,a tabela demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados (desvalorização de 25% - possível - e de 50% - remoto).

	Controladora 30/09/2021	
	Resultado do exercício	
	Desvalorização (25%)	Desvalorização (50%)
Dólar	(48.489)	(96.978)
Euro	(2.424)	(4.847)
Total	(50.913)	(101.825)

	Consolidado 30/09/2021	
	Resultado do exercício	
	Desvalorização (25%)	Desvalorização (50%)
Dólar	(53.519)	(107.038)
Euro	(2.491)	(4.983)
Peso Argentino	6.198	12.395
Peso Chileno	6.626	13.252
Peso Colombiano	3.386	6.772
Peso Uruguaio	3.048	6.095
Quetzal	1.945	3.891
Colón Costa Rica	(148)	(296)
Novo Sol	7.984	15.967
Peso Boliviano	1.526	3.052
Guarani	359	717
Peso Mexicano	13.340	26.680
Metical	(7)	(13)
Total	(11.753)	(23.509)

Taxas de Juros

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração partiu do cenário realizado com as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários I e II foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário realizado. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora 30/09/2021			Consolidado 30/09/2021		
	Exposição em R$	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Exposição em R$	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Operação						
Aplicações financeiras	759.943	949.928	1.139.914	945.522	1.181.903	1.418.283
Debêntures	(490.228)	(612.785)	(735.342)	(490.228)	(612.785)	(735.342)
Empréstimos e financiamentos	(1.855.257)	(2.319.071)	(2.782.885)	(1.855.428)	(2.319.285)	(2.783.142)
Total	(1.585.542)	(1.981.928)	(2.378.313)	(1.400.134)	(1.750.168)	(2.100.201)
Variação	-	(396.386)	(792.771)	-	(350.034)	(700.067)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal-tributária, trabalhista e regulatória, com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Em linha com o informado acima, a composição das provisões por natureza que a Administração mantém para contingências em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas é demonstrada a seguir para a data-base 31 de dezembro de 2020:

	Controladora		
(em R$ mil)	**2020**		
	Montante Provisionado	**Depósitos Judiciais**	**Provisão Liquida**
Tributárias	8.942	(7.428)	1.514
Trabalhistas	45.890	-	45.890
Cíveis e administrativas	11.633	-	11.633
TOTAL	66.465	(7.428)	59.037

	Consolidado		
(em R$ mil)	**2020**		
	Montante Provisionado	**Depósitos Judiciais**	**Provisão Liquida**
Tributárias	12.214	(7.428)	4.786
Trabalhistas	82.788	-	82.788
Cíveis e administrativas	25.350	-	25.350
TOTAL	120.352	(7.428)	112.924

Ainda, o Grupo está sendo reclamado em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	Controladora	**Consolidado**
(em R$ mil)	**2020**	**2020**
Trabalhistas	81.587	116.730
Cíveis	12.793	12.793
Tributárias	213.121	216.048
TOTAL	307.501	345.571

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que **(i)** possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou **(ii)** individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2020 segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos de natureza cível, os quais versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) indenizações em razão de utilização de produtos; (ii) sustação de protestos e nulidade de títulos, cobrança; (iii) execução de títulos; e (iv) ações ligadas à propriedade intelectual (uso de marcas e de domínios na internet), sendo que algumas delas versam sobre campanhas de *recall*, objetivando a imediata e eficaz retirada do mercado de determinados lotes de um produto da Companhia que apresente comprovação ou indícios suficientes de risco à saúde e segurança da população por meio da efetiva comunicação aos seus consumidores.

A seguir, apresentamos os processos de natureza cível considerados relevantes para a Companhia:

Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001	
a. Juízo	18ª Vara Cível de Aracaju – Sergipe
b. Instância	Justiça Estadual de Teresina - Sergipe
c. Data de instauração	24/07/2019
d. Partes no processo	Polo Ativo: Ministério Público do Estado de Sergipe Polo Passivo: Companhia e Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Aché")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.359.288,34 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos)
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Estado de Sergipe e Ministério Público Estadual, com o objetivo de regularizar o fornecimento dos medicamentos Glicolive, produzido pela Aché e o medicamento Ártico, produzido pela Eurofarma, sob a alegação de que referidos laboratórios deixaram de ingressar em certame licitatório da Secretaria de Estado da Saúde, bem como não teriam atendido à tentativa de aquisição por dispensa de licitação, prejudicando a disponibilidade dos medicamentos, gerando desassistência dos usuários do SUS. Em 25 de julho de 2019 foi proferida decisão em sede de pedido de liminar feito pelo Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Sergipe determinando ambos os laboratórios no prazo de 5 dias a: (i) fornecer os medicamentos de sua produção em quantitativo suficiente a atender as necessidades do Estado de Sergipe por 6 (seis) meses observando-se o preço máximo de venda ao governo - PMVG, sem prejuízo de unidades adicionais no futuro; (ii) indicar à Secretaria Estadual de Saúde contatos institucionais atualizados para recebimento de certames para atendimento com maior rapidez. Fixada multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais diários, até o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de descumprimento dos itens da decisão. A sentença de mérito proferida em 01/03/2021 confirmou a decisão proferida em pedido de liminar, sendo a Companhia e a Aché condenadas a ingressarem, diretamente ou através de distribuidores, em processos licitatórios para fornecer medicamentos para todo o Estado do Sergipe no prazo estabelecido. Em 23 de agosto de 2021, a Companhia apresentou recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado no valor de R$ 6.359.288,34 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0037912-94.2019.8.25.0001	
	mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) em 30/12/2020, conforme descrito acima. Ainda, se mantida a obrigação da Companhia de participar de todos os certames licitatórios do Estado, a ausência de participação poderá gerar multa de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por descumprimento de participação, acrescida de multa diária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) enquanto perdurar a ausência de participação.

Administrativos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversos processos administrativos em trâmite perante a ANVISA, os quais versam, em geral, sobre: (i) importação de produtos; (ii) qualidade do produto com eventual recolhimento voluntário; (iii) questões regulatórias; e (iv) ações de publicidade dos medicamentos. Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos administrativos relevantes.

Contingências Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte em diversos processos judiciais e processos administrativos de natureza fiscal-tributária, os quais versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) glosa de créditos de PIS, COFINS e ICMS, (ii) recolhimento a menor de IRPJ, CSLL, ICMS, PIS e COFINS e (iii) não homologação de compensações de impostos Federais; (iv) cálculo incorreto de INSS e (v) classificação fiscal incorreta na importação de bens e mercadorias. A seguir, apresentamos o processo de natureza fiscal-tributária considerado relevante para a Companhia:

Processo nº 16327.720170/2021-02	
a. Juízo	6ª Turma da DRJ07
b. Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
c. Data de instauração	10/03/2021
d. Partes no processo	Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Eurofarma Laboratórios S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor total corresponde a R$ 87.057.907,30 (oitenta e sete milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e sete reais e trina centavos).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 10/03/2021, no qual o Fisco Federal entendeu que a Companhia deduziu da base de IRPJ e da CSLL no período de 2016, as despesas a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) calculados com base em períodos anteriores ao respectivo ano (Período de 2013 a 2015) - comumente conhecido como "JCP retroativo". O entendimento do Fisco é que deveria ser observado o período de competência para as respectivas deduções de JCP. Foi apresentada impugnação pela Companhia ressaltando, entre outros fundamentos, que não existe limite temporal para pagamento de JCP, e que a lei vinculou a dedutibilidade ao momento em que são pagos ou creditados, não ocorrendo ofensa ao regime de competência. Entretanto, a impugnação foi julgada improcedente em 25/08/2021. Em 20/09/2021, a Companhia apresentou Recurso Voluntário o qual aguarda decisão.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$ 87.057.907,30 (oitenta e sete milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e sete reais e trina centavos) para 10/03/2021, conforme descrito acima.

Contingências Trabalhistas

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em diversas reclamações trabalhistas que versam, em geral, sobre as seguintes matérias: (i) horas extras; (ii) aplicação de direitos trabalhistas previstos em instrumentos coletivos dos locais de trabalho dos empregados da força de vendas; (iii) diferenças de pagamento de remuneração variável e reflexos nas demais verbas trabalhistas; (iv) adicional de insalubridade; e (v) indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho.

Não obstante, na referida data, a Companhia não possuía processos trabalhistas relevantes.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não foram constituídas provisões para os processos descritos no item 4.3., uma vez que nenhum deles apresenta chance de perda provável, critério observado pela Companhia para constituição de provisões.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Processos Trabalhistas	
Valores envolvidos	Em 31 de dezembro de 2020, o valor envolvido nestas reclamações totalizava R$ 106.834.459,44 (cento e seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), dos quais R$ 35.117.822,82 (trinta e cinco milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos) correspondia ao valor total provisionado. A Companhia entende que eventuais perdas em tais processos causariam apenas impactos financeiros nos montantes descritos acima, não causando qualquer impacto relevante ao desenvolvimento das atividades e/ou resultados operacionais da Companhia.
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte passiva em 132 ações propostas no estado do Rio Grande do Sul, em sua maioria, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que, em conjunto, são considerados relevantes. Estes processos judiciais foram, em sua maioria, ajuizados por colaboradores que integraram a área comercial da Companhia e possuem como objeto comum o pagamento de (i) horas extras e reflexos; (ii) diferenças de premiações e outras verbas; e (iii) aplicação de direitos trabalhistas previstos no instrumento coletivo do estado.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6, em 31 de dezembro de 2020, era de R$ 35.117.822,82 (trinta e cinco milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Todas as contingências julgadas relevantes foram apresentadas e descritas nos itens 4.3 a 4.6 acima, conforme aplicável.

Adicionalmente, encontram-se abaixo informações sobre um Termo de Ajustamento de Conduta ativo e duas Ações Civis Públicas relevantes dos quais a Companhia, ou suas controladas, são partes:

- Em maio de 2016 foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 0001559-84.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 673.2015.5.22.000/3, pela a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de submeter seus trabalhadores à teste de alguns produtos de formas líquidas em todo o território nacional requerendo a condenação da empresa ao pagamento de dano moral coletivo. A alegação recebida é de que em algumas reuniões de ciclo havia uma sugestão de que fossem ingeridas pequenas doses de medicamentos em forma líquida (como alguns antibióticos ou xaropes) para que o time conhecesse o sabor e pudesse conversar sobre isso com os médicos. Em março de 2018 foi proferida sentença de mérito que julgou os pedidos improcedentes. Em setembro de 2018, foi proferido acórdão que reformou a sentença e condenou a empresa ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), bem como ao cumprimento de obrigação de abster-se de submeter os trabalhadores a degustação de qualquer espécie de medicamento. A ação já está em fase final, sendo que o valor total foi pago pela Companhia em 08 de novembro de 2021.

- Em junho de 2016 foi ajuizada Ação Civil Pública nº 0001364-02.2016.5.22.0004, a partir de Inquérito Civil de nº 000669.2015.22.000/4, pela a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região para determinar que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativa requerendo a sua condenação ao pagamento de dano moral coletivo. Em maio de 2019 foi proferida sentença de mérito que determinou que a Companhia se abstenha de dispensar empregados diretores de cooperativas e detentores da garantia provisória de emprego e condenou a Companhia ao pagamento de indenização a título de danos morais coletivos no valor histórico de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e pagamento de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dispensa irregular, sendo a sentença mantida pelo acórdão proferido em agosto de 2020. A Companhia interpôs em 15 de setembro de 2020, recurso de revista contra o acórdão proferido o qual está pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.

- Em 09 de março de 2021 foi firmado termo de ajustamento de conduta ("TAC" ou "Termo de Ajustamento de Conduta"), a partir do Inquérito Civil nº 004746.2020.02.000/9) entre a Companhia e a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, visando estabelecer as diretrizes para cumprimento da cota legal de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS. Por meio do TAC firmado, a Companhia deverá:

  (i) Comprovar 12 contratações de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS trimestrais, no mínimo, até fevereiro de 2023;
  (ii) Realizar a dispensa de empregados nessas condições somente após a contratação de substituto;
  (iii) Manter comissão integrada por membros das áreas médica e de recursos humanos, a qual ficará responsável pela administração dos empregados nessas condições;
  (iv) Comprovar, a cada seis meses a contar da assinatura do TAC, (a) relação dos empregados com deficiência/reabilitados, outrora contabilizados, que foram desligados no período; (b) relação dos empregados com deficiência/reabilitados pelo INSS, relativamente à matriz e a todas as filiais, com vínculo ativo, com destaque para os contratados no período; (c) atas de reunião da comissão multidisciplinar ou documentos equivalentes que demonstrem o desenvolvimento contínuo dos trabalhos por todas as especialidades que a compõe, durante o semestre em análise; e

4.7 - Outras Contingências Relevantes

(v) Apresentar laudo técnico de conformidade das instalações de todos os estabelecimentos (matriz e filiais), com detalhamento dos serviços executados; atestando o atendimento integral da legislação a respeito.

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do TAC ensejará a aplicação de multa, nos seguintes moldes: (i) multa de R$3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS não contratada; (ii) multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitado prejudicado: (iii) multa de R$3.000,00 (três mil reais) por pessoa com deficiência ou reabilitada do INSS demitida sem a respectiva substituição prévia; (iv) multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de manutenção de comissão multidisciplinar; (v) multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por ausência da comprovação semestral do cumprimento do termo; (vi) multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia por ausência de cumprimento de disponibilização do laudo técnico de conformidade das instalações.

A Companhia vem cumprindo com a obrigação da contratação de, no mínimo, 12 pessoas de portadores de necessidades especiais e reabilitados do INSS trimestrais, que é o objeto principal do TAC firmado. Nesse sentido, a Companhia já demonstrou ao Ministério Público do Trabalho ("MPT") que no período de 6 meses, houve o total de 51 contratações, sendo 20 contratações no primeiro trimestre (10/03/2021 até 10/06/2021) e 30 contratações no segundo trimestre (11/06/2021 até 10/09/2021). Não obstante, há algumas obrigações administrativas contidas no TAC cujo cumprimento pela Companhia ainda não se deu de forma integral em razão de óbices internas ou externas, sendo elas: (i) demissão após contratação de substituto (clausula II.f do TAC) – em razão de questões sistêmicas do cronograma de admissões/demissões da Companhia, não é possível realizar admissões em vagas que estão preenchidas; (ii) com relação aos laudos de acessibilidade, a Companhia está buscando meios de agilizar a emissão dos certificados, todavia, há algumas dificuldades de obtenção junto aos órgãos competentes que estão impactando o cronograma de entrega de referidos laudos. A Companhia mantém canal de comunicação direto e aberto com MPT para evidenciar o cumprimento e tratar sobre as dificuldades encontradas, sendo que a última petição sobre o tema foi protocolada no último dia 02 de novembro de 2021.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar riscos aos quais está exposta. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de novembro de 2021, e sua aplicação é monitorada pelo comitê de ética da Companhia ("Comitê de Ética"), com as informações advindas dos trabalhos realizados e reportados a este Comitê .

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo de assegurar que os riscos inerentes às atividades da Companhia sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados, tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, avaliando incertezas futuras a tempo de tomar decisões adequadas e obter melhores benefícios.

A Política de Gerenciamento de Riscos é baseada nas melhores práticas e metodologias de governança corporativa e governança de riscos no Brasil e internacionalmente, sendo essas práticas contidas nas seguintes instituições e documentos:

- ISO 31.000 - Gestão de riscos — Princípios e diretrizes;
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO;
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC;
- The Institute of Internal Auditors – IIA; e
- Código de Ética e Conduta Eurofarma.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os fatores de riscos descritos no item 4.1 deste documento elencam e descrevem os principais assuntos para os quais a Companhia foca seus esforços de proteção.

Os riscos do Grupo Eurofarma são classificados em grupos e subgrupos, de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

- **Estratégico:** Riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.
- **Operacional:** Riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Financeiro:** Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, comprometa o cumprimento de seus compromissos financeiros, dificultem ou impossibilitem a obtenção de crédito, ultrapassem os níveis de endividamento e de exposição definidos pela Eurofarma.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Regulamentar:** Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ANVISA, ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal, anticorrupção, saúde e segurança do trabalho, contábil, LGPD).
- **Cibernético:** Riscos relacionados a aspectos tecnológicos que suportam os processos da Eurofarma e que tem como características as categorias de riscos de Infraestrutura de tecnologia, integridade da informação, segurança da informação, suporte sistêmico e tecnologias e disponibilidade das informações e sistemas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia está comprometida com a dinâmica de gerenciamento de riscos, de forma a preservar e desenvolver seus valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Alinhado à realização dos objetivos da Companhia, o gerenciamento de riscos tem o objetivo de contribuir, além da prevenção à materialização de riscos, na sua detecção, tratamento e monitoramento. A abordagem da Companhia é integrar o gerenciamento de riscos no dia a dia na conduta dos seus negócios por meio de um processo estruturado e de aculturamento.

O processo de gerenciamento de riscos é observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Para tanto, o processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia está dividido nas seguintes etapas:

a) Identificação dos riscos

Esta etapa se consiste em elaborar uma lista abrangente de riscos, considerando os eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos estratégicos do Grupo Eurofarma.

A Companhia contratou em 2020 a consultoria da Deloitte para realizar seu projeto de mapeamento de riscos, criação da política de gestão de riscos e manual de riscos. O resultado deste trabalho e os principais riscos foram validados com Comitê de Ética e Conselho Consultivo da Companhia, atual Conselho de Administração da Companhia, e compreenderam a entrega do mapa de riscos, modelo de classificação de processos, mapa de valor dos acionistas e proposta de estrutura de governança de risco. Os riscos mapeados foram todos detalhados em um relatório. Atualmente a Companhia conta com o suporte de dois colaboradores da Deloitte para execução e acompanhamento do plano de gestão de riscos e reportam os trabalhos para gerência de auditoria interna.

b) Análise dos riscos

Esta etapa envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, sendo elas positivas ou negativas, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências.

c) Avaliação dos riscos

O objetivo da avaliação de riscos é apoiar na tomada de decisão considerando os resultados da etapa de análise de riscos, levando em conta quais riscos serão tratados com prioridade pelo Comitê de Ética.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A metodologia para avaliar o nível de exposição de riscos da Eurofarma inclui uma combinação de medições qualitativas e quantitativas, por meio da avaliação do impacto e da vulnerabilidade ao evento, identificando também se existem controles vinculados, assim definindo a estratégia para gerenciamento.

d) Tratamento dos riscos

O tratamento de riscos relaciona as formas para gerenciar os riscos e em conseguinte a implementação das opções selecionadas em linha com as aspirações e objetivos do Grupo Eurofarma, refletidas nas decisões do Comitê de Ética.

A decisão do Comitê de Ética deve ser baseada em como responder aos riscos, avaliar os efeitos da ação de resposta em relação ao impacto e vulnerabilidade, custos e benefícios, e selecionar a melhor alternativa para reduzir o risco inerente conforme a tolerância desejada.

e) Comunicação dos Riscos

A comunicação é uma atividade que deve permear todas as áreas do Grupo responsáveis por desempenhar as atividades do dia a dia necessárias para o funcionamento da organização ("Unidades de Negócio"), nos quais os riscos devem ser divulgados e conhecidos por todos os envolvidos em seu gerenciamento e monitoramento, e deve acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

Os aspectos de informação e comunicação dentro da estrutura de controle do Grupo Eurofarma são essenciais para que os colaboradores entendam seu papel dentro dessa estrutura e tenham disponíveis as informações necessárias e assertivas para a execução de suas atividades.

f) Monitoramento e Análise Crítica

O processo de monitoramento e análise crítica deve garantir as melhorias contínuas dos ambientes de controles internos evitando que a exposição dos riscos aumente e ultrapasse os níveis aceitáveis.

As responsabilidades relativas ao monitoramento e à análise crítica serão de responsabilidade da Área de Auditoria Interna, conforme definido no item 5.4 deste Formulário de Referência, com o apoio das áreas de negócio e suporte.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e suas respectivas responsabilidades está assim segmentada:

- **Comitê Fiscal**, é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:
  - i. Conhecer os processos, o mapa de riscos, indicadores-chave de riscos e os responsáveis pelo processo de riscos e seu alinhamento com os objetivos do negócio;
  - ii. Dialogar com os agentes com papel na definição, supervisão e monitoramento da gestão de riscos, buscando reunir informações sobre a gestão de riscos para subsidiar a formação de sua opinião sobre os atos de gestão; e
  - iii. Definir, junto com a alta Administração, tipos, formatos e periodicidade da informação sobre riscos que o Comitê Fiscal necessita para seu dever de fiscalização.
- **Conselho de Administração**, é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

i. Acompanhar e cobrar a atuação dos executivos quanto a gestão dos riscos;

ii. Questionar, discutir e acompanhar os resultados da Companhia e da diretoria;

iii. Avaliar se a governança de riscos da Companhia é adequada e possui recursos suficientes;

iv. Discutir com a diretoria executiva e com o alta Administração o nível de efetividade do sistema de controles internos da organização; e

v. Aconselhar e propor estratégias para a alta Administração sobre a implementação de controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios.

vi. Discutir e aconselhar a alta Administração na definição e revisão periódica do apetite de riscos do Grupo, bem como dos níveis e limites de autoridade sobre os riscos.

- **Comitê de Ética** é o órgão responsável por, dentre outras atribuições:

i. Aprovar metodologias de gestão de riscos e controles internos;

ii. Participar da avaliação e definir a priorização dos riscos de negócio;

iii. Aprovar limites de exposição aos riscos em linha com a estratégia de negócios;

iv. Aprovar plano de Auditoria Interna;

v. Aprovar ações mitigantes elaboradas pelas Unidades de Negócio;

vi. Aprovar e acompanhar a implementação das ações mitigantes e monitorar os riscos;

vii. Garantir o fortalecimento das áreas de Auditoria Interna e Compliance, definindo os recursos necessários com o Conselho de Administração e Alta Administração;

viii. Divulgar resultados dos trabalhos das áreas de Compliance e Auditoria Interna para a Alta Administração e Conselho de Administração;

ix. Definir e revisar periodicamente o apetite de riscos do Grupo Eurofarma, bem como definir quais riscos serão conhecidos e assumidos de forma a monitorá-los;

x. Aprovar as diretrizes estratégicas e políticas de gestão de riscos;

xi. Estabelecer a existência de recursos físicos e financeiros para a atividade de gestão de riscos e controles internos;

xii. Definir seu papel e o dos comitês de assessoramento na supervisão dos riscos;

xiii. Avaliar se a governança de riscos da empresa é adequado e tem recursos suficientes;

xiv. Assegurar que a administração implemente controles efetivos para mitigar os riscos de continuidade dos negócios e controles para mitigar riscos de perdas das informações ou de acessos não autorizados; e

xv. Orientar e monitorar estrategicamente as atividades de gestão de riscos e do sistema de controles internos.

- **Presidente**, é o responsável por, dentre outras atribuições:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

i. Fornecer liderança e direcionamento aos altos executivos, estabelecendo os valores, os princípios e as principais políticas (aprovadas pelo Comitê de Ética que constituem o alicerce do modelo de Riscos e do sistema de controles internos);

ii. Reunir periodicamente para revisar suas responsabilidades quanto à forma como administram riscos;

iii. Conhecer os riscos inerentes às operações, às respostas a risco e às melhorias de controles necessárias, bem como à condição das iniciativas em andamento; e

iv. Colocar em prática o tom e o nível de maturidade esperados pelo Conselho de Administração em relação ao modelo de gestão de riscos.

- **Gestão de riscos e Unidades de Negócio.**

O principal papel da Auditoria e das Unidades de Negócio, são de condução do processo de monitoramento dos riscos e avaliação dos controles, a aplicação dos componentes da governança de riscos e o reporte de exceções.

- **Auditoria Interna**

i. Priorizar riscos no plano de auditoria com base no *Risk Assessment* aprovado pelo Comitê de Ética;

ii. Avaliar a confiança das informações, revisar a efetividade e a eficiência das operações;

iii. Examinar de forma independente o sistema de controles internos, bem como aspectos regulatórios, operacionais e financeiros, provendo à alta direção uma avaliação sobre a sua efetividade;

iv. Comunicar novos riscos à equipe de Controles Internos; e

v. Assessorar o Presidente e o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Ética, monitorando, examinando, avaliando, informando e recomendando melhorias de adequação no ambiente interno e efetividade no processo de governança de riscos.

- ***Compliance***

i. Definir e propor metodologias para avaliação e acompanhamento dos riscos de Compliance;

ii. Consolidar os riscos de Compliance e ações mitigantes;

iii. Conduzir o processo de monitoramento dos riscos junto as áreas de negócios, promovendo a cultura interna de Compliance;

iv. Coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de Compliance;

v. Acompanhar os riscos de Compliance;

vi. Divulgar as definições às áreas responsáveis e a governança;

vii. Elaborar o plano e escopo dos trabalhos da área de Auditoria Interna;

viii. Garantir a manutenção e cumprimento da Política de Gestão de Riscos, por meio de trabalhos específicos e reportes tempestivos ao Comitê de Ética;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ix. Coordenar e acompanhar os trabalhados executados pelas áreas de Controles Internos e Auditoria;

x. Consolidar os reportes de Riscos a serem feitos para o Comitê de Ética.

xi. Auxiliar as áreas de negócio e suporte de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos;

xii. Apoiar cada Unidade de Negócio nas diretrizes da gestão de riscos e demais necessidades;

xiii. Monitorar e controlar periodicamente os riscos do Grupo Eurofarma;

xiv. Prover treinamentos relacionados a gestão de riscos;

xv. Desenvolver, propor ao Comitê de Ética as métricas de mensuração do apetite aos riscos;

xvi. Assegurar a manutenção das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos do Grupo Eurofarma, assim como a aplicabilidade da legislação vigente e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos;

xvii. Alertar a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos; e

xviii. Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanha os planos de ação.

- **Unidades de Negócio do Grupo Eurofarma (operacionais e apoio)**

i. Comunicar a área de Auditora Interna qualquer alteração em seu processo de negócio para que possa ser objeto de análise e identificação de novos riscos e seus respectivos controles;

ii. Auxiliar a área de Auditoria Interna na definição dos controles adequados para mitigação dos riscos identificados;

iii. Implementar os planos de ação elaborados em conjunto com a área de Auditoria Interna segundo a prioridade associada aos riscos identificados;

iv. Assegurar que as recomendações implantadas sejam efetivamente seguidas e que eventuais recomendações não aplicáveis sejam comunicadas; e

v. Contribuir para que o processo de implementação dos planos de ação seja executado no prazo acordado e com as ferramentas adequadas, garantindo que o grau de exposição aos riscos esteja dentro dos limites estabelecidos.

- **Agente de Riscos (das Unidades de Negócio)**

i. Assegurar a aplicação dos componentes da governança de riscos e das atividades de controles, certificando-se de que a sua aplicação esteja consistente com o perfil e o apetite a riscos dentro de sua área;

ii. Reportar à Auditoria Interna o status de implementação dos controles e melhorias;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

iii. Reportar exceções de exposição média e alta para Auditoria Interna;

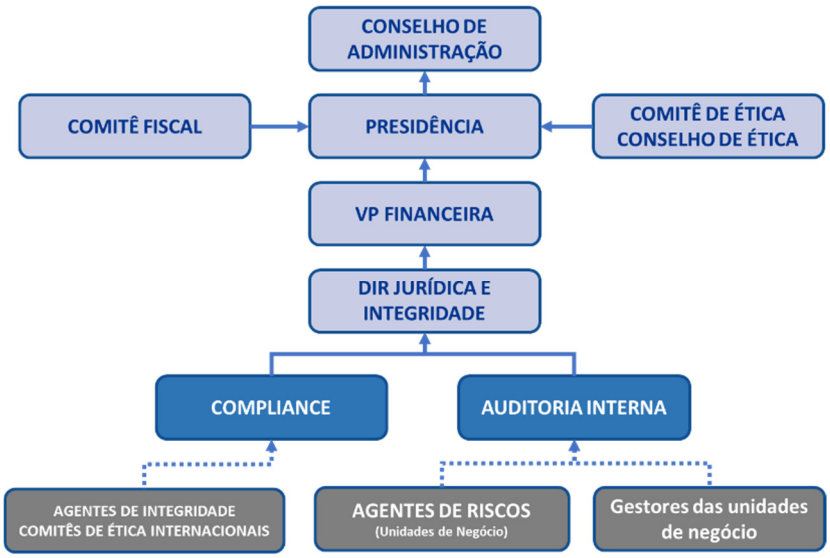
iv. Comunicar a identificação de novos riscos na sua Unidade de Negócio;

v. Auxiliar as áreas de negócio (donos do risco) no desenho de controles internos para gerenciamento de riscos; e

vi. Propor à área de Auditoria Interna possíveis métricas de mensuração dos riscos da Unidade de Negócio.

A atuação em conjunto das áreas permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e das atividades de aprimoramento da governança e controles, evitando redundâncias, atividades concorrentes e custos adicionais.

A participação dos órgãos, conselhos, comitês e demais áreas mencionadas acima na estrutura de gerenciamento de riscos é realizada conforme o fluxograma abaixo:



(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua Política de Gerenciamento de Riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia e suas controladas e coligadas ("Grupo Eurofarma" ou "Grupo"). Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A referida política foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2021, e conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência, trata do processo de gerenciamento de riscos da Companhia de maneira geral.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, pois a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos,

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Com relação as demonstrações financeiras da Companhia, estas são auditadas por auditor independente de primeira linha (para o exercício social encerrado em 31/12/2020, a KPMG Auditores Independentes) e são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adota práticas de controles internos para assegurar a confiabilidade da elaboração e divulgação das informações financeiras, de forma que suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Companhia.

O registro das operações é realizado através do sistema SAP, o qual é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis, garantindo assim, segurança para a área contábil em relação aos lançamentos efetuados. Adicionalmente as áreas de Controladoria e Centro de Serviços Compartilhados realizam a análise das variações das contas patrimoniais e de resultados e a análise da razoabilidade dos saldos das movimentações financeiras. As variações significativas são analisadas para checagem e validação dos saldos apresentados. O monitoramento dos saldos financeiros é realizado diariamente pela área de Tesouraria, que é responsável por controlar todas as movimentações financeiras e reportá-las à alta administração.

A Controladoria também é responsável pela (i) elaboração mensal de relatórios gerenciais e financeiros que são submetidos à diretoria, que os revisa, analisa e os discute em suas reuniões (ii) coordenação do processo de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui uma Vice-Presidência Financeira, a qual responde hierarquicamente a Diretoria da Controladoria, principal responsável pela elaboração e revisão das demonstrações financeiras, as quais são analisadas, auditadas e validadas por auditoria externa independente (KPMG). Assim que aprovadas pela Controladoria e assinadas pelo contador, as demonstrações financeiras são submetidas ao Vice-Presidente Financeiro e ao Diretor Presidente.

Adicionalmente, a Companhia adota diretrizes a serem seguidas para assegurar a gestão e a disseminação dos seus controles internos, de modo a mitigar os riscos de perdas financeiras, desgaste da reputação institucional e assegurar o cumprimento das regulamentações existentes, tais como:

- atuação dos Agentes de Risco, pessoas chave de cada área da Companhia que detém o conhecimento dos seus processos, sistemas e pessoas e sugerem melhorias para otimizar os controles, sendo que realizam uma divulgação periódica dos riscos globais para os acionistas;
- processos da área de Gestão de Riscos, que monitoram a adequação e eficácia dos controles internos, bem como os testes de controles e acompanha os planos de ação, alertando a gerência operacional para questões emergentes e para as mudanças no cenário regulatório e de riscos;
- testes de Auditoria Interna, área que desenvolve seus trabalhos de forma independente ("Auditoria Interna"), sendo responsável pela avaliação dos controles internos e pela implementação de melhorias de processos, com foco em redução de riscos e segregação de funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação, acessos e travas sistêmicas. Os

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

resultados dos trabalhos de auditoria interna e os planos de ação são reportados periodicamente a diversas instâncias independentes, como o Comitê de Ética e o Conselho de Administração; e

- emissão de relatório de recomendações sobre os controles internos e procedimentos contábeis e fiscais pelo auditor independente da Companhia, bem como sua avaliação pela Administração.

Além das práticas descritas neste item, a Companhia conta também as demais práticas de controles internos descritas nas seções 5.1 e 5.4 deste Formulário de Referência.

Desta forma a administração da Companhia entende que tem adotado práticas necessárias para assegurar um ambiente de controles internos adequado.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

De modo a garantir maior efetividade e precisão dos processos internos, a Companhia adota uma gestão colaborativa de seus controles internos e de preparação de suas demonstrações financeiras.

As seguintes áreas da Companhia estão envolvidas no processo de elaboração das suas Demonstrações Financeiras e na aplicação e monitoramento de controles, sempre em busca da integridade das informações contábeis e financeiras:

- Contabilidade

Responsável pelos registros contábeis, pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados, pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estando sujeita a uma séria de normas e procedimentos para assegurar os controles necessários e garantir que as demonstrações financeiras apresentem adequadamente a posição financeira e patrimonial da companhia.

Além disso, conforme mencionado no item 5.3 (a) acima, a Companhia utiliza o sistema SAP, que é totalmente integrado e possibilita completa rastreabilidade dos registros contábeis.

- Centro de Serviços Compartilhados

Responsável pelo gerenciamento e contabilizações do contas a pagar, contas a receber, faturamento, lançamentos de notas fiscais, folha de pagamento, ativo imobilizado e análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

- Tesouraria

Responsável pelo gerenciamento do endividamento e fluxo de caixa da Companhia e pela análise e monitoramento das variações e saldos das contas patrimoniais e de resultados.

- Jurídico

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais da Companhia.

- Fiscal

Responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos judiciais tributários e gestão tributária da Companhia

- Controladoria

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Responsável pela integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pela conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios e pela independência e qualificações do auditor independente externo ("Auditor Independente").

- Vice Presidência Financeira e Presidência

Responsável pela análise e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia

As demonstrações financeiras são devidamente analisadas e aprovadas pelo contador responsável, Diretoria de Controladoria, Vice-Presidência Financeira e Presidência e validadas e auditadas por empresa de auditoria externa (atualmente KPMG Auditores Independentes).

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é monitorada pela Auditoria Interna e Gestão de Riscos e reportada periodicamente ao Comitê de Ética e este, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia. Para as deficiências apresentadas, são definidas ações de aprimoramento de processos e controles, com responsáveis definidos e prazos de implantação, que são objeto de "*follow-up*" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

A eficácia dos controles internos da Companhia relacionados à divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2020 foi revisada pela KPMG Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte dos trabalhos dos auditores independente em 10 de dezembro de 2021 foram identificadas as seguintes deficiências classificadas como significativas:

Deficiências Significativas	Recomendação
1- Ausência de aprovação para concessão de acesso (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração da Eurofarma e a Momenta revise os atuais procedimentos vigentes para implementação de um controle apropriado de concessão de acesso à usuários. Adicionalmente, temos como recomendação os seguintes passos a serem seguidos: • Todos os colaboradores somente devem possuir acesso ao sistema após a aprovação formal dos respectivos líderes das áreas de negócio. Esta aprovação deve ser armazenada a fim de consulta-la quando necessário. • Novas concessões de acesso apenas devem ser realizadas com a descrição da role/perfil que deve ser atribuído ao usuário,

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Recomendação
	informando no momento da solicitação pelos líderes colaboradores que irão receber os acessos.
2- Existências de usuários associados a colaboradores desligados da Eurofarma com registro de acesso posterior à data de desligamento no sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração reavalie o processo atual de revogação de acesso aos sistemas corporativos, estabelecendo um processo de comunicação formal entre a área de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação, de forma que o bloqueio/remoção dos acessos sistêmicos dos colaboradores desligados seja efetuado imediatamente após o desligamento. Recomendamos ainda a elaboração de uma política/procedimento formal de revogação de acessos para os usuários do sistema SAP S/4HANA com o objetivo de estabelecer regras e diretrizes de como os usuários dos colaboradores desligados serão bloqueados (mecanismos, prazo máximo para bloqueio, entre outros). Esta política deve ser formalmente aprovada pela Administração e publicada. Por último, recomendamos o estabelecimento de procedimentos periódicos de revisão de contas de usuários cadastrados no sistema corporativo, a fim de identificar contas ativas associadas a colaboradores desligados.
3- Ausência de mapeamento de perfis conflitantes (SoD) do sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração implemente uma matriz formal de segregação de funções de acordo com as atribuições funcionais e áreas das empresas, na qual estejam determinados os riscos e os processos conflitantes, para que as concessões ou alterações de acesso sejam efetuadas de acordo com a função/cargo exercidas pelos usuários. Para os casos em que houver conflito, elaborar uma documentação que suporte as exceções e determinar controles compensatórios recorrentes. Avaliar a possibilidade de somente aprovar acessos conflitantes caso haja um controle compensatório para cada cenário.
4- Ausência de um processo periódico e formal de revisão de perfis de acesso dos usuários do sistema SAP S/4HANA (aplicável para Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração revise periodicamente os perfis de acesso dos usuários do sistema SAP S/4HANA. A revisão dever ser feita pelos líderes das áreas dos colaboradores com base em relatórios extraídos do sistema e deve conter, no mínimo, informações como: identificação do usuária, nome completo, perfil de acesso que possui, níveis de acesso associados ao perfil, identificação do revisor, entre outros. A revisão deve ser realizada para todos os usuários do sistema SAP S/4HANA e formalmente validade pelos líderes e demais responsáveis.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Recomendação
	Recomendamos ainda que a avaliação dos perfis dos usuários do sistema SAP S/4HANA deve conter o descritivo detalhado das atividades que os usuários podem executar em cada perfil do sistema. Os resultados das revisões devem ser formalmente registrados, sejam os acessos adequados ou inadequados (neste caso há necessidade de ajuste de acessos). Quando um acesso for considerado indevido, é necessário realizar uma análise detalhada a fim de identificar a causa raiz que resultou naquela concessão e inspecionar logs sistêmicos para avaliar o impacto dos acessos considerados inadequados. Por último, recomendamos que a Administração elabore uma política/procedimento formal de revisão periódica dos acessos dos usuários do sistema SAP S/4HANA que determine a periodicidade do controle de revisão, período de início e fim, diretrizes de como será executada a revisão, do que ocorrerá com os acessos que não forem revisados, entre outros. A política deve contemplar todo o ciclo do processo de revisão (do início ao fim). Esta política deve ser formalmente aprovada pela Administração e publicada.
5- Implementação de mudanças (requests) no ambiente de produção do sistema SAP S/4HANA realizada por usuários com acesso de desenvolvedores (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que apenas usuários de TI (nominais e não desenvolvedores) devem ter acesso para implementar (transportar) mudanças (*requests*) no ambiente de produção do sistema SAP S/4HANA. Remover o acesso dos desenvolvedores com acesso para implementar mudanças no ambiente de produção. Adicionalmente, recomendamos a remoção do acesso dos usuários genérico que possuem acesso para implementar mudanças no ambiente de produção do sistema SAP S/4HANA.
6- Ausência de controle formal de monitoramento de rotinas automatizadas (aplicável para a Eurofarma e Momenta) -	Recomendamos que a Eurofarma e a Momenta implementem um controle formal de monitoramento dos incidentes ocorridos no sistema SAP S/4HANA. Este monitoramento deve permitir o acompanhamento das falhas, a criação de uma base de conhecimento com os motivos que causaram a falha (falhas já conhecidas). Adicionalmente, o controle deve definir as tratativas (ações após uma falha ser identificada) e os respectivos responsáveis pelas tratativas.
7- Ausência de aprovação formal para abertura do mandante de produção do sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração revise o fluxo do controle de abertura e fechamento do mandante do ambiente de produção do SAP S/4HANA para que as etapas de solicitação e aprovação sejam devidamente formalizadas. Adicionalmente, as alterações devem ocorrer em janelas de tempo planejadas e de curto período de duração.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Recomendação
8- Ausência de termos de responsabilidade para a criação de usuários genéricos e ausência de controles de monitoramento para a utilização dos usuários genéricos (incluindo contas privilegiadas) no sistema SAP S/4HANA e no banco de dados SAP HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração avalie a possibilidade de excluí-los caso não seja mais necessário o seu acesso. Se não for possível, formalizar em políticas as diretrizes e responsáveis pelos usuários genéricos. Recomenda-se, ainda, criar mecanismos de revisão de acessos e monitoramento formal da utilização de todos os usuários não nominais. Há também a necessidade de definição um fluxo para que as solicitações das concessões de acesso aos perfis privilegiados do sistema SAP sejam formalmente aprovadas por líderes da Eurofarma e Momenta. O motivo para a liberação destes acessos deve ser registrado. Se for necessário algum usuário genérico permanecer ativo no sistema SAP, avaliar a possibilidade de alterar o tipo do usuário (para comunicação ou sistema) ou, ainda, deixá-lo permanentemente bloqueado e, para toda a necessidade de utilização, implementar controles de solicitação e aprovação para o seu uso temporário e liberar o acesso somente durante o período de tempo aprovado e necessário para a execução da demanda.
9- Ausência de revisão do perfil de acesso dos responsáveis por aprovar os pedidos de compras (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que o departamento de TI, juntamente com o departamento de RH, efetue análises e realizem ajustes periódicos sobre os usuários autorizados a aprovarem os pedidos de compra.
10- Passivos não registrados no período contábil adequado (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos à Administração que estabeleça controles para identificar as obrigações que já foram executadas, mas que ainda não foram reconhecidas nos registros contábeis, a fim de garantir a integridade adequada dos passivos nas demonstrações financeiras.
11 - Ausência de contagem de materiais na realização dos inventários cíclicos (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	Recomendamos que a Administração inclua um processo de revisão periódica sobre a realização dos inventários cíclicos, garantindo assim, que todos os passos das políticas estejam sendo seguidos de forma precisa, o que contribuirá para identificar tempestivamente possíveis itens que estejam em desacordo com sua política estabelecida.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Recomendação
	Alternativamente, a Administração poderá estabelecer detalhadamente em sua política de inventário cíclico os critérios que dispensem a necessidade para que o novo item de estoque seja contado naquele ciclo.
12 - Erro na data de entrega no relatório de *cut-off* (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração deve rever seu processo de monitoramento e revisão sobre a base utilizada para cut-off, de forma que mitigue possíveis erros que possam surgir em seu processo operacional.
13 - Ausência de atualização tempestiva de contingências	Recomendamos que a administração avalie as melhorias necessárias nas atividades e controles o processo de contingência, realizando a atualização tempestiva do seu relatório, a fim de reduzir o risco de informações divergentes nos registros contábeis ou nas divulgações em notas explicativas.
14 - Deficiência no processo de elaboração das demonstrações financeiras (aplicável para a Eurofarma)	Recomendamos que a Administração da Eurofarma implemente controles mais detalhados para elaboração e revisão das DFs com objetivo de identificar e corrigir erros. Recomendamos ainda que a Administração também considere elaborar um *checklist* de divulgação para auxiliar no processo de elaboração das DFs.
15- Subavaliação da provisão para obsolescência de estoques (aplicável para a Eurofarma)	Recomendamos que a Administração da Eurofarma implemente controles mais detalhados e monitore os vencimentos com o objetivo de identificar ou corrigir erros.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência sobre o relatório dos auditores externos acerca dos controles internos da Companhia e, embora os pontos reportados no estudo não comprometam a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia, a Administração fez uma avaliação detalhada e endereçou os pontos levantados, para aprimorar, de forma constante, seus controles internos.

Com relação às deficiências significativas apontadas, a administração da Companhia fez os seguintes comentários:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Comentários da Administração
1- Ausência de aprovação para concessão de acesso (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que os perfis de aceso no sistema SAP foram revisados ao longo de 2021 e que a Companhia está implantando o sistema GRC-AC da SAP. O módulo responsável pelas aprovações estará disponível até março de 2022. Este sistema será responsável pelo registro das aprovações das concessões de acesso aos usuários.
2- Existências de usuários associados a colaboradores desligados da Eurofarma com registro de acesso posterior à data de desligamento no sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que atualmente o processo é efetuado automaticamente pelo sistema SAP a partir da baixa do colaborador na folha de pagamento. Ainda, que o sistema será alterado, considerando o prazo do mês de abril do exercício social de 2022, para que o gatilho da notificação de desligamento para o "nada consta" ocorra no momento em que o colaborador já assinou os documentos de desligamento.
3- Ausência de mapeamento de perfis conflitantes (SoD) do sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que matriz de riscos para segregação de funções foi definida no projeto de revisão da estrutura de perfis dos sistemas S4, CRM e FIORI e aplicada no sistema GRC-AC, no ano de 2021.
4- Ausência de um processo periódico e formal de revisão de perfis de acesso dos usuários do sistema SAP S/4HANA (aplicável para Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que este projeto teve início em outubro de 2020 e a revisão dos perfis foi finalizada em dezembro de 2021. As aprovações de modificação e riscos estão previstos para finalização em março de 2022.
5- Implementação de mudanças (requests) no ambiente de produção do sistema SAP S/4HANA realizada por usuários com acesso de desenvolvedores (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que as permissões para implementar mudanças foram restritas aos usuários do sistema necessários para o processo de liberação das mudanças na produção. Os usuários sem interação com esse processo tiveram suas permissões revogadas.
6- Ausência de controle formal de monitoramento de rotinas automatizadas (aplicável para a Eurofarma e Momenta) -	A Administração informa que foi adicionado uma rotina de monitoramento diário para verificação dos possíveis erros encontrados nas rotinas automatizadas. Desta análise são gerados *tickets* no sistema de chamados e direcionamento dos casos para atuação das equipes responsáveis. As

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

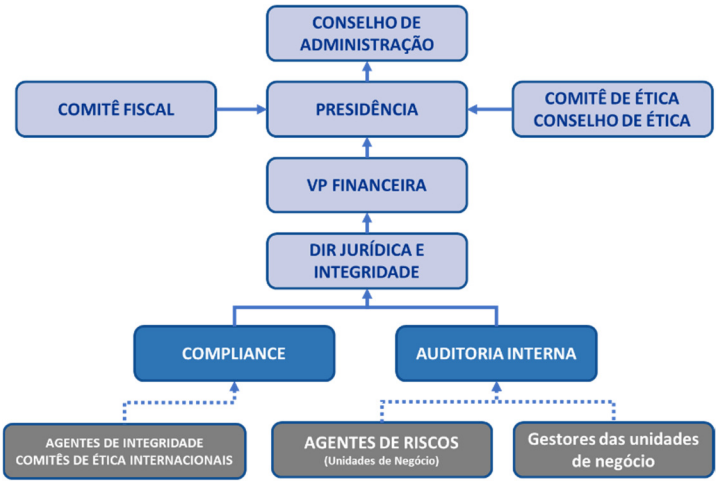
Deficiências Significativas	Comentários da Administração
	causas raízes e correções ficam registradas no chamado, gerando assim a base de conhecimento.
7- Ausência de aprovação formal para abertura do mandante de produção do sistema SAP S/4HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que o processo formal foi implantado ao longo de 2021 e ajustado após as recomendações da auditoria para evidências. O analista basis passará a incluir o log das ações efetuadas no sistema aos chamados de abertura de mandante. Foi criado uma rotina automatizada para verificação do mandante e fechamento caso o mesmo esteja aberto.
8- Ausência de termos de responsabilidade para a criação de usuários genéricos e ausência de controles de monitoramento para a utilização dos usuários genéricos (incluindo contas privilegiadas) no sistema SAP S/4HANA e no banco de dados SAP HANA (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que os usuários identificados pela KPMG tiveram sua documentação corrigida e submetida para avaliação. Os usuários de sistema identificados no relatório foram criados automaticamente no processo de instalação do sistema não podem ser inativados.
9- Ausência de revisão do perfil de acesso dos responsáveis por aprovar os pedidos de compras (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que os perfis de acesso no sistema SAP S4 foram revisados entre outubro de 2020 e dezembro de 2021 para a implantação do novo modelo de perfis baseados em segregação de funções e implantação do sistema GRC-AC da fabricante SAP. Os acessos dos usuários serão revisados em ciclos anuais para manutenção dos autorizadores aptos a aprovar os pedidos de compra.
10- Passivos não registrados no período contábil adequado (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que o processo de fechamento mensal foi revisado e desenvolvido um relatório no SAP para identificar as obrigações já executadas, possibilitando o registro contábil no período adequado.
11 - Ausência de contagem de materiais na realização dos inventários cíclicos (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que o processo de contagem de materiais dos inventários cíclico foi revisado e a nova política de inventário cíclico está em elaboração, sendo que o prazo estipulado para sua conclusão é abril de 2022.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Deficiências Significativas	Comentários da Administração
12 - Erro na data de entrega no relatório de *cut-off* (aplicável para a Eurofarma e Momenta)	A Administração informa que o processo de elaboração e monitoramento do relatório do *cut-off* foi revisado, incluindo dupla checagem dos dados de notas fiscais e data de entrega dos produtos para mitigação de divergências de dados.
13 - Ausência de atualização tempestiva de contingências	A Administração informa que o processo de atualização e elaboração de relatórios de controle de contingência foram revisados conjuntamente entre as áreas jurídica e contábil, de forma a evitar divergências de informações.
14 - Deficiência no processo de elaboração das demonstrações financeiras (aplicável para a Eurofarma)	A Administração informa que o processo de elaboração e validação das demonstrações financeiras foi revisado e foi elaborado *checklist* de divulgação.
15- Subavaliação da provisão para obsolescência de estoques (aplicável para a Eurofarma)	A Administração informa que os processos de controle e elaboração de relatórios de provisão de obsolescência foram revisados, de forma a evitar divergências de informações.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui uma área de *Compliance* e Auditoria Interna, sendo vinculada à Diretoria Jurídica e Integridade, a qual está ligada a Vice Presidência Financeira e indiretamente ao Diretor Presidente do Grupo Eurofarma e ao Conselho de Administração da Companhia, em linha com o fluxograma abaixo.



As áreas de *Compliance* e Auditoria Interna orientam e monitoram as boas práticas de governança e auxiliam na elaboração de diretrizes e políticas e aderência da cultura de conformidade às regras estabelecidas pelo Código de Ética. São responsáveis também pelas auditorias internas e investigações relacionadas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias, conforme será explicado ao longo deste item.

A seguir apresentamos um pouco das atribuições das respectivas áreas:

Compliance: é responsável pelo reforço do ambiente ético e conformidade com normas internas e regulamentações, incluindo a gestão do Código de Ética e da Política Anticorrupção, ferramentas de prevenção e investigação, além do tratamento de casos e gestão da ética, gerenciamento dos principais riscos da Companhia. Isto inclui a definição da matriz de riscos (identificação, categorização e priorização), definição, suporte à implantação e monitoramento de ações mitigatórias. O objetivo é preservar a imagem da instituição e assegurar a conformidade de sua atuação dentro das normas.

Auditoria Interna: é responsável pela prevenção e detecção de riscos e avaliação da conformidade dos processos, incluindo os ciclos de auditoria interna, *follow-up* dos planos de ação e a realização de trabalhos especiais.

A área de Auditoria Interna utiliza-se de um mecanismo de incentivo ao cumprimento das leis, normas internas e externas, de proteção contra desvios de conduta e de preservação e geração de valor econômico, em consonância com os valores éticos e com as boas práticas de governança corporativa, a fim de orientar o comportamento dos colaboradores e fornecedores da Companhia ("Programa de Integridade").

Estes são os principais objetivos do Programa de Integridade:

- Ajudar os colaboradores a cumprir a legislação, o Código de Ética e as políticas internas, através de regras claras e definidas.

5.4 - Programa de Integridade

- Esclarecer responsabilidades em todas as áreas do Grupo Eurofarma para fortalecer o sistema de integridade.
- Garantir que as atividades e os negócios sejam conduzidos com legalidade, ética, integridade e transparência.
- Identificar os riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas relacionados às atividades do Grupo Eurofarma.
- Proteger a Companhia de possíveis danos a sua imagem e prejuízos de ordem financeira.
- Fortalecer a cultura de conduta ética, de integridade e de aderência ao compliance.
- Prevenir, detectar e corrigir condutas irregulares, ilícitas e antiéticas.

E abaixo, constam os dez pilares que estruturam o Programa de Integridade:

1. Comprometimento da Alta Administração coma Ética e Integridade
2. Avaliação de Riscos
3. Políticas e Procedimentos
4. Treinamento e Comunicação
5. Canal de Denúncia e Investigação
6. Due Diligence Terceiros
7. Due Diligence de Compliance em M&A
8. Autonomia e Recursos da Função de Compliance
9. Medidas Disciplinares e Remediação
10. Melhoria Contínua do Programa

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota um Código de Ética de modo a prevenir, detectar e remediar e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito no item 5.4 (a)(i) abaixo.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

a. Código de Ética e Conduta: O código de ética e conduta da Companhia ("Código de Ética" ou "Código") foi aprovado pelo presidente do Grupo Eurofarma, Sr. Maurizio Billi e define um conjunto de princípios, valores e regras para assegurar a ética, o interesse público, a transparência, a eficiência e a proteção de direitos nas atividades da Companhia. O Código está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol) e é divulgado no site do Grupo, na intranet da Companhia (CONECTA) e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias. Além disso, os colaboradores podem retirar a via impressa na área de Recursos Humanos de cada unidade ou solicitar à área de *Compliance*. Todos os colaboradores assinam termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização. Por fim, cabe ao Comitê de Ética a revisão anual do Código e atualização sempre que necessário.

b. Código de Ética do Fornecedor: o Grupo Eurofarma possui o Código de Ética e Conduta do Fornecedor, com as orientações que pautarão todas as suas relações comerciais da Companhia com os seus fornecedores. A aplicação dos princípios do Código de Ética do Fornecedor permite ao fornecedor e prestador de serviços da Companhia, melhorar continuamente o cumprimento

5.4 - Programa de Integridade

dos direitos e normas trabalhistas e demais questões relativas aos direitos humanos que integram o processo de produção.

c. Canal de Ouvidoria/Denúncias: O canal de denúncias da Companhia foi criado em 2012, como instrumento de auxílio do Comitê de Ética, sendo um canal, aberto para todos, disponibilizado para relato de situações de violações ou descumprimentos ao Código e suas políticas. Esse canal auxilia o Comitê de Ética a apurar a ocorrência de violações ao Código e a tomar as medidas disciplinares apropriadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente e a gravidade da violação "Canal de Ouvidoria/Denúncias"). O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio do seu website https://www.contatoseguro.com.br/pt/grupoeurofarma ou do endereço de *e-mail compliance*@eurofarma.com.

As denúncias feitas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias são confidenciais e podem ser feitas de forma anônima, se o denunciante assim o desejar. A Companhia não tolera retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Ouvidoria/Denúncias.

As denúncias feitas ao Canal de Ouvidoria/Denúncias são confidenciais e podem ser feitas de forma anônima, se o denunciante assim o desejar. A Companhia não tolera retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação por meio do Canal de Ouvidoria/Denúncias.

d. Políticas Corporativas: são as políticas que complementam o Código de Ética ("Políticas Corporativas"). As Políticas Corporativas trazem maior detalhamento de regras para situações específicas. Elas são analisadas criticamente e atualizadas de acordo com mudanças regulatórias e / ou em função dos riscos. As Políticas Corporativas que a Companhia possuí na data desta Formulário de Referência são as que seguem abaixo:

- Política de Doações e Patrocínios
- Política de Registro Contábeis
- Política de *Due Diligence* (Fornecedores e M&A)
- Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos
- Política de Medidas Disciplinares
- PIR - Potencial de Integridade Resiliente
- Política de Auditoria Interna
- Política do Canal de Ouvidoria
- Regimento Comitê de Ética
- Política de Relacionamento com Profissionais de Saúde
- Política de Elaboração de Materiais Promocionais – RDC/96
- Política de Distribuição de Amostras Grátis

5.4 - Programa de Integridade

O monitoramento de todas as Políticas Corporativas que compõem, em conjunto com o Código de Ética os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Integridade são de responsabilidade da área de *Compliance* da Companhia.

e. Política Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos: a Companhia adota uma Política Anticorrupção, conforme aprovada em 24 de abril de 2017 e revisada em 05 de outubro de 2021 ("Política Anticorrupção"), a qual tem como objetivo estabelecer as diretrizes, padrões e procedimentos do programa de prevenção e combate à corrupção e de relacionamento com setor público, para todas as empresas do Grupo Eurofarma, em consonância à legislação vigente, o Código de Ética, políticas, manuais, e procedimentos estabelecidos pelo Programa de Integridade.

O compromisso com a ética e a integridade determina e guia todas as ações dos colaboradores, terceiros e relacionamentos do Grupo Eurofarma, na condução de seus negócios e atividades, sempre em conformidade com os mais elevados padrões morais e legais, não tolerando qualquer forma de corrupção e suborno. O Grupo Eurofarma e todos aqueles que com ele se relacionem, interna ou externamente, devem entender e agir em conformidade com as leis de combate à corrupção aplicáveis, em todas as relações com a Administração Pública ou Agentes Públicos.

Adicionalmente, a Companhia oferece treinamento sobre a Política Anticorrupção a cada dois anos.

f. Política de *Due Diligence* (M&A, Fornecedores e Colaboradores): a referida política visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades para a realização do processo de *Due Diligence* em operações de M&A, terceiros e executivos contratados ou que venham a ser contratados pelo Grupo Eurofarma, objetivando a mitigação dos riscos de *compliance*. A Companhia respeita os limites estabelecidos pelas leis vigentes para a obtenção de informações para conduzir seus processos de diligência, adotando boas práticas e garantindo a confidencialidade dos dados.

***Due Diligence* em operações de M&A**

A *Due Diligence* de *compliance* em operações de M&A, consiste em uma análise metódica de como a empresa se comporta diante do mercado em relação as leis anticorrupção, improbidade administrativa e leis que regulamentam a concorrência.

É de responsabilidade da área de M&A informar a área de *Compliance* a intenção de adquirir uma nova empresa ou somente ativos de uma determinada empresa.

A área de *Compliance* e o Departamento jurídico irão avaliar a forma de *Due Diligence* a ser realizada que pode ser internamente pela área de *Compliance* ou através de contratação de consultoria especializada.

***Due Diligence* de terceiros**

A *Due Diligence* de terceiros envolve a coleta de informações relevantes do terceiro em fontes públicas de consulta, a fim de verificar sua reputação no mercado em que atua, para garantir que o Grupo Eurofarma faça negócios apenas com empresas íntegras, que partilham dos mesmos valores e princípios da Companhia.

Antes de celebrar um contrato, a área de Suprimentos ou o colaborador da área responsável pela contratação deverá verificar se o fornecedor a ser contratado enquadra-se dentre um dos quesitos relacionados abaixo:

- Terceiros com interação com órgão público;

5.4 - Programa de Integridade

•Escritório ou profissionais de advocacia;
•Despachantes / Aduaneiro;
•Contadores;
•Prestação de serviços de Consultorias ou Assessorias (para obtenção de licenças e alvarás);
•Prestadores de serviços responsáveis pelo transporte e descarte de resíduos;
•Prestadores de serviços com mão de obra (incluindo engenharia/ Empreiteiras);
•Instituições contempladas no Programa de Doações de Medicamentos;
•Instituições filantrópicas e Organizações Não Governamentais - ONG's; e
•*Distribuidores; (clientes) – Principalmente Licitações.

Cada caso é analisado individualmente, considerando as especificidades da atividade do Terceiro (porte, área de atuação etc.) ou do serviço a ser prestado, bem como a importância nos processos de negócio do Grupo Eurofarma.

Para efeito de classificação final deve-se considerar o maior risco identificado nas informações coletadas.

- Risco Alto: A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Vice-Presidente da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance* . Neste caso, a presidência deverá ser informada do risco apontado na DD.

- Risco Médio: A decisão para contratação de terceiro deverá ser tomada pelo Diretor da área responsável pela contratação com base no relatório de avaliação de risco enviado pela área de *Compliance* .

- Risco Baixo: Não há necessidade de aprovação para contratação.

***Due Diligence* de Colaboradores (Membros do Conselho de Administração, Vice-presidentes e Diretores)**

A *Due Diligence* de candidatos a membros do Conselho de Administração, Vice-Presidente e Diretores ("Colaboradores") deve compreender três etapas, conforme descritas abaixo, sendo que a contratação do Colaborador somente deverá ocorrer após a conclusão satisfatória deste processo.

As três etapas da diligência de colaboradores são:

1ª Análise do colaborador (candidato);
2ª Verificação de antecedentes; e
3ª Parecer da área de *Compliance*.

g. Gestão de Conflitos de Interesses O Grupo Eurofarma possui diretrizes para identificação, declaração e resolução de situações que possam apresentar conflitos de interesse de seus colaboradores. O Código de Ética conta com um capítulo específico dedicado ao tema, e os colaboradores preenchem o Termo de Declaração de Conflitos de Interesses na data de admissão. O termo eletrônico está disponível na *intranet* da empresa e pode ser atualizado pelo colaborador sempre que houver necessidade. A gestão dos termos e análise dos possíveis conflitos é realizada pela Área de *Compliance* e Comitê de Ética.

h. Política de Doações e Patrocínios:

Doações a causas beneficentes

A Companhia realiza doações financeiras com objetivo de ajudar no desenvolvimento de organizações sociais que atuam em diversos setores. Equipamentos e ativos da empresa que serão substituídos também são destinados à doação para instituições que atendem população de

5.4 - Programa de Integridade

baixa renda, localizadas próximas das unidades ou para cooperativas de reciclagem. Entre os materiais doados regularmente estão itens como mesas, cadeiras e outros mobiliários.

A Companhia veda quaisquer doações em troca de favores com qualquer pessoa física ou jurídica, agente público ou não, mesmo que o favorecido seja uma instituição beneficente genuína.

As regras e procedimentos abaixo devem ser observados quando se realizar doação a causas beneficentes:

- Os pedidos devem ser cuidadosamente analisados, para que se verifique se a doação não irá fornecer benefício pessoal a algum agente público ou a qualquer pessoa que tenha relação direta ou indireta com o agente Público e se a instituição está registrada nos termos da legislação aplicável;

- A doação deve ser feita à instituição de caridade e não a pessoa física e, em nenhuma circunstância, o pagamento pode ser feito em dinheiro ou através de depósito em conta corrente pessoal.

Patrocínios com Leis de Incentivo

A área de Responsabilidade Corporativa & Eventos faz a gestão através dos comitês de Responsabilidade Social e Patrocínios Culturais e Esportivos e utiliza seis leis de incentivo por meio de renúncia fiscal.

Em Responsabilidade Social a premissa é apoiar os projetos sociais com as leis: Fumcad/FIA, Pronon, Pronas e Fundo do Idoso. Para a Cultura e Esporte utilizamos as leis: LIC (Lei Federal de Incentivo à Cultura), LIE (Lei Federal de Incentivo ao Esporte).

Todas as solicitações de patrocínios são submetidas a área de Responsabilidade Corporativa & Eventos, que verifica a idoneidade e as referências dos produtores, captadores e instituições que serão beneficiadas com o aporte de recurso e segue acompanhando até a conclusão dos projetos.

A área seleciona os principais projetos a serem apresentados aos comitês, composto por equipes multidisciplinares representando as áreas que espelham os interesses dos principais stakeholders, como comunidades, clientes e médicos por meio de voto aos projetos apresentados.

Os patrocínios são contabilizados de forma transparente e de acordo com os princípios contábeis aceitos, legislação pertinente e sempre suportados com as evidências da aplicação do patrocínio para o qual foi destinado.

Doações de Medicamentos

Iniciativa estruturada para promover a ampliação do acesso aos medicamentos e evitar desperdícios, envolvendo o engajamento de diferentes áreas da Companhia no processo. Os impostos dos produtos destinados à doação são pagos integralmente e toda a logística envolvida para a distribuição dos produtos, e eventual recolhimento caso não sejam utilizados, é responsabilidade da Companhia.

Para viabilizar o programa, os medicamentos com prazo de validade igual ou inferior a 8 meses são destinados as organizações não governamentais e entidades de saúde que atuam com populações de baixa renda, evitando que produtos necessários a esses pacientes e em perfeitas condições de uso sejam destruídos.

A destinação segue critérios rigorosos e as entidades beneficiadas precisam comprovar que têm espaço adequado para armazenamento e autorização sanitária da Anvisa ou outro órgão responsável, bem como a presença no local de um profissional habilitado para fazer a prescrição, como médicos e cirurgiões-dentistas. Qualquer medicamento fabricado pela Companhia nas condições descritas anteriormente pode ser doado.

5.4 - Programa de Integridade

Doações a campanhas eleitorais

A Companhia não realiza doações e contribuições para campanhas eleitorais, conforme estabelecido em seu Código de Ética.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no Código de Ética da Companhia, o Comitê de Ética da Companhia é responsável pela implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética é órgão permanente e com membros com conhecimento do negócio, mercado e com autonomia para tomar as decisões de acordo com suas responsabilidades, eleitos nos termos do seu regimento interno. As principais diretrizes são pautadas pelo Código de Ética e demais documentos que suportam o Programa de Integridade Corporativa. Para maiores informações sobre sua composição, vide itens 12.7/8 deste Formulário de Referência.

A sua premissa é promover ações claras de prevenção, detecção, resposta e remediação de eventuais condutas de não conformidade com as normas instituídas pelo Grupo Eurofarma, atuando sempre com alta confidencialidade e imparcialidade na aplicação de regras, leis e normas em vigor, respeitando o anonimato quando desejado, bem como recomendando medidas corretivas, preventivas e educativas sempre que necessário.

Objetivos do Comitê de Ética

Os objetivos principais do Comitê de Ética são auxiliar na minimização dos riscos éticos e legais do Grupo Eurofarma, proteger a marca e a reputação deste, auxiliar na promoção de uma cultura de alto desempenho com integridade, avaliar e estabelecer medidas para fortalecimento do Programa de Integridade, recomendar frentes de trabalho e auditorias quando necessário, bem como reportar ao Conselho de Ética para o adequado tratamento quando necessário.

São responsabilidades do Comitê de Ética:

- Analisar as situações não previstas no Código de Conduta Ética e definir como proceder;
- Esclarecer as dúvidas e orientar como agir frente a possíveis dilemas éticos;
- Analisar as situações de descumprimento do Código de Ética para recomendar ações a serem tomadas;
- Gerir os canais de comunicação da estrutura de gestão da ética;
- Direcionar para apuração e investigação as ocorrências e denúncias recebidas; e
- Revisar o Código de Ética e atualizá-lo sempre que necessário.

Conselho de Ética

5.4 - Programa de Integridade

O Conselho de Ética conta com a participação do Diretor Presidente da Companhia, sendo uma instância superior que é acionada em situações de impasse, de maior gravidade e/ou que envolvem maior risco à operação. São estes os seus integrantes:

- Diretor Presidente
- Vice Presidente de Recursos Humanos;
- Vice Presidente de Sustentabilidade e Novos Negócios;
- Diretoria Jurídica e Integridade Corporativa;
- Acionista; e
- Especialista de Compliance.

Comitês de Ética Internacionais/Locais

É um grupo colaboradores das operações internacionais, gerente geral e agente de integridade, que atuam no suporte, acompanhamento e discussão das ocorrências recebidas no Canal de Ouvidoria, que possuem conhecimento do negócio, do mercado e da legislação do país estrangeiro. Os Comitês de Ética Internacionais/Locais têm, além da participação de dois membros do Comitê de Ética, ao qual os Comitês de Ética Locais se reportam, de:

- Gerente Geral;
- Agente de Integridade Corporativa;
- Gerente de Recursos Humanos Internacionais;
- Diretoria Jurídica e Integridade Corporativa; e
- Especialista de Compliance.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Conduta, conforme descrito no item 5.4(a)(i) acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Conduta da Companhia, conforme descrito acima, é aplicável a todos os seus acionistas, colaboradores, estagiários, menores aprendizes, bem como aos fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia e seus representantes.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Todos os novos colaboradores no momento de sua admissão precisam, obrigatoriamente, realizar treinamento do Código de Ética, sendo que a cada dois anos, é aplicado treinamento de atualização para todos os colaboradores da Companhia ("Reciclagem"). O objetivo do treinamento é disseminar a cultura de *compliance*. Este pilar garante que o conhecimento das políticas e procedimentos cheguem aos colaboradores.

5.4 - Programa de Integridade

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 24 sessões de treinamento do Código de Ética para um total de 1244 colaboradores admitidos, incluindo jovens aprendizes e estagiários, vez que cada sessão é realizada a cada 15 dias com os novos colaboradores admitidos nos respectivos períodos. Ainda, em razão das medidas de segurança tomadas pela Companhia diante da pandemia de COVID-19, os treinamentos do referido exercício social foram realizados de forma totalmente *on-line*.

Para o exercício social corrente, há a previsão de serem realizados um total de 24 sessões de treinamento do Código de Ética no âmbito dos treinamentos realizados para fins de admissão dos colaboradores, sendo que até o momento, apenas 1 sessão foi realizada. Adicionalmente, no âmbito da Reciclagem, a Companhia irá realizar uma sessão de treinamento para que todos os seus colaboradores se atualizem. Tal sessão será conduzida de forma *on-line* e deverá ser completada em um período de três semanas.

Além disso, a Companhia proporciona treinamentos customizados para cada público-alvo de acordo com tema a ser tratado e de forma periódica. O Grupo Eurofarma estabelece um plano anual de comunicação e treinamento, prevendo os meios que serão utilizados a cada público. Os fornecedores, prestadores de serviços e seus prepostos, aqueles que celebrarem qualquer tipo de acordo com o Grupo Eurofarma recebem um *link* de acesso ao Código de Ética do Fornecedor no momento da assinatura do contrato, incumbindo-se a difundi-lo junto aos seus colaboradores. Os contratos celebrados pelo Grupo Eurofarma, na qualidade de tomador de serviços/ordenador de despesas, também trazem uma cláusula com normas anticorrupção.

Principais Treinamentos realizados pela Companhia:

Público interno:

i. Integração de Novos Colaboradores;

ii. Reuniões frequentes com a Força de Vendas;

iii. Código de Ética e Conduta;

iv. *Due Diligence* (Fornecedores e M&A);

v. Anticorrupção e Relacionamento com Funcionários Públicos;

vi. Canal de Denúncias; e

vii. Relacionamento com Profissionais de Saúde.

Público Externo:

i. Distribuidores que representam o Grupo Eurofarma em Licitações (anual).

Comunicação:

i. Material para divulgação imediata no Programa de Integração de novo colaborador;

ii. Mensagens periódicas nos canais de comunicação internos para reforçar os conceitos do Programa de Integridade;

iii. Reuniões de Diretoria;

iv. Reunião do Conselho de Administração; e

5.4 - Programa de Integridade

v. Comitês Executivos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

As medidas disciplinares e de remediação alcançam todos os colaboradores do Grupo Eurofarma. Elas são justificadas nas seguintes situações, podendo gerar advertências verbais, escritas e suspensões, assim como afastamentos e desligamentos:

- Erro ou desvio cometido de modo reiterado;
- Ações indevidas que causam prejuízos/ impactos aos clientes, colaboradores, parceiros ou à empresa;
- Ações faltosas ou comportamentos que revelam falhas funcionais; e
- Transgressões às diretrizes do Código de Ética.

Empresas contratadas pelo Grupo, em caso de não cumprimento de diretrizes de Segurança de Trabalho, também se sujeitam a estas medidas, assim como cancelamento de contrato.

Atualmente a Companhia realiza por meio da área de *Compliance* o monitoramento da aplicação das medidas disciplinares por infrações ao Código de Ética. Todas as medidas disciplinares são enviadas ao Centro de Serviços Compartilhados (CSC)/Recursos Humanos (RH) para que o documento seja anexado ao prontuário SAP do colaborador.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia, aprovado pelo presidente do Grupo Eurofarma, Sr. Maurizio Billi, está disponível em três idiomas (português, inglês e espanhol), sendo divulgado no site do Grupo https://eurofarma.com.br/governanca-corporativa, na intranet (CONECTA) e no site do Canal de Ouvidoria/Denúncias. Além disso, os colaboradores podem retirar a via impressa na área de Recursos Humanos de cada unidade ou solicitar à Área de Integridade. Todos os colaboradores assinam um termo de adesão e responsabilidade do Código de Ética e declaração de conflitos de forma digital na primeira semana de trabalho na organização.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Ouvidoria/Denúncias é um canal direto, independente e confidencial de comunicação, em que colaboradores, clientes e fornecedores podem relatar episódios suspeitos, fatos e comportamentos que estejam em desacordo com o Código de Ética. O canal via internet preserva, sempre que solicitado, o anonimato dos denunciantes (colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio etc).

A proposta do Canal de Ouvidoria/Denúncias visa manter um ambiente de trabalho saudável, em que os colaboradores pratiquem os preceitos éticos e os valores da Companhia. Também busca promover a cultura da transparência, alinhando comportamentos e desestimulando condutas contrárias aos princípios da organização.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

5.4 - Programa de Integridade

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia é administrado por uma empresa independente (Contato Seguro) e pode ser acessado de forma gratuita, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com atendimento em português e espanhol. Ele permite que denúncias sejam realizadas por telefone, internet, presencialmente e via *e-mail*, conforme informações abaixo:

Internet

O site na Internet www.contatoseguro.com.br/grupoeurofarma registra eletronicamente as denúncias. O registro é feito a partir de um formulário desenvolvido para extrair um conjunto mínimo de informações que possam dar suporte a uma análise e investigação. O IP do computador do usuário do sistema não é registrado.

E-mail, telefone e pessoalmente

A Eurofarma disponibiliza um número de telefone gratuito em todos os países em que atua. As ligações são sempre atendidas por ouvidores especialmente treinados para obter o máximo de informações a respeito da denúncia, sem comprometer o anonimato e a segurança da fonte. O número do telefone a partir do qual se origina a ligação do denunciante não é identificado.

País	Número do Telefone
Argentina	0800-345-3145
Bolívia	800-104 612
Brasil	0800 602 18 34
Chile	800 914 489
Colômbia	01-800-5189605
Costa Rica	8000320029
El salvador	8006414
Equador	1800 001 131
Guatemala	1800 300 0189
Honduras	80027916003
México	800 681 8206
Nicarágua	18002202475
Panamá	8002030093
Paraguai	9800120003
Peru	(0800) 78148
Rep. Dominicana	1 (809) 200-1590
Uruguai	000 416 205 2735

A área de *Compliance* recebe também denúncias pelo *e-mail* compliance@eurofarma.com, pelo telefone da Área de Integridade Corporativa, +55 (11) 5090-8617 ou pessoalmente na unidade do Grupo Eurofarma na Rua Pascoal Pais, 525 - Vila Cordeiro - São Paulo – SP.

Para as unidades internacionais, as denúncias presenciais devem ser realizadas para o Agente de Integridade Corporativa.

Cada denúncia recebida gera um número de protocolo alfanumérico, que permite ao denunciante acompanhar o andamento do processo.

5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Ouvidoria/Denúncias da Companhia está disponível para todos os seus colaboradores, fornecedores, intermediários e demais terceiros que queiram reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

Em nenhuma hipótese o número do telefone ou do IP do computador utilizado para o relato de denúncia no Canal de Ouvidoria/Denúncias é identificado. A Companhia garante a confidencialidade dos dados do denunciante sempre que este assim o desejar. O anonimato e o sigilo são garantidos sempre que há o uso correto do canal, confirmando-se ou não os desvios reportados.

Em conformidade com a Política do Canal de Ouvidoria/Denúncias, e os princípios que norteiam a gestão do Canal, todos os colaboradores do Grupo Eurofarma são proibidos de praticar ou envolver-se em atos de represália contra quem denuncie, de boa-fé, suspeitas de atos ilícitos ou que coopere em uma investigação ou auditoria.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O relato é apresentado e discutido no Comitê de Ética, que tem 30 dias para avaliação, investigação e retorno, podendo este prazo ser postergado por igual período caso necessário.

É importante ressaltar ainda que (a) há uma metodologia para classificação do risco das ocorrências; (b) possibilidade de acompanhamento da apuração da denúncia; (c) disponibilização de relatório/indicadores das denúncias recebidas e suas respectivas apurações; (d) disponibilização do relatório de ocorrências por VP e Diretoria (semestral) ("Indicadores Ouvidoria - Power BI"); e por fim (e) um fluxo específico para denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui a Política de *Due Diligence* (M&A, Fornecedores e Colaboradores), conforme descrito nesta seção 5.4.

O processo de *Due Diligence* de Compliance em M&A consiste em análise metódica de como a empresa se comporta diante do mercado em relação às leis anticorrupção, de improbidade administrativa e de regulamentação da concorrência. Por definição, pode ser um processo interno ou pode contar especialistas contratados buscando histórico de conflitos, fraudes, corrupção, cultura e valores.

<u>Principais pontos analisados na diligência em M&A:</u>

- Se há relacionamento pessoal e familiar dos sócios da empresa/pessoa contratada com servidores vinculados à administração direta ou indireta ou com pessoas politicamente expostas;
- Se os sócios da empresa contratada são considerados incapazes e seus responsáveis pessoas impedidas de contratar com a administração pública; e

5.4 - Programa de Integridade

- Se a empresa tem histórico de atos de corrupção, fraude ou incumprimento de legislações relevantes e que possam afetar o cumprimento do contrato ou a reputação da Companhia.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável, uma vez que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.4.

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 23 de novembro de 2021, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, em linha com o item 5.1 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que os principais fatores de risco a que o Grupo Eurofarma está exposto refletem aspectos estratégicos-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo e os riscos econômico-financeiros, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para o qual a Companhia busca proteção constam no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gestão de risco de crédito

Para fins de gerenciamento do risco de crédito que advém das aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter concentração de investimentos em um único grupo econômico. De acordo com a política de aplicações financeiras, o Grupo não poderá alocar recursos em investimentos financeiros em instituições financeiras sem nota de crédito e/ou que não tenham ao mínimo rating A-, em escala local, emitida por uma das principais agências de classificação de risco de crédito. Como o objetivo do Grupo é manter a liquidez de seus recursos, deverão ser priorizadas aplicações financeiras com liquidez imediata. No entanto, quando o fluxo de caixa permitir e com disciplina financeira, estão autorizadas operações com carência (período em que o Investimento Financeiro não pode ser resgatado) de até 90 dias, a ser aprovado pela área financeira corporativa. Ademais, o Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas aplicações financeiras, caso necessárias. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações à termo para proteções cambiais via NDF (*non deliverable forward)*. As operações são contratadas com bancos e/ou instituições financeiras que possuem rating mínimo A-, em escala local, baseado na análise de risco de crédito de uma das três

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

principais agências de classificação de risco. O Grupo monitora constantemente as notas das instituições parceiras para determinar se as avaliações de riscos publicadas permanecem as mesmas ou se houve um aumento significativo no risco dessas, a fim de remanejar suas operações, caso necessário. Mais detalhes são expostos no item Risco com variação cambial.

Adicionalmente, a política de vendas do Grupo está subordinada às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação de suas vendas (pulverização do risco). As perdas estimadas são integralmente provisionadas. A Companhia tem contas a receber com dois clientes representando em média 36,8% do total do contas a receber.

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. O Grupo estabeleceu uma política de crédito na qual os novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar sua proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

Gestão de risco de liquidez

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, de forma a garantir a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com um risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Gestão do risco da taxa de juros

Os valores em exposição de taxas de juros do Grupo são indexados a taxas pré e/ou pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP,CDI, SELIC, LIBOR, IPCA, US$ e derivativos que compreendem os saldos de aplicações financeiras e outros investimentos, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e valores a pagar por aquisição de controladas. O aumento ou a redução de 10% nas taxas de juros resultariam em um aumento ou redução real não superior a 1,10% sobre o risco de exposição total. Portanto, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados do Grupo.

Gestão do risco com taxa de câmbio

Ao longo do exercício social de 2020, a Companhia utilizou o mecanismo de proteção cambial via Non Deliverable Forward (NDF) para gerenciar o risco de variação cambial, principalmente às exposições de compras de insumos importados e investimentos denominados em dólar e euro. Os derivativos são mensurados incialmente pelo valor justo e mensalmente são apurados os valores justos e as variações são registradas a resultado. Em 30 de setembro de 2021, a Controladora não possuía contratos futuros de NDF em aberto.

Gestão do risco de preço das matérias-primas

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Para mitigar esse risco, tanto no mercado nacional quanto no internacional, o Grupo monitora permanentemente as oscilações dos preços das matérias-primas e dos insumos utilizados e que impactam os seus custos de produção.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada específica de gerenciamento de riscos de mercado, em linha com o informado em suas demonstrações financeiras, os riscos de mercado são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo Eurofarma, sendo que a prática é gerir os riscos existentes de forma conservadora, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, bem como garantir que o risco esteja alinhado com os parâmetros definidos pela Administração.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	04/07/1962
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/03/2022

6.3 - Breve Histórico

A Companhia é a primeira farmacêutica integralmente detida por investidores brasileiros a atuar como multinacional, sendo reconhecida também como maior investidora em inovação no seu mercado de atuação.

A história do grupo econômico da Companhia ("Grupo Eurofarma") teve início em 1972, quando Galliano Billi, imigrante italiano que chegara ao Brasil em busca de oportunidades, fundou a Billi Farmacêutica na cidade de São Paulo (SP). À época, o Grupo Eurofarma foi fundado com o objetivo de prestar serviços de produção de medicamentos, viabilizando a terceirização por parte de farmacêuticas.

Ao longo de duas décadas, o Grupo Eurofarma expandiu suas operações, investindo na aquisição de plantas e marcas. Desse movimento resultou grande crescimento do grupo, que passava também a diversificar sua atuação no setor.

Nos anos seguintes, o Grupo Eurofarma passou por relevante fase de expansão, mediante a aquisição de unidades fabris (Unidade Campo Belo, SP, em 1977), de laboratórios (Laboratório Inaf, em 1977; em 1982; Stanley Home do Brasil, em 1992) e de marcas já presentes no mercado (marcas do laboratório Majer Meyer, em 1987).

Em 1977, o Grupo Eurofarma foi contratado pelo Laboratório Carlo Erba para a terceirização de sua produção. Dois anos depois, em 1979, a Companhia adquiriu a Unidade Campo Belo (SP) e o Laboratório Inaf.

Seguindo a estratégia de crescimento a partir de aquisições, o Grupo Eurofarma adquiriu, em 1982, o ISA, primeiro laboratório brasileiro a produzir penicilina e, em 1987, todas as marcas do laboratório Majer Meyer.

No ano de 1992, o Grupo Eurofarma adquiriu as operações da Stanley Home do Brasil, hoje presentes na Unidade Interlagos (SP). No ano seguinte, em 1993, já tendo consolidado sua presença no setor, houve a criação da marca Eurofarma, que passaria a representar os negócios do grupo como um todo.

Ainda na década de 1990, a Companhia seguiu investindo no crescimento de sua presença no mercado e de sua produção. Assim, em 1995, teve início a operação das fábricas Freguesia do Ó e Euroglass, seguido da aquisição de outras marcas e instalações fabris relevantes no setor (marcas e instalações fabris da Pearson, em 1997, e das marcas da Wyeth, em 1998).

Entre as décadas de 1990 e 2000, Maurizio Bill sucedeu seu pai, Galliano, na presidência do Grupo Eurofarma. A nova administração buscou manter a trajetória de crescimento da Companhia, consolidar a posição da Eurofarma no Brasil e dar início ao projeto de internacionalização do Grupo.

Assim, os anos seguintes foram marcados por grandes mudanças na Companhia, que passou a atuar no mercado de medicamentos genéricos no Brasil (2001) e na exportação de produtos (2002).

Nos anos 2000, o Grupo Eurofarma inaugurou seu Núcleo de Inovação, sendo que as primeiras patentes da Companhia foram depositadas nos anos seguintes, tanto no Brasil, em 2008, quanto no exterior, em 2009. Além disso, em 2009, a Companhia adquiriu a Quesada Farmacêutica e fundou a Eurofarma Argentina.

Em 2010, a Companhia investiu na aquisição dos Laboratórios Gautier (hoje denominados Eurofarma Uruguai e Eurofarma Bolívia), Volta e Farmindustria (hoje denominada Euromed Chile). Na sequência,

6.3 - Breve Histórico

em 2011, o Grupo Eurofarma juntou-se ao laboratório Cristália, criando a *joint venture* Supera Rx Medicamentos, a qual promove e distribui produtos de prescrição médica.

Nos anos que seguiram, a Companhia expandiu suas atividades na América Latina, inaugurando operações no Paraguai, Equador e México, em 2012, e no Peru e Guatemala, em 2013. Esse movimento foi seguido pela entrada da Companhia nos Estados Unidos da América, no Chile e na Coréia do Sul, em 2014.

Em 2015, a Companhia consolidou sua adesão ao Pacto Global da ONU, comprometendo-se a seguir em suas atividades os 10 princípios estabelecido no documento. A adesão foi renovada em 2020. As iniciativas da Companhia nesse âmbito incluem: (i) investimentos em fontes renováveis; (ii) tecnologia para conectar cadeia de produção; e (iii) tratamento prioritário de resíduos perigosos.

Os anos seguintes foram marcados pelo crescimento do portfólio da Companhia, que obteve licenciamentos e registros de novas tecnologias e produtos. Em 2018, a Companhia passou por reestruturações internas, com a criação do Centro de Serviços Compartilhados.

No ano de 2019, a Companhia conquistou 1º lugar em Prescrição Médica no Brasil, além de figurar como única farmacêutica tetracampeã pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Além disso, em 2020, a Companhia foi reconhecida, pelo sétimo ano consecutivo, pela premiação Great Place to Work - GPTW, realizada em parceria com a Época Negócios, na categoria Grandes Empresas (1.000 colaboradores ou mais). No âmbito da premiação GPTW, são realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas com colaboradores e gestores das empresas participantes, nas quais são avaliados cinco atributos considerados essenciais para um bom ambiente de trabalho: credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem.

Ainda em 2020, além de seguir sua estratégia de aquisições e crescimento, a Companhia inovou como a primeira indústria farmacêutica a prestar serviços através da plataforma Alexa, sendo que no mesmo ano a Companhia inaugurou sua plataforma de e-commerce.

Com atuação em 20 países na América Latina, na data deste Formulário de Referência, a Companhia conta com 10 plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina, posicionando-se com destaque nos principais ramos farmacêuticos: Prescrição Médica, Medicamentos Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar, Licitações, Oncologia, Serviços a Terceiros e Veterinária. A Companhia conta, ainda, com um amplo portfólio que atende todas as especialidades médicas e é referência em sistema nervoso central, anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Somos a primeira multinacional farmacêutica com capital 100% brasileiro, nos posicionando como uma referência em inovação e sustentabilidade. Desde a nossa fundação em 1972, atuamos no setor de saúde produzindo, promovendo e comercializando produtos e serviços com foco na melhora da qualidade de vida das pessoas. Atualmente, somos líderes no Brasil em prescrição médica.

Com atuação em 20 países na América Latina, possuímos 10 plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina, o que nos permite nos posicionar com destaque nos principais ramos farmacêuticos: Prescrição Médica, Medicamentos Isentos de Prescrição, Genéricos, Hospitalar, Licitações, Oncologia, Serviços a Terceiros e Veterinária. Contamos com um amplo portfólio que atende todas as especialidades médicas e somos referência em sistema nervoso central, anti-infecciosos e medicamentos hormonais.

Atuamos com parcerias nacionais e internacionais, em diferentes modelos de cooperação, como licenças, acordos de distribuição, prestação de serviços na área produtiva, *joint ventures*, codesenvolvimento, entre outros. Com foco em inovação, contabilizamos mais de 200 projetos no nosso pipeline e planos de expansão para importantes mercados globais.

Nossa missão é promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço justo e operação rentável, que assegure o nosso crescimento sustentável e o compartilhamento do valor gerado com colaboradores e sociedade.

NOSSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

- *Prescrição médica*: a produção de medicamentos que são prescritos por médicos é a nossa principal unidade de negócio. Somos o laboratório mais prescrito pela comunidade médica no Brasil, possuindo produtos de destaque como o contraceptivo Tâmisa®, o antiacnéico Selene® e o Pondera®.
- *Genéricos*: a produção de medicamentos genéricos tem como principal objetivo ampliar o acesso da população a medicamentos de qualidade por preços mais baixos. Nesse sentido, fomos pioneiros no lançamento de produtos genéricos de relevância para o mercado, como, por exemplo, o primeiro medicamento genérico oncológico (2001), o primeiro genérico antitabagismo (2005) e o primeiro genérico anticoncepcional oral (2007).
- *Hospitalar*: unidade de negócios que comercializa medicamentos e soluções parenterais de grande volume, por meio de uma rede de distribuição que compreende todo o território nacional.
- *Licitações*: unidade voltada ao atendimento das instituições públicas de saúde.
- *Oncologia*: unidade voltada na produção e desenvolvimento de produtos para o tratamento de câncer.
- *Serviços a terceiros*: unidade responsável pela oferta de serviços de fabricação de cosméticos e medicamento, por meio da disponibilização de sua capacidade produtiva com diversos laboratórios e produtos manufaturados (terceirização).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- *Isentos de prescrição*: unidade que produz medicamentos isentos de prescrição, ou seja, aqueles aprovados por órgãos de vigilância sanitária, como a Anvisa no Brasil, para serem comercializados sem prescrição médica, destinados a tratar males menores.
- *Exportação*: unidade voltada para o mapeamento e expansão dos novos mercados internacionais, estabelecendo parcerias no exterior e ampliando portfólio de produtos comercializados fora do Brasil. Atualmente, os nossos produtos são exportados para países da América Latina, África e Ásia, com instalações de produção certificadas pela Anvisa (Brasil), Anmat (Argentina), Invima (Colômbia) e Digemid (Peru).

INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO

O compromisso e a busca por inovação norteiam marcos importantes na nossa trajetória. A estratégia clínica para embasar os produtos desenvolvidos pela área de P&D é definida e conduzida pela área de Pesquisa Clínica da Eurofarma, que atua em conjunto com médicos pesquisadores renomados. Além disso, a Pesquisa Clínica colabora ativamente nos grupos multidisciplinares para o delineamento de seus protocolos clínicos, com ensaios clínicos nas áreas terapêuticas de: reumatologia, endocrinologia, infectologia e neurologia.

Um dos focos dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é atender os segmentos desamparados pela indústria farmacêutica, como as divisões de antibióticos, metabolismo e obesidade, sistema nervoso central e oncologia. Em inovação radical, a atenção está na busca por moléculas anti-infecciosas que estão com demandas não respondidas no hemisfério sul. Para isso, integramos a frente internacional de pesquisa e desenvolvimento para doenças negligenciadas.

Em 2020, investimentos 5,5% da receita líquida de nossas vendas em Pesquisa & Desenvolvimento, somando R$ 289 milhões. Atualmente, temos diversos projetos em pipeline, com foco na inovação incremental e radical, o que garante o alto índice de renovação de portfólio da companhia. Em 2020, incluímos no mercado brasileiro 46 novos produtos e 55 em outros países.

Além do alto investimento em P&D para trazer novos produtos, também investimos em inovação em saúde de uma forma mais ampla, desde novas tecnologias para otimizar nossos processos até em plataformas disruptivas que visam novos modelos de negócio. O comprometimento com a inovação resultou na criação, em 2017, do projeto Eurofarma Synapsis, um modelo de parceria e incentivo para startups voltadas para o desenvolvimento de tecnologia disruptiva em serviços de saúde. Ao longo do programa, os empreendedores poderão se conectar com nossos executivos de alto nível e terão a oportunidade de testar seu negócio com um piloto remunerado e de alavancá-lo por meio do contato com informações e tendências no setor de saúde, coaching em áreas de negócio e acesso à rede de relacionamento da Eurofarma.

NOSSOS RECONHECIMENTOS E CERTIFICAÇÕES

Temos sido eleitos desde os anos 2000 entre as melhores empresas para se trabalhar, em 2014, entramos para o ranking "Época GPTW (*Great Place to Work*)". Em 2020, conquistamos a 37ª posição geral entre as melhores empresas para trabalhar pelo GPTW. Internacionalmente, conquistamos o título de melhor farmacêutica para trabalhar na América Central, segundo o ranking GPTW 2020 da América Central e Caribe.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Apenas no ano de 2021, (a) fomos a farmacêutica mais bem posicionada no ranking Época Negócios 360° na categoria Indústria Farmacêutica e Cosméticos (2ª posição), (b) conquistamos o Prêmio Qualidade Farma nas categoria Genéricos e OTC, (c) tivemos destaque no ranking Melhores Empresas em Satisfação do Cliente no Brasil 2021, organizado pelo Instituto Mesc, (d) fomos eleitos pela segunda vez como a empresa referência no setor Farma e Beleza na premiação da revista Exame, (e) estamos entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil na categoria grandes empresas, na 12ª posição, sendo a melhor farmacêutica, dentre outros. Também fomos reconhecidos como uma das melhores Empresas para a Mulher Trabalhar, pelo GPTW Peru, ficando na 5ª posição do ranking, e pelo GPTW Chile, ficando na 3ª posição do ranking.

Ainda, somos a única farmacêutica tetracampeã pelo Guia Exame de Sustentabilidade, tendo consolidado nossa adesão ao Pacto Global da ONU em 2015, comprometendo-nos a seguir em nossas atividades os 10 princípios do documento estabelecido pelas Organizações das Nações Unidas.

Por fim, nossas operações seguem as boas práticas de fabricação do mercado e os resultados podem ser medidos pelos diversos reconhecimentos já conquistados. Mantemos um rígido cumprimento às normas de Good Manufacturing Practices (GMP), estabelecidas nas regulamentações vigentes no Brasil e fiscalizadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Adicionalmente, somos certificados pela ANMAT, INVIMA, DIGEMID, tendo, também, recebido os certificados OPAs, GBC, REBLAS e GMP.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Reconhecida pela comunidade médica e sociedade por promover o acesso à saúde e qualidade de vida com um preço acessível, qualidade e tratamentos inovadores, a Companhia se posiciona com destaque nos principais ramos farmacêuticos: prescrição médica (produção de remédios prescritos por médicos) e isentos de prescrição (produção de remédios que não contam com receita médica), genéricos (produção de remédios com o mesmo ativo, mas a preços mais baixos), hospitalar (comercialização de medicamentos e soluções parenterais de grande volume), oncologia (produção e desenvolvimento de produtos voltados para o tratamento de câncer) e veterinária (produção de remédios voltados para o tratamento de animais), com referência em SNC (Sistema Nervoso Central), anti-infecciosos e medicamentos hormonais. Devido às características dos produtos comercializados, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional – farmacêutico – razão pela qual a Companhia não apresenta a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8.

Para mais informações sobre os produtos e serviços comercializados dentro das diferentes áreas de atuação, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Receita líquida	5.723.191	100%	4.828.144	100%	3.701.854	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro líquido	848.970	100%	579.241	100%	491.617	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do processo de produção

A Companhia possui atuação no mercado latino-americano, estando presente em mais de 20 países na América do Sul e Central, Caribe e África, com plantas fabris estrategicamente distribuídas na América Latina.

No Brasil, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de medicamentos:

UNIDADE	LOCAL	ATIVIDADES
Eurofarma	Itapevi (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos: líquidos não estéreis e estéreis, semissólidos e sólidos. Fabricação de produtos veterinários Fabricação de produtos para saúde Fabricação de Cosméticos
Eurofarma	Ribeirão Preto (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos estéreis
Momenta	São Paulo (SP)	Fabricação de produtos farmacêuticos: pós e líquidos estéreis e sólidos orais Fabricação de produtos veterinários.

O processo de produção dos medicamentos sólidos pode ocorrer por "via úmida" ou "via seca", sendo que em ambos os casos, o primeiro passo é o peneiramento das matérias primas, para quebra de grumos.

Na "via úmida", a etapa posterior é a adição de um fluido (álcool ou água) para formação de uma pasta, auxiliando na homogeneização da mistura. Em seguida, a mistura é seca e granulada. O produto é então novamente transformado em pó e são adicionados os componentes que não entraram na mistura úmida.

Na "via seca", os pós são homogeneizados através de misturadores, sem utilização de uma solução granulante.

Nas duas vias, posteriormente, ocorrerá compressão, o revestimento (se necessário) e a blistagem. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos semissólidos são produzidos a partir da mistura das matérias-primas, realizada em reatores de fabricação, os quais promovem a mistura quente ou fria, sendo seguida da etapa de envase, em bisnagas de alumínio ou plástico. Posteriormente, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos líquidos são produzidos a partir da mistura das matérias primas em tanques de fabricação (posterior filtração) e, posteriormente, envasado nos frascos. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de embarque.

Os medicamentos estéreis são produzidos na forma líquida ou pó liófilo. Na forma líquida, são fabricados em tanques e, normalmente esterilizados por meio de filtros esterilizantes (membranas menores que 0,2 micras). Existem também, os processos em que a matéria-prima é recebida estéril e, todo o processo é realizado em área apropriada, sendo chamado de processo asséptico. Todo o processo é conduzido em área de grau apropriado, com as vestimentas apropriada, para que não haja contaminação do produto durante todo o seu processo. Após a manipulação, o produto é envasado em ampolas, frascos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ou bolsas, sendo hermeticamente fechados. Para os produtos pós, o líquido estéril é submetido ao congelamento e sublimação da água, restando no frasco o medicamento sob a forma de pó liófilo. Posteriormente, os produtos são colocados em suas embalagens secundárias (cartuchos ou displays) e nas caixas de embarque.

As atividades de produção seguem as normas vigentes das Boas Práticas de Fabricação e atendem às exigências dos órgãos reguladores e à legislação aplicável para cada tipo de produto. O procedimento de Boas Práticas de Fabricação é amplamente divulgado nas áreas, através de treinamentos de reciclagem.

(b) Características do processo de distribuição

A nossa operação de distribuição de produto é realizada por parceiros (transportadores) devidamente habilitados para este fim, cobrindo todas as regiões do Brasil. Em geral, o modal escolhido é o terrestre/rodoviário. Porém, para medicamentos perecíveis e/ou urgentes das linhas Hospitalar e Oncologia, operamos no modal rodo expresso para as regiões Sul e Sudeste e no modal aéreo para Centro Oeste, Norte e Nordeste.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos farmacêuticos comercializados no Brasil podem ser divididos em três categorias principais:

(i) Medicamentos RX ou Tarjados: Englobam as categorias de medicamentos de referência e de medicamentos similares, cuja aquisição e utilização dependem de prescrição médica e que apresentam, em sua embalagem, tarja (vermelha ou preta, conforme aplicável) indicativa desta necessidade. Também são conhecidos como medicamentos "éticos".

(ii) Medicamentos Genéricos: Medicamentos idênticos, ou bioequivalentes, aos respectivos medicamentos de referência na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, características de desempenho e uso pretendido, desenvolvidos após a expiração, renúncia ou quebra da patente do medicamento de referência em que se baseiam, e utilizando fórmulas de medicamentos de referência. A diferença se dá no nome, no fabricante e na forma de divulgação. Os medicamentos genéricos não são protegidos por patente e devem ser designados pela DCB (Denominações Comuns Brasileiras) ou, na sua ausência, pela DCI (Denominações Comuns Internacionais ou *International Nonproprietary Names* – INN, adotadas pela Organização Mundial da Saúde). Devido aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento e marketing, os preços dos medicamentos genéricos são inferiores aos dos medicamentos de referência.

(iii) Medicamentos OTC ("*over-the-counter*") ou Medicamentos de Venda Livre: Medicamentos cuja venda é livre, não requerendo a apresentação de prescrição médica. Esse grupo inclui medicamentos para tratamento de condições agudas fáceis de serem autodiagnosticadas, tais como remédios para tosse, dor e gripe. Também conhecidos como Medicamentos Isentos de Prescrição ("MIP").

A Eurofarma produz e comercializa medicamentos nas três categorias acima descritas com a ressalva de que, no Brasil, é vedada a comercialização de medicamentos no varejo fora de farmácias e drogarias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Embora atue em diferentes ramos farmacêuticos, as atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional, conforme descrito no item 7.2 deste Formulário de Referência.

Considerando o mercado farmacêutico brasileiro, a Companhia ocupava, em 2020, o 4º lugar em números de medicamentos produzidos. Para mais informações, vide item 7.3, c, ii deste Formulário de Referência.

De acordo com dados do IQVIA, o mercado farmacêutico mundial deve apresentar crescimento nominal composto médio de 4,8% ao ano no intervalo de 2020 a 2025, enquanto a América Latina deve apresentar crescimento nominal composto médio de 12,6% ao ano no intervalo de 2020 a 2025.

O consumo de medicamentos no Brasil, assim como em outros países da América Latina, está mais relacionado ao rápido envelhecimento e ao nível de renda da população. Nesse sentido, de acordo com o IBGE, a população idosa (com 60 anos ou mais) brasileira passou de cerca de 10,7% em 2010 para 14,3% em 2020. De acordo com a mesma fonte, estima-se que, em 2060, a população acima dos 60 anos represente cerca de 32,2%. Ainda, conforme estudo realizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina, atualmente, apenas 8% da população da América Latina tem 65 anos ou mais (número significativamente inferior à média europeia, com 17,5%). Entretanto, até 2050, a estimativa é que a população latina acima dos 65 anos chegue a 30%.

Ainda segundo o IQVIA, em 2020, o Brasil representou 36,7% do mercado farmacêutico de varejo da América Latina e está entre os países que possuem o maior mercado farmacêutico do mundo, e a sua relevância em escala global tende a crescer nos próximos anos. Tal crescimento se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento na expectativa de vida; (ii) crescimento populacional com o aumento da incidência de doenças crônicas; (iii) elevação dos padrões de assistência médica; (iv) desenvolvimento de novos produtos e tratamentos e (v) aprimoramento de campanhas governamentais de prevenção e assistência farmacêutica, ambulatorial e hospitalar, fatores esses que na visão da administração da Companhia, acentuados ao longo do tempo, poderão representar o combustível necessário para o crescimento de seu setor de atuação para os próximos anos.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os principais competidores da Companhia são apresentados abaixo, com base em sua participação considerando o mercado farmacêutico brasileiro total no ano de 2020:

EMPRESA	ANO 2020	MAKET SHARE%	RANKING
NC FARMA CORP	7.507.163.319	6,4%	1
SANOFI CORP	6.755.065.461	5,7%	2
HYPERA PHARMA CORP	6.499.665.943	5,5%	3
EUROFARMA CORP	6.077.708.965	5,1%	4
GSK CORP	5.763.562.430	4,9%	5
NOVARTIS CORP	5.321.438.512	4,5%	6
ACHE	4.606.463.272	3,9%	7
J&J CORP	4.132.807.368	3,5%	8
ROCHE	3.401.009.962	2,9%	9
TAKEDA PHARMA CORP	2.763.047.425	2,3%	10
BAYER CORP.	2.715.656.318	2,3%	11
MSD CORP	2.250.279.286	1,9%	12

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

UNIAO QUIMICA F N	2.172.624.790	1,8%	13
ASTRAZENECA BRASIL	2.077.867.246	1,8%	14
BIOLAB CORP	2.051.446.746	1,7%	15
LIBBS CORP	2.005.156.765	1,7%	16
PFIZER CORP	1.995.971.111	1,7%	17
CIMED CORP	1.960.639.672	1,7%	18
FQM CORP	1.910.619.030	1,6%	19
NOVO NORDISK CORP	1.776.610.289	1,5%	20
OUTROS	44.414.472.821	37,6%	-
TOTAL	118.159.276.733	-	-
Fonte: IQVIA - Retail + Non Retail - Edição Setembro 21 - Ano 2020 - Mercado Total (Ranking das 20 maiores corporações do mercado farmacêutico brasileiro no ano de 2020, Retail e Non Retail, segundo IQVIA.)			

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia usufrui de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Minas Gerais e convalidados pelo CONFAZ, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de insumos e bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos. O montante total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS foi de R$131,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R$97,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e R$29,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia vem cumprindo as obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de empregos, investimento, dentre outras. Entretanto, caso a Companhia deixe de cumpri-los seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez.

Adicionalmente, já há algum tempo existem projetos no Congresso Brasileiro objetivando uma possível reforma tributária no Brasil. Alguns projetos têm incorporado no seu texto propostas para a extinção de incentivos fiscais estaduais, podendo ou não preservar os atualmente concedidos para as Companhias até seu prazo final. Caso tais projetos venham a ser aprovados e transformados em lei, nossa geração de caixa também poderá sofrer um efeito adverso relevante.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia, embora utilize da tecnologia disponível no mercado para sua evolução/desenvolvimento. Algumas tendências como o aumento da relevância do e-commerce, da telemedicina e da utilização do receituário digital poderão impactar o comportamento dos nossos consumidores e do mercado em geral.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas

Nossas matérias-primas principais não apresentam sazonalidade relevante.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Sazonalidade de Produtos

A maioria dos nossos produtos não apresenta sazonalidade. Nossos poucos produtos que apresentam sazonalidade têm essa variação de vendas compensadas entre si, o que resulta numa estabilidade no nosso faturamento geral.

Dentre nossos produtos sujeitos à sazonalidade, destacam-se nossos antibióticos e antigripais, que tendem a ser mais vendidos no inverno.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Insumos e Mercadorias

A Companhia adquire uma ampla variedade de insumos (matérias-primas e embalagens) para o desenvolvimento das atividades nas linhas de negócios de atuação. Para uma descrição detalhada dos efeitos da regulação estatal sobre os insumos e matérias-primas que adquirimos, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Fornecedores

Os insumos são adquiridos seguindo especificações técnicas e um rigoroso processo de qualificação para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira de nossos fornecedores, buscando garantir os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da distribuição aos canais de comercialização.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Na data deste Formulário de Referência, não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a produtos fornecidos por poucos fornecedores.

Os principais fornecedores de matérias-primas são: CHEMO, Shenzen Techdow Pharmaceutical, DR.REDDYS, SINOPHARM, ADESTE, INVENTIA, Shandong Qilu Medicines, Zhejiang Xianju, SPEC-CHEM, IMCD, TIANJIN CHENGYI, Teva, NEWCHEM.

Os principais fornecedores de embalagens são: BECTON DICKINSON, SCHOTT, ORBIS, KLOCKNER, NOVA NORDEPLAST, WEST PHARMACEUTICAL, GRAFICA E EDITORA SARAPUI, WHEATON, EMBALAGENS FLEXIVEIS DIADEMA, APTAR, BEMIS, BRASKEM.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos insumos e matérias-primas que utilizamos nas atividades não estão sujeitos a condições conjuntas relevantes de volatilidade. Não obstante, a variação do câmbio e outros fatores econômicos podem provocar oscilações no preço de tais produtos. De qualquer maneira, a Companhia possui um programa de busca de novas fontes de fornecimento, assim como estoque de segurança para minimizar possíveis oscilações temporárias.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os clientes Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz Ltda e a Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda responderam, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As atividades da Companhia são exercidas por meio de um único segmento operacional.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As operações da Companhia estão sujeitas à aplicação de legislação e regulamentação específica, bem como supervisão e envolvimento de autoridades ou agências reguladoras brasileiras, nas esferas federal, estadual e municipal no que se refere, dentre outros, à regulamentação relacionada à vigilância sanitária, ao meio ambiente e regulamentação profissional específica e regulamentação de funcionamento das suas instalações.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação, sem prejuízo da responsabilização em âmbito civil e criminal, e que podem afetar negativamente seus negócios, resultados e situação financeira e, consequentemente, o valor de mercado de suas ações.

No Brasil, a atividade de Vigilância Sanitária é regulada pelas Leis n° 6.360/1976, n° 6.437/1977, n° 9.782/1999 e n° 13.043/14.

A Lei 9.782, de 26 de janeiro 1999, criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), uma autarquia sob regime especial, que atua a nível nacional em todo o território nacional, incluindo o controle sanitário por meio das Coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

Em complementação à legislação aplicável aos medicamentos no Brasil, a Lei n° 10.742/2003 implementou o regime de controle de preços do mercado de medicamentos, por meio da criação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, entidade que, dentre outras atribuições concede aos detentores de Registro Sanitário, Preços Fábrica, Preços Máximos ao Consumidor e Preços Máximos de Venda ao Governo, assim como concede ajustes anuais, fiscaliza e controla a aplicação e atendimento da regulamentação econômica pelos fabricantes, importadores, distribuidores e farmácias.

(i) Autorização de Funcionamento, Licença de Funcionamento e Alvará Sanitário

As empresas têm suas atividades autorizadas, reguladas e fiscalizadas, sendo certo que a regularidade é comprovada por meio da expedição, pela ANVISA da Autorização de Funcionamento de Empresa, documento que certifica a plena aptidão para o exercício das atividades de extração, produção, fabricação, transporte, armazenamento, síntese, purificação, fracionamento, embalagem, reembalagem, exportação armazenagem, expedição ou distribuição de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos.

A atividade de vigilância Sanitária no Brasil é descentralizada, de forma que as empresas submetidas a égide deste controle também devem estar regularizadas a nível municipal e estatual, respectivamente através da expedição dos competentes alvarás sanitários municipais e licenças de funcionamento estaduais.

(ii) Registro de Produto

Todos os medicamentos e produtos para a saúde são submetidos a Registro Sanitário perante a ANVISA, nos termos da Lei n° 6.360/1976 e Lei n° 9.782/1999, válido por dez anos e com renovação definida por ato próprio da ANVISA. Nota-se que desde 21 de janeiro de 2020, a validade do registro de medicamentos, que antes era de cinco anos, passou a ser de dez anos. Também o fabricante do

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

medicamento ou produto para a saúde deve protocolar todas as alterações pós registro, mantendo o dossiê do Registro Sanitário devidamente atualizado.

Neste sentido, a ANVISA é o órgão responsável por deferir ou indeferir, com os devidos motivos, todos os requerimentos de registro, alterações pós registro e revalidações solicitadas. A ANVISA classifica os Registros Sanitários em função dos tipos de medicamentos a seguir apresentados:

a. Medicamento Novo

Medicamento com insumo farmacêutico ativo não registrado no país, seus novos sais, isômeros ou mistura de isômeros, ésteres, éteres, complexos ou demais derivados igualmente não registrados.

b. Medicamento Biológico

Os medicamentos biológicos são moléculas complexas de alto peso molecular obtidas a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou procedimentos biotecnológicos por meio de manipulação ou inserção de outro material genético (tecnologia do DNA recombinante) ou alteração dos genes que ocorre devido à irradiação, produtos químicos ou seleção forçada.

c. Medicamento Genérico

Medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional (DCI).

d. Medicamento Similar

São aqueles que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

e. Medicamento Fitoterápico

Produto obtido de matéria-prima ativa vegetal, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, incluindo medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, podendo ser simples, quando o ativo é proveniente de uma única espécie vegetal medicinal, ou composto, quando o ativo é proveniente de mais de uma espécie vegetal.

f. Medicamento Dinamizado - Homeopático, Antroposófico e Anti-homotóxico Medicamento preparado a partir de substâncias que são submetidas a triturações sucessivas ou diluições seguidas de sucussão, ou outra forma de agitação ritmada, com finalidade preventiva ou curativa a serem administrados conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica. O registro de medicamentos dinamizados é regulamentado pela Resolução da Diretoria Colegiada ("RDC") nº 238, de 25 de julho de 2018, bem como pelas Instruções nº 25 e 27, também de 27 de julho de 2018.

g. Medicamento de Referência

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

É um produto inovador. Esta classificação é utilizada para determinar a especificação de um medicamento que tenha sua eficácia, segurança e qualidade comprovadas e reconhecidas cientificamente.

h. Medicamento Específico

São considerados medicamentos específicos os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa não enquadrados nas categorias de medicamento novo, genérico, similar, biológico, fitoterápico ou notificado e cuja(s) substância(s) ativa(s), independente da natureza ou origem, não é passível de ensaio de bioequivalência, frente a um produto comparador. São ainda considerados na categoria de específicos os medicamentos à base de vitaminas e/ou minerais e/ou aminoácido e/ou proteínas isoladas ou associadas entre si para uso oral; as nutrições parenterais, os produtos para a prevenção da desidratação e para a manutenção da hidratação; as lágrimas artificiais e lubrificantes oculares.

i. Medicamento de Notificação Simplificada – Baixo Risco

Alguns medicamentos da categoria acima poderão ser classificados como de notificação simplificada. Estes medicamentos podem ser conceituados como produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa na qual existe baixo risco de que seu uso ou exposição possa causar consequências e ou agravos à saúde quando observadas todas as características de uso e de qualidade descritas em regulamentos específicos emanados pela ANVISA.

j. Medicamento de prescrição e isento de prescrição

Conhecido internacionalmente como *over-the-counter medicine* (ou medicamento de venda livre). Para que tal produto seja registrado como medicamento isento de prescrição e, portanto, possa ser vendido diretamente ao consumidor no Brasil, este deverá atender os seguintes critérios: (i) tempo de comercialização; (ii) perfil de segurança; (iii) indicação para tratamento de doenças não graves; (iv) indicação de uso por curto período; (v) ser manejável pelo paciente, seu cuidador, ou mediante orientação pelo farmacêutico; (vi) baixo potencial de risco em situações de mau uso ou abuso ou intoxicação; e (vii) não apresentar potencial de dependência.

(iii) Regulação Econômica do Mercado de Medicamentos no Brasil

No Brasil, os preços dos medicamentos são controlados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), criada e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e pela Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, que é responsável pela definição de diretrizes e procedimentos relacionados à regulação econômica do mercado de medicamentos.

Sua finalidade institucional é garantir a competitividade do mercado brasileiro de medicamento, bem como a disponibilidade dos produtos para o consumidor, combatendo as assimetrias de mercado. Atualmente as atividades da CMED são exercidas por uma Secretaria Executiva, cuja atividade, está atribuída a própria ANVISA, que por sua vez exerce o controle do "ajuste", por meio da concessão do preço, estipulação da faixa de reajustes anuais e controle da regularidade na comercialização por meio de relatórios de comercialização expedidos pelo setor regulado.

A CMED utiliza como critério de definição de ajuste o sistema do Preço Teto (*Price Cap*) com adaptações à realidade local que consiste em um mecanismo de fixação de preços e de reajuste por índice público de preços, acompanhada de previsão de redução de custos por aumento de produtividade, com o

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

objetivo de estimular, de forma muito simples e transparente, a busca de aumento de eficiência microeconômica. A regulação de preço teto é prospectiva, isto é, o custo histórico da firma não é usado com base para a determinação dos preços futuros.

Por meio da Resolução n° 02, de 02 de março de 2019, a CMED iniciou um processo de liberalização dos preços de medicamentos isentos de prescrição médica (MIP) retirando a necessidade de fixação de preço-teto para parte dos produtos que as pessoas podem comprar livremente em farmácias. Contudo, atualmente estes produtos não são o foco da Companhia.

A CMED estipula e controla a prática de preços máximos a serem praticados por fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias (Preço Fábrica- PF), bem como pelas farmácias e drogarias aos consumidores finais (Preço Máximo ao Consumidor - PMC), além de estipular, para vendas ao mercado público, desconto mínimo obrigatório sobre o preço fábrica dos medicamentos integrantes das categorias abaixo informadas (Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG): Medicamentos sujeitos a PMVG – Resolução CMED nº 04/2006:

a. medicamentos incluídos na Lista de Componentes Especializados de Assistência Farmacêutica (Lista de Componentes Especializados da Assistência Farmacêutica);

b. medicamentos incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS;

c. medicamentos incluídos no Programa de Sangue e Produtos Relacionados ao Sangue;

d. produtos antineoplásticos ou produtos médicos utilizados no tratamento do câncer;

e. medicamentos adquiridos por ordem judicial; e

f. novos medicamentos classificados na categoria I (produto novo com molécula que seja objeto de patente no país e que traga ganho para o tratamento em relação aos medicamentos já utilizados na mesma indicação terapêutica), II (produto novo que não se enquadre como Categoria I) e V (produto com nova forma farmacêutica no país ou com uma nova associação de princípios ativos já existentes no país), de acordo com a Resolução nº 2/2004 do CMED.

A CMED tem como finalidade institucional promover a disponibilidade de medicamentos para o mercado consumidor, por meio da regulação econômica, estimulando a competitividade e reduzindo as assimetrias de mercado existentes através do estímulo a competitividade. Contudo, como o modelo de precificação é prospectivo, alterações de custo do Ingrediente Farmacêutico Ativo -IFA e necessidade de investimentos para adequações às regulações sanitárias e produtivas, dentre outros fatores, podem, de forma isolada ou composta, ensejar a necessidade de aplicação de ajuste extraordinário de preços, fugindo da regra do ajuste inicial ou do ajuste anual de preços, levando em alguns casos, a inversão da lógica do sistema Price Cap adotada pela CMED em alguns medicamentos, podendo afetar temporariamente o segmento operacional ao qual o medicamento esteja inserido, e consequentemente o resultado financeiro da Companhia. As infrações a regulação econômica de mercado são apuradas e aplicadas pela CMED em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei n° 8.078/1990, que implementou o Código de Defesa do Consumidor.

(iv) Propaganda de Produtos Farmacêuticos

De acordo com a Constituição Brasileira, a propaganda de produtos farmacêuticos que possam prejudicar a saúde dos consumidores está sujeita a restrições legais e deve incluir advertências

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

associadas ao consumo e uso de tais produtos. A fim de realizar propaganda, o produto farmacêutico deve ser registrado e/ou notificado junto à ANVISA, dependendo do produto.

(v) Infrações Sanitárias

A Lei nº 6.437/77, regulamenta o processo administrativo sanitário no campo dos fatos e atos passíveis de caracterização de infração sanitária. Uma vez configuradas as infrações sanitárias, são estipuladas sanções que vão desde uma advertência até o cancelamento das licenças sanitárias, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais: (i) advertência; (ii) multa; (iii) apreensão de produto; (iv) inutilização de produto; (v) interdição de produto; (vi) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (vii) cancelamento de registro de produto; (viii) interdição parcial ou total do estabelecimento; (ix) proibição de propaganda; (x) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa; (xi) cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento; (xii) intervenção no estabelecimento que receba recursos públicos de qualquer esfera; (xiii) imposição de mensagem retificadora; (xiv) suspensão de propaganda e publicidade.

(vi) Código de Defesa do Consumidor

No Brasil, as atividades da Companhia ainda estão sujeitas ao Código de Proteção ao Consumidor (CDC), que estabelece um sistema complexo e amplo para proteger os direitos dos consumidores e impõe uma rígida e solidária responsabilidade por defeitos de produtos e serviços em toda a cadeia de suprimentos. O CDC favorece a defesa dos direitos dos consumidores perante os tribunais, inclusive por meio da inversão do ônus da prova em processos cíveis. A caracterização de uma eventual infringência às disposições acima referidas pode afetar as atividades da Companhia, na medida da gravidade apurada com relação ao eventual ilícito, tanto a nível econômico, com a imposição de multas ou a suspensão da comercialização de medicamentos, como com a eventual suspensão ou cancelamento das licenças, ainda que seja garantido ao processo administrativo sancionador a ampla defesa e o contraditório.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia divulga relatório de sustentabilidade, conforme descrito no item 7.8 deste Formulário de Referência, de acordo com os padrões internacionais GRI Standards.

A Eurofarma possui, ainda, uma Política Ambiental & Energética, Saúde e Segurança do Trabalho estruturada e realiza monitoramento constante de suas ações para detectar oportunidades de melhorias.

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA está estruturado de acordo com a Norma NBR ABNT ISO 14001 e estende-se às principais operações industriais do Brasil localizadas nos municípios de Itapevi e São Paulo (Momenta). Em linha com o pioneirismo e a inovação da Companhia na agenda ambiental, desde 2019 foi conquistada a implementação e certificação do Sistema de Gestão Energética (SGE) conforme a Norma NBR ABNT ISO 50001.

O Sistema de Gestão Ambiental & Energética está estabelecido com base no modelo de gestão PDCA – Plan, Do, Check, Act, que possibilita um processo de melhoria contínua, composto de seis elementos principais, são eles:

1. Política Ambiental e Energética – expressa os princípios e compromissos que norteiam o desempenho da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

2. Planejamento – analisa os aspectos e impactos ambientais e energéticos gerados pelas atividades desenvolvidas pela empresa e estrutura ações de controle.

3. Implantação e Operação – inclui ações estruturadas para controle de aspectos identificados e o atendimento a metas e objetivos ambientais e energéticos.

4. Monitoramento e Correção das Ações – implica no monitoramento e na utilização de indicadores que atestam se as metas e os objetivos estão ou não sendo atingidos, o que prepara o caminho para a revisão de rotas.

5. Revisão Gerencial – inclui a revisão do Sistema de Gestão Ambiental – SGA pelo grupo gestor da empresa, a fim de assegurar sua perspectiva, adequação e efetividade.

6. Melhoria Contínua por meio da Ferramenta PDCA:

Plan (planejar) – definir claramente o problema; investigar suas características sob diversas ópticas e apontar a causa fundamental.

Do (executar) – bloquear a causa fundamental.

Check (verificar) – constatar se o bloqueio é efetivo.

Act (agir corretivamente) – evitar contra o retorno do problema e rever os métodos empregados para reutilizá-los em trabalhos futuros.

Adicionalmente, a Companhia estabeleceu através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários as cinco dimensões estratégicas de atuação ambiental, sendo estas:

- Eficiência Hídrica: A Companhia dedica uma grande atenção para redução e otimização de seu consumo, com projetos e iniciativas inovadoras para a eficiência hídrica. O sistema de reuso de água foi iniciado na Unidade Itapevi em 2012, e adotado em larga escala na Unidade Ribeirão Preto em 2016. Ao longo dos anos, ambas passaram por sucessivos processos de melhoria e adoção de novas tecnologias com investimento aproximado de R$ 5,0 milhões, como a implementação do processo de filtragem por ultrafiltração e osmose reversa no efluente tratado aprimorando a qualidade final com ampliação em larga escala para consumo em processos industriais que requeiram o uso de água não potável. Desde 2013, a Companhia implantou algumas parcerias público-privada para doação do excedente da água de reuso. Neste processo, a Companhia conta com o apoio do Grupo Estre e das Prefeituras Municipais de Itapevi e Jandira que utilizam este recurso para atividades diversas de fins não potáveis, contribuindo para o uso responsável de água. A Companhia estabeleceu como meta corporativa vinculada ao pagamento de remuneração variável dos seus principais executivos que atuam em áreas com aspectos ambientais para 2020 e 2021 a redução do consumo de água.
- Eficiência Energética: A Companhia realizou investimentos em um sistema para geração de energia fotovoltaica na Unidade Itapevi, com cerca de 7.300 painéis solares instalados. Já foram investidos aproximadamente R$ 10 milhões nesta tecnologia. Em 2019, a Companhia tornou-se a primeira farmacêutica brasileira a receber a certificação ISO 50.001:2018. A Companhia adota, também, uma política de baixo consumo para aquisição de equipamentos e na consolidação de processos industriais buscando menor consumo de energia e priorizando fontes renováveis.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Gestão de Resíduos: A Companhia vem se destacando em ações pioneiras em relação a gerenciamento de resíduos. Desde 2009, incluiu na parte interna dos cartuchos (caixinhas do medicamento) informações sobre o descarte correto das embalagens, sendo este um canal importante para o fortalecimento da conscientização ambiental para os consumidores localizados em todo o país. No ano seguinte, em 2010, estabeleceu parceria público-privada junto ao Grupo Pão de Açúcar e prefeituras municipais para a implantação de pontos de coleta para o descarte voluntário de eventuais sobras de medicamentos ou produtos vencidos sendo posteriormente esta experiência compartilhada junto a ANVISA para apoiar na regulamentação do processo de logística reversa de medicamentos que foi instituído a partir de 2020 em todo o Brasil. Em 2018, criou o selo +Verde, para o qual desenvolveu metodologia, homologada pela ANVISA, que permite a descontaminação das embalagens primárias dos medicamentos em ambiente doméstico além da ampliação do impacto positivo de sua embalagem que é confeccionada com 30% de aparas recicladas. A metodologia possibilita a reciclagem de 100% dos resíduos gerados pós consumo e se configura como alternativa à logística reversa na valorização ao ciclo de reciclagem de materiais. Ainda nesse ano, a Companhia lançou o primeiro medicamento do mercado a utilizar o polímero verde, sendo este produzido por processo de menor emissão de carbono em relação ao processo convencional. A Companhia também foi pioneira na adoção da tecnologia de destruição de seus resíduos perigosos por coprocessamento, processo baseado na utilização destes materiais como insumo para o processo de fabricação de cimentos. Cabe ressaltar que essa tecnologia emite menos carbono que a destruição por incineração e permite que mais de 90% dos resíduos perigosos sejam coprocessados.

- Mudanças Climáticas: A Companhia publica periodicamente um inventário de emissões de gases de efeito estufa, segundo as diretrizes estabelecidos pela metodologia GHG Protocol, desde 2008. Em virtude da relevância das emissões provenientes da frota de veículos próprios identificadas nesse estudo foi estabelecido no ano seguinte, em 2009, a Política de Consumo de Combustível com determinação para uso de 75% de etanol x 25% de gasolina. Esse fator contribuiu para a redução de 58% na emissão de CO_2 pela frota da Companhia em 2020. Ações de redução para a redução de carbono também estão instituídas na estratégia de clima da Companhia, tendo sido realizadas ao longo de 2021 aquisições de créditos de carbono para neutralizar as emissões diretas de carbono.

- Recursos Renováveis: A Companhia possui diversos programas e produtos buscando a redução no consumo de recursos como programas consolidados destacados: (a) programa papel zero instituído em 2015 como foco na redução de impressões e consumo de papel, o qual conquistou resultados expressivos, tais como: (i) eliminação de aproximadamente 2,3 milhões de impressões (33%) e (ii) adoção de prática para maior aproveitamento do papel através da impressão frente/verso que (55% dos documentos físicos emitidos pela Companhia); (b) selo +Verde: identificador de medicamentos com ações inovadoras capazes de gerar impacto positivo em toda a cadeia. Desde o seu lançamento já comercializamos 28 milhões de produtos com esta iniciativa; e (c) logística reversa de caixas de papelão na cadeia de fornecedores, a qual foi instituída no ano de 2020, decorrente da carência desse recurso provocada pela pandemia. Foi estabelecida parceria com fornecedores de materiais de embalagem que ao efetuar a entrega dos insumos efetuam a retirada das suas caixas de papelão para reutilização,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

sendo que cada caixa pode ser reutilizada por até quatro vezes. Essa iniciativa contabiliza até o momento a reutilização de 27 toneladas que correspondem a 45.000 unidades com ganhos ambientais diretos relacionados a redução do consumo de recursos naturais.

Para ilustrar tais políticas e práticas ambientais, abaixo é apresentada uma tabela contendo o montante investido em ações ambientais pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Meio Ambiente

Investimento ambiental (R$)	2018	2019	2020
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	10,4 milhões	13,9 milhões	15,5 milhões
Investimento em programas e/ou projetos externo	135 mil	115 mil	104 mil
Total de investimentos em meio ambiente	**10,5 milhões**	**14 milhões**	**15,6 milhões**

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

No Brasil, a Companhia é titular de marcas, nomes de domínio e outros ativos de PI relevantes atrelados às suas atividades.

Patentes

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, faz jus a uma patente. Patente é um título de propriedade que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), contados da data do depósito, não prorrogável, sendo que o prazo de vigência de uma patente não poderá ser inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para o modelo de utilidade, estes últimos contados da data da concessão da patente.

Relevante destacar que, para serem concedidas, as patentes de invenção deverão atender aos requisitos de novidade atividade inventiva e aplicação industrial, enquanto os modelos de utilidade, por se tratar de objetos de uso prático ou partes deste que apresentem nova forma ou disposição, estes deverão atender aos requisitos de aplicação industrial e novidade.

Software

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados", nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 ("Lei de Software").

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 ("Lei de Direitos Autorais") em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Para mais informações sobre marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 85,4% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos ao Brasil.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 14,6% da receita líquida total da Companhia foi proveniente de clientes atribuídos a países estrangeiros.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 14,5% da receita líquida da Companhia foi proveniente de países estrangeiros, conforme detalhado na tabela abaixo.

País / Região	Receita Líquida 2020 R$ milhares	% Total
Brasil	4.893.417	85,5%
Mercado interno	4.887.018	85,4%
Mercado externo	6.399	0,1%
América Central	257.273	4,5%
Chile	173.460	3,0%
Colômbia	128.968	2,3%
Peru	99.937	1,7%
Argentina	69.927	1,2%
Uruguai	56.276	1,0%
Equador	26.895	0,5%
Bolívia	14.508	0,3%
Paraguai	1.903	0,0%
México	627	0,0%
Total	**5.723.191**	**100,0%**

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira relevante na condução de suas atividades no exterior.

7.8 - Políticas Socioambientais

Desde 2006, a Eurofarma apresenta publicamente seus resultados financeiros e um resumo de suas ações anuais. Em 2009, foi o primeiro laboratório farmacêutico brasileiro a adotar à metodologia internacional GRI Standards, da Global Reporting Initiative, padrão que permanece.

Para orientar o conteúdo a ser reportado neste relatório a Eurofarma utilizou a consulta feita com seus principais públicos de relacionamento, que apontaram os temas que consideravam importantes verem retratados. Também considerou seu planejamento estratégico com a Visão 2022 e as tendências e desafios do setor farmacêutico.

O Relatório de 2021, referente ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, apresenta um relato direto e fundamentado em dados, sobre temas que são relevantes à sociedade, aos colaboradores e ao mercado.

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu Relatório Anual, a Controladora da Companhia segue as premissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*) na opção essencial.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas no site da Companhia, qual seja: (i) https://eurofarma.com.br/relatorio-anual; e (ii) https://eurofarma.com.br/cartilha-sustentavel.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os objetivos 3 (saúde de qualidade), 4 (educação de qualidade), 8 (trabalho digno e crescimento econômico) e 12 (produção e consumo responsáveis), conforme elencado pelo Comitê de Responsabilidade Social corporativa como prioridades, considerando as diretrizes estratégicas da Companhia, em 2019.

Não obstante, a Companhia também incluirá na lista de ODS prioritários o 13 (ação contra a mudança global do clima) em seu relatório referente a 2021.

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

Não aplicável. As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Iniciativas Ambientais da Companhia

Além das políticas ambientais descritas no item 7.5 e do relatório de sustentabilidade descrito no item 7.8, a Companhia também planeja adotar as seguintes iniciativas ambientais:

- *Aterro Zero*: A busca pelo Aterro Zero está na lista de compromissos estabelecidos pela Companhia com evolução expressiva de redução ano a ano. Entre as ações de maior destaque estão: (i) a implementação de compostagem de orgânicos, (ii) a adoção de reciclagem de materiais gerados em obras civis e (iii) as parcerias com cooperativas estabelecidas próximas a suas principais operações industriais (Itapevi, Ribeirão Preto e São Paulo).
- *Programa de mãos dadas com a escola*: Trata-se de programa que agrega incentivo à reciclagem e auxílio educacional para beneficiar colaboradores e prestadores de serviços com filhos cursando o Ensino Fundamental. O projeto transfere os recursos obtidos com a venda de materiais reciclados coletados pela Companhia para a compra de material escolar e reembolso de despesas com aquisição de livros.
- *Política de Consumo de Combustível*: Em linha com a Política estabelecida pela Companhia, foi assumido o compromisso público para aquisição de veículos híbridos na composição da frota de uso administrativo.

Conservação de áreas verdes: A Companhia também atua em outras áreas para a conservação de áreas verdes que correspondem a cerca de 435 mil m². Essas áreas integram as ações em prol da agenda de carbono, a qual vem sendo ampliada a cada ano através do Programa Raízes. Nesse sentido, em 2021, a Companhia inaugurou uma trilha ecológica na sua unidade de Itapevi, a qual está situada em uma área de preservação da Mata Atlântica, com diversas espécies nativas da fauna e da flora, em mais uma ação para fortalecer o processo de educação ambiental. Por fim, a Companhia construiu, em 2020, a Horta de Manejo Orgânico que ocupa uma área aproximada de 1.250 m² estabelecida em duas operações industriais (Itapevi e Ribeirão Preto). Em uma iniciativa que une sustentabilidade, educação ambiental e saúde, todas as hortaliças são cultivadas sem a utilização de agrotóxicos. Os canteiros foram construídos com tijolos ecológicos e sistema de irrigação por gotejamento, assim, os vegetais se desenvolvem sem competição com ervas invasoras e a biodiversidade contribui para que os insetos não se tornem pragas e que os polinizadores façam seu trabalho. Os colaboradores entregam uma embalagem reciclável e recebem em troca uma hortaliça. O programa distribuiu, desde o seu início, cerca de 40.000 hortaliças orgânicas e recolheu aproximadamente 1.200 kg de resíduos recicláveis.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Planta Fabril Itapevi	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
Planta Fabril – Freguesia do Ó	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Planta Fabril – Ribeirão Preto	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Planta Fabril - Guatemala	Guatemala			Própria
Planta Fabril - Colômbia	Colômbia			Própria
Planta Fabril – Chile Cerrilos	Chile			Própria
Planta Fabril – Chile Pudahel	Chile			Alugada
Planta Fabril - Peru	Peru			Própria
Planta Fabril - Argentina	Argentina			Própria
Planta Fabril - Uruguai	Uruguai			Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Medicamento oral e uso da composição farmacêutica oral – Pedido de Registro nº PI 1103205-7		Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Patentes	Medicamento liofilizada de anti-inflamatório não esteroide–Pedido de Registro nº BR 11 2021 017127-4		Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Patentes	Forma cristalina de cloridrato de fentermina e proc. de obtenção da mesma – P. de Registro nºPCT/BR2		Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº 823239870, para a marca “TAMISA 20”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 13/02/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 81949011, para a marca “SELENE”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 24/05/2025 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827827270, para a marca “VERSA”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 13/04/2030 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827827296, para a marca “VERSA”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 25/09/2029 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 900973064, para a marca “EUROFARMA ASTRO”, marca mista, na Classe NCL(9) 05.	Até 11/06/2023.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 820044202, para a marca “PONDERA”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 10/09/2022 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827243200, para a marca “DUOMO”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 25/09/2027 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 006173004, para a marca “CARBOLITIUM”, marca nominativa, na Classe 05.	Até 10/12/2025 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 824616960, para a marca “TROK”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 24/04/2027 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 902027115, para a marca “ESC”, marca nominativa, na Classe NCL(9) 05.	Até 31/07/2022 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 911337466, para a marca “ALTAD”, marca nominativa, na Classe NCL(10) 05.	Até 08/05/2028 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901576638, para a marca “QUET”, marca nominativa, na Classe NCL(9) 05.	Até 08/11/2031 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 827394152, para a marca “AMATO”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 13/04/2030.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 822919044, para a marca “HEPTAR”, marca nominativa, na Classe NCL(7) 05.	Até 17/10/2026 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 900110732, para a marca “PACO”, marca nominativa, na Classe NCL(8) 05.	Até 06/10/2029 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 911545026, para a marca “DESVE”, marca nominativa, na Classe NCL(10) 05.	Até 19/06/2028 (renovável).	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	eurofarma.com.br	Até 24/01/2029	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Patentes	Composições mucoaderentes e seus usos – Número PI 0803568-7	Até 14/08/2029	Expiração do prazo de vigência; Falta de pagamento da retribuição anual; Processos administrativos de nulidade.	A perda dos direitos sobre patentes implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem o objeto da patente sem o pagamento de royalties. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Patentes	Medicamento para o tratamento de hiperplasia prostática benigna – Pedido de Registro nºPI 1103204-9		Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Eurofarma Chile S.A.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile			Fabricação e comercialização de toda classe de produtos industriais, especialmente no ramo químico farmacêutico, medicamentos, cosméticos ou qualquer atividade derivada.	99,960000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2020	64,802927	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	244.465.009,40
31/12/2019	116,423538	0,000000	0,00			
31/12/2018	79,463152	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Eurofarma Chile S.A é a responsável pela produção, venda e distribuição dos produtos no Chile.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Eurofarma Chile S.A.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Colômbia			Fabricação e comercialização de toda classe de produtos industriais, especialmente no ramo químico farmacêutico, medicamentos, cosméticos ou qualquer atividade derivada	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2020	97,771190	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	66.632.922,34
31/12/2019	1,529343	0,000000	0,00			
31/12/2018	20,921505	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Eurofarma Colômbia S.A.S é a responsável pela produção, venda e distribuição dos produtos na Colômbia.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Eurofarma Chile S.A.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Guatemala			Fabricação e comercialização de toda classe de produtos industriais, especialmente no ramo químico farmacêutico, medicamentos, cosméticos ou qualquer atividade derivada.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2020	31,738011	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	560.467.258,98
31/12/2019	221,901870	0,000000	0,00			
31/12/2018	202,378959	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Eurofarma Guatemala Sociedad Anónima é a responsável pela produção, venda e distribuição dos produtos na Guatemala.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Eurofarma Chile S.A.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Peru			Fabricação e comercialização de toda classe de produtos industriais, especialmente no ramo químico farmacêutico, medicamentos, cosméticos ou qualquer atividade derivada.	99,360000
				Valor mercado				
31/12/2020	26,952836	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	145.160.871,08		
31/12/2019	9,564198	0,000000	0,00					
31/12/2018	14,647104	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Eurofarma Peru S.A.C. é a responsável pela produção, venda e distribuição dos produtos no Peru.

Momenta Farmacêutica Ltda.	14.806.008/0001-54	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria, comércio, beneficiamento, exportação, importação e transporte de produtos químicos e farmacêuticos para fins industriais, insumos biológicos e químicos para fins de investigação e pesquisa, biólogos, opoterápicos, cosméticos, higiene e toucador, perfumes, dietéticos, alimentícios e correlatos, para uso humano e veterinário, para agricultura e investigação cientifica, adubos e fertilizantes, material para uso de ambulatório hospitalar, médico cirúrgico, dentário e enfermagem, aparelhos médicos, químicos e odontológicos, produtos saneantes, domissanitários, desinfetantes, detergentes, inseticidas, produtos alimentícios para animais, recipientes e embalagens plásticas e de vidro e outros correlatos, sempre relacionados com seu ramo de negócio.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	-4,264880	0,000000	30.000.000,00	**Valor contábil**	31/12/2020	140.844.039,17		
31/12/2019	17,871051	0,000000	54.500.000,00					
31/12/2018	21,096123	0,000000	49.000.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Momenta Farmacêutica Ltda. é responsável pela fabricação de antibióticos orais e injetáveis bem como pela comercialização de produtos no Brasil.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Supera Farma Laboratórios S.A.	43.312.503/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria, comércio atacadista e varejista, o beneficiamento, importação e transporte de produtos farmacêuticos, biológicos, opoterápicos, cosméticos, higiene e toucador, perfumes, dietéticos, alimentícios e correlatos para uso humano.	50,000000

				Valor mercado		
31/12/2020	39,088154	0,000000	14.445.597,14	**Valor contábil**	31/12/2020	54.426.317,68
31/12/2019	13,586219	0,000000	32.650.000,02			
31/12/2018	-13,920430	0,000000	28.916.157,21			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Joint Venture formada entre Eurofarma Laboratórios S.A. e Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. para comercialização de portfólio de produtos da marca Supera no Brasil, através da controlada Supera RX Medicamentos Ltda.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os exercícios analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais sólidas da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 1,28. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 1.387.214 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 607.732 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2020 comparado a 2019 ocorreu devido à captação de notas promissórias e debêntures para suportar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 0,91. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 399.494 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 612.356 mil. O aumento do índice de endividamento total em 2019 comparado a 2018 ocorreu devido à captação de notas promissórias para suportar o plano de investimentos da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 0,61. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 188.122 mil e a dívida líquida bancária totalizava R$ 38.948 mil.

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta índices de liquidez confortáveis e condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez geral (correspondente à divisão entre a somatória do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo pela somatória do passivo circulante e do passivo não circulante) foi 1,78, ante o índice de 2,10 em 31 de dezembro de 2019 e de 2,64 em 31 de dezembro de 2018.

Apresentamos abaixo os índices de liquidez e de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(em R$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante (A)	3.798.883	2.306.628	1.557.625
Ativo Não Circulante (B)	2.513.222	2.427.796	1.963.114
Ativo Total (C)	6.312.105	4.734.424	3.520.739
Passivo Circulante (D)	1.416.769	1.039.673	1.077.672
Passivo Não Circulante (E)	2.130.128	1.218.321	255.016
Passivo Total (F)	3.546.897	2.257.994	1.332.688
Patrimônio Líquido (G)	2.765.208	2.476.430	2.188.051
Índice de Liquidez Corrente (A) / (D)	2,68	2,22	1,45
Índice de Liquidez Geral (C) / (F)	1,78	2,10	2,64
Índice de Endividamento Total (F) / (G)	1,28	0,91	0,61

(b) Estrutura de capital

A Companhia financia suas operações através de capital próprio e de terceiros. A Diretoria acredita que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital adequada e equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.546.897	2.257.994	1.332.688
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.765.208	2.476.430	2.188.051
Capital total (terceiros + próprio)	**6.312.105**	**4.734.424**	**3.520.739**
Parcela de capital de terceiros	56,2%	47,7%	37,9%
Parcela de capital próprio	43,8%	52,3%	62,1%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, conforme demonstrado no item "a" acima, eram de (a) 1,78 e 2,68; (b) 2,10 e 2,22; e (c) 2,64 e 1,45, respectivamente.

A Diretoria entende que a principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado através de suas atividades operacionais. Em 2020 a Companhia teve geração de caixa operacional de R$ 750,5 milhões (versus R$ 485,4 milhões em 2019 e R$ 379,3 milhões em 2018).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020 a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 1.387,2 milhões (ante R$ 399,5 milhões em 2019 e R$ 188,1 milhões em 2018) e a dívida líquida bancária totalizava R$ 607,7 milhões (ante R$ 612,3 milhões em 2019 e R$ 38,9 milhões em 2018).

Desta forma, considerando os recursos existentes em caixa, a geração de caixa operacional e a sua capacidade de captar recursos no mercado, acreditamos que a Companhia tem plena capacidade e condições financeiras suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto, médio e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação referentes às suas atividades e negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, Debêntures, Notas Promissórias e arrendamentos a pagar) atingiu o montante de R$ 1.994.946 mil.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamentos, Debêntures, Notas Promissórias e arrendamentos a pagar relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

					Consolidado	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						
Moeda Nacional	**Indexador**	**Encargos financeiros - %**	**Garantias**	**Vencimento**	**2020**	**2019**
Capital de giro	-	20,53% a.a.	Aval	2020	-	19
FINAME	TJLP	6,0% a.a.	Nota promissória e alienação fiduciária	2020 a 2024	16.637	21.281
FINEP	TJLP	5,0% a.a.	Fiança bancária	2020 a 2024	94.335	89.450
Notas promissórias comerciais	CDI	109,90% CDI a.a.; CDI + 0,77% a.a. e CDI + 3,10% a.a.	Sem aval e/ou garantia	2022 a 2024	1.245.724	793.239
BNB	IPCA	IPCA + 0,7416% a.a.	Carta de fiança bancária	2030	51.417	-
Mútuo - partes relacionadas – Orygen	CDI	100,0% CDI	Sem aval e/ou garantia	2021 a 2023	5.205	6.000
Total					**1.413.318**	**909.989**
Moeda nacional:						
FINIMP	US$	1,579% a 4,2038% a.a. + Libor	Nota promissória e alienação fiduciária	2020 a 2023	59.326	53.805
Total					**59.326**	**53.805**
Passivo circulante					132.144	58.712
Passivo não circulante					1.340.500	905.082
Total Empréstimos e Financiamentos					**1.472.644**	**963.794**
DEBÊNTURES E/OU NOTAS PROMISSÓRIAS						
Modalidade	**Indexador**	**Taxa média**	**Garantia**			
Debêntures 1° emissão (i)	CDI	CDI + 2,70% a.a.	Sem aval e/ou garantia		485.876	-
Custos de captação a apropriar					-7.078	-
Total					**478.798**	**-**
Passivo circulante					-	
Passivo não circulante					-	-
Total Debêntures e/ou Notas Promissórias					**478.798**	**-**
ARRENDAMENTO A PAGAR						
Passivo circulante					22.774	23.322
Passivo não circulante					20.730	24.734
Total Arrendamento a pagar					**43.504**	**48.056**
Total Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Notas Promissórias e Arrendamento a pagar					**1.994.946**	**1.011.850**

O detalhamento dos principais contratos relevantes encontra-se destacado abaixo:

a) Notas Promissórias Comerciais:

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia captou, via emissão de Notas Promissórias Comerciais, R$ 400 milhões ao custo de 109,90% da CDI a.a., para seu plano de investimento. O prazo de vencimento é de três anos, a partir da data de emissão, com pagamento de principal e juros em fevereiro de 2022. Em 27 de novembro de 2020, a Companhia resgatou antecipadamente 20 Notas Promissórias, correspondente a R$ 100 milhões de reais adicionado juros correspondentes.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia captou R$ 370 milhões de reais, através de Notas Promissórias Comerciais (quarta emissão), ao custo de CDI + 0,77% a.a., com prazo de cinco anos, em duas séries iguais, sendo a primeira com vencimento em 30 de novembro de 2023 e a segunda com vencimento em 30 de novembro de 2024. O pagamento de principal e juros ocorrerá no quarto e quinto ano.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 23 de abril de 2020, a Companhia captou R$ 1,02 bilhão de reais, através de Notas Promissórias Comerciais, ao custo de CDI + 3,10% a.a., com prazo de dois anos, em quatro séries, sendo a primeira com vencimento em 24 de outubro de 2020, a segunda com vencimento em 23 de abril de 2021, a terceira com vencimento em 24 de outubro de 2021 e a quarta com vencimento em 23 de abril de 2022. O pagamento de principal e juros ocorrerá no vencimento de cada série. Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia refinanciou o equivalente a 94 Notas Promissórias, representando R$ 485 milhões adicionado juros correspondentes, através da emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução da CVM nº 476.

b) Debêntures:

Em 10 de dezembro de 2020, a Companhia captou, via emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em série única da espécie quirografária, com distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução da CVM nº 476, R$ 485 milhões de reais ao custo de CDI + 2,70% a.a., para o refinanciamento de 94 Notas Promissórias Comerciais da quinta emissão. O prazo de vencimento é de cinco anos, a partir da data de emissão, com pagamento de juros semestrais e principal e juros em 10 de dezembro de 2023, 10 de dezembro de 2024 e 10 de dezembro de 2025.

As características das Debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Descrição	**2020**
Entidade emissora	Eurofarma
Instituição financeira	Itaú Unibanco
Valor total da emissão em série única	485.000
Natureza	Pública
Data da emissão	16/12/2020
Data da captação	16/12/2020
Vencimento	10/12/2025
Espécie	Quirografária
Identificação ativo na Cetip	EURF11
Taxa de juros efetiva	2,70%+100% CDI
Valor da dívida	485.876
Custos de captação a apropriar	(7.078)
Total	478.798

c) Financiamento junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

Em 30 de junho de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R$ 7.937.513,00 referente ao 1º desembolso do financiamento referente ao contrato de abertura de crédito por instrumento particular celebrado junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor total de R$ 375.000.000,00 com fluxo de pagamento do valor principal de dezembro de 2022 a novembro de 2030 e encargos calculados pelo IPCA + 0,7416% a.a. trimestrais durante o período de carência, fixado em 36 (trinta e seis) meses e compreendido entre 11/11/2019 a 15/11/2022 e mensalmente nos dias 15 (quinze), durante o período de amortização a partir de 15 de dezembro de 2022, juntamente com as contraprestações vincendas de principal.

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu do BNB-Banco do Nordeste do Brasil, o valor de R$ 44.047.360,55 referente ao 2º desembolso do financiamento referente ao contrato de abertura de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

crédito por instrumento particular celebrado junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor total de R$ 375.000.000,00 com fluxo de pagamento do valor principal de dezembro de 2022 a novembro de 2030 e encargos calculados pelo IPCA + 0,7416% a.a. trimestrais durante o período de carência, fixado em 36 (trinta e seis) meses e compreendido entre 11/11/2019 a 15/11/2022 e mensalmente nos dias 15 (quinze), durante o período de amortização a partir de 15 de dezembro de 2022, juntamente com as contraprestações vincendas de principal.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todos os *covenants* financeiros decorrentes de seus contratos financeiros descritos no item (i) acima.

O contrato das Notas Promissórias Comerciais prevê cláusula restritiva de índice financeiro: até a data de vencimento, o endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três. Para todas as emissões de Notas Promissórias Comerciais, a apuração da cláusula restritiva financeira Dívida Líquida/EBITDA deve considerar as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020, os índices financeiros estavam em conformidade com a cláusula restritiva acima.

O contrato das Debêntures prevê cláusula restritiva de índice financeiro: endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três até 30 de novembro de 2024, após esta data o endividamento líquido dividido pelo EBITDA deve ser igual ou inferior a três e meio. Nos três últimos exercícios sociais, os índices financeiros estavam em conformidade com a cláusula restritiva mencionada, conforme demonstrado abaixo:

EUROFARMA CONSOLIDADO

EM R$'000	**2018**	**2019**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	188.122	399.494	1.387.214
Endividamento bruto	227.070	1.011.850	1.994.946
Avais e garantias	227.886	165.394	187.421
Dívida líquida financeira	**266.834**	**777.750**	**795.153**
EBITDA	**713.761**	**906.860**	**1.280.831**
Dív. Líq. / EBITDA	**0,37**	**0,86**	**0,62**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos principais contratos relevantes da Companhia caso não cumpridas são: (i) decretação de falência da Companhia ou de suas controladas; (ii) pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias; (iii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, desde que possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante; (iv) ocorrência de alterações no controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia, entre outros.

O contrato particular celebrado entre a Companhia e o BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. possui cláusulas restritivas, tais como: (i) se a Companhia vier a ser declarado impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, inclusive como coobrigado; e (ii) se a Companhia tiver contra si e/ou seus dirigentes sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição ou crime contra o meio ambiente.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui um contrato de abertura de crédito por instrumento particular junto ao BNB-Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R$ 375.000.000,00, no qual já houve desembolso no total de R$ 51.984.873,55, restando ainda desembolso no total de R$ 323.015.126,45 que deverá ocorrer durante os anos de 2021 e 2022.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida	5.723.191	100,0%	4.828.144	100,0%	18,5%
Custos dos produtos vendidos	(2.125.019)	-37,1%	(1.622.718)	-33,6%	31,0%
Lucro bruto	**3.598.172**	62,9%	**3.205.426**	66,4%	12,3%
Despesas de vendas	(1.907.336)	-33,3%	(1.830.328)	-37,9%	4,2%
Despesas administrativas	(674.450)	-11,8%	(595.511)	-12,3%	13,3%
Perda esperada (impairment) do contas a receber	7.097	0,1%	903	0,0%	685,9%
Outras receitas	88.377	1,5%	71.584	1,5%	23,5%
Outras despesas	(22.565)	-0,4%	(110.713)	-2,3%	-79,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**1.089.295**	19,0%	**741.361**	15,4%	46,9%
Receitas financeiras	105.113	1,8%	28.165	0,6%	273,2%
Despesas financeiras	(190.624)	-3,3%	(104.771)	-2,2%	81,9%
Despesas financeiras, líquidas	(85.511)	-1,5%	(76.606)	-1,6%	11,6%
Resultado de equivalência patrimonial	(2.667)	0,0%	8.882	0,2%	-130,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.001.117**	17,5%	**673.637**	14,0%	48,6%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(280.071)	-4,9%	(133.073)	-2,8%	110,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	127.924	2,2%	38.677	0,8%	230,7%
Lucro líquido do exercício	**848.970**	14,8%	**579.241**	12,0%	46,6%
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores	817.031	14,3%	542.526	11,2%	50,6%
Acionistas não controladores	31.939	0,6%	36.715	0,8%	-13,0%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 5.723,2 milhões comparativamente a R$ 4.828,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R$ 895,0 milhões e aumento de 18,5%. Este crescimento é atribuído substancialmente ao aumento de unidades vendidas, desempenho favorável dos produtos de prescrição médica, genéricos e hospitalares e crescimento de vendas na área internacional.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.125,0 milhões comparativamente a R$ 1.622,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R$ 502,3 milhões e incremento de 31,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas e impacto da desvalorização cambial do dólar frente ao real, uma vez que a maioria dos insumos é importada.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 3.598,2 milhões comparativamente a R$ 3.205,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R$ 392,7 milhões e aumento de 12,3%. A Margem Bruta representou 62,9% em 2020 e 66,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução da margem explicada principalmente pelo efeito mix de produtos e pela desvalorização cambial do real frente ao dólar.

Despesas Operacionais, líquidas

As despesas operacionais totalizaram R$ 2.508,9 milhões em 2020, com incremento de 1,8% quando comparado a 2019. As despesas com vendas e administrativas apresentaram representaram 45,1% como percentual da receita líquida em 2020 (ante 50,2% em 2019), a redução é principalmente devido à menor despesa com amostras, promoções e viagens (em decorrência da redução/cancelamento, pela pandemia de Covid-19) e por iniciativas de redução de despesas.

A rubrica Outras receitas (despesas) foi afetada positivamente em 2020 pelo crédito tributário relacionado à decisão favorável sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins no montante de R$ 28,1 milhões e ao ressarcimento de fornecedor.

Resultado financeiro, líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O resultado financeiro líquido de 2020 totalizou despesa de R$ 85,5 milhões, com incremento de R$ 8,9 milhões quando comparado a 2019, principalmente devido a: (i) maior despesa com juros em decorrência do maior endividamento da companhia e (ii) impacto de variação cambial.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1.001,1 milhões comparativamente a R$ 673,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 327,5 milhões e crescimento de 48,6%. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,5% e 14,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é explicado pelo efeito combinado de: (i) forte crescimento de vendas e lucro bruto comparado com 2020 (+18,5% e +12,3%, respectivamente e (ii) redução das despesas com vendas e administrativas como percentual da receita líquida, em virtude de menor despesa com amostras, promoções e viagens (impactadas pela pandemia de Covid-19) e iniciativas de redução de despesas.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 152,1 milhões comparativamente a R$ 94,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R$ 57,7 milhões e crescimento de 61,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da base de apuração de impostos devido maior resultado operacional.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 849,0 milhões comparativamente a R$ 579,2 milhões em 2019, o que representou uma variação de R$ 269,7 milhões e crescimento de 46,6%, impulsionado principalmente pelo aumento do lucro operacional, conforme razões acima expostas. A margem líquida apresentou crescimento de 12,0% em 2019 para 14,8% em 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita líquida	4.828.144	100,0%	3.701.854	100,0%	30,4%
Custos dos produtos vendidos	(1.622.718)	-33,6%	(1.249.969)	-33,8%	29,8%
Lucro bruto	**3.205.426**	66,4%	**2.451.885**	66,2%	30,7%
Despesas de vendas	(1.755.047)	-36,4%	(1.282.403)	-34,6%	36,9%
Despesas administrativas	(569.165)	-11,8%	(470.531)	-12,7%	21,0%
Perda esperada (impairment) do contas a receber	903	0,0%	(1.108)	0,0%	-181,5%
Participação dos colabores nos resultados	(101.627)	-2,1%	(104.773)	-2,8%	-3,0%
Outras receitas	71.584	1,5%	64.628	1,7%	10,8%
Outras despesas	(110.713)	-2,3%	(49.239)	-1,3%	124,8%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**741.361**	15,4%	**608.459**	16,4%	21,8%
Receitas financeiras	20.375	0,4%	16.104	0,4%	26,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Despesas financeiras	(70.543)	-1,5%	(23.154)	-0,6%	204,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(26.438)	-0,5%	(16.627)	-0,4%	59,0%
Despesas financeiras, líquidas	(76.606)	-1,6%	(23.677)	-0,6%	223,5%
Resultado de equivalência patrimonial	8.882	0,2%	10.998	0,3%	-19,2%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**673.637**	14,0%	**595.780**	16,1%	13,1%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(133.073)	-2,8%	(139.572)	-3,8%	-4,7%
Imposto de renda e contribuição social diferido	38.677	0,8%	35.409	1,0%	9,2%
Lucro líquido do exercício	**579.241**	12,0%	**491.617**	13,3%	17,8%
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores	542.526	11,2%	491.886	13,3%	10,3%
Acionistas não controladores	36.715	0,8%	(269)	0,0%	-13.748,7%

A partir de 2019 a Companhia passou a consolidar as demonstrações financeiras da Supera Farma Laboratórios S.A., uma vez que a Companhia passou a deter o controle operacional desta empresa, após assinatura de acordo de acionistas nesse sentido.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 4.828,1 milhões comparativamente a R$ 3.701,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R$ 1.126,3 milhões e aumento de 30,4%. Este crescimento é atribuído substancialmente ao aumento de unidades vendidas, desempenho favorável dos produtos de prescrição médica e genéricos, incremento de vendas na área internacional (decorrente tanto de crescimento orgânico quanto inorgânico devido aquisições de produtos de prescrição médica do Laboratório Stein e da empresa Medipharm no Chile) e à consollidação da Supera Farma Laboratórios a partir de janeiro/2019.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.622,7 milhões comparativamente a R$ 1.250,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R$ 372,7 milhões e incremento de 29,8%. Este aumento é explicado principalmente pelo aumento das vendas e impacto da desvalorização cambial do dólar frente ao real, uma vez que a maioria dos insumos é importada.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 3.205,4 milhões comparativamente a R$ 2.451,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma variação de R$ 753,5 milhões e aumento de 30,7%. A Margem Bruta representou 66,4% e 66,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A manutenção da margem bruta decorre do efeito positivo do mix de produtos, apesar do impacto negativo decorrente da desvalorização cambial do real frente ao dólar.

Despesas Operacionais, líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas operacionais totalizaram R$ 2.464,1 milhões em 2019, com incremento de 33,7% quando comparado a 2018. As despesas com vendas e administrativas representaram 51,0% como percentual da receita líquida em 2019 (ante 49,8% em 2018), o incremento é principalmente decorrente de: (i) consolidação da Supera Farma Laboratórios a partir de janeiro/2019; e (ii) aumento de despesas de Pesquisa e Desenvolvimento.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido de 2019 totalizou despesa de R$ 76,6 milhões, com incremento de R$ 52,9 milhões quando comparado a 2018, principalmente devido a: i) maior despesas com juros em decorrência do maior endividamento da companhia e ii) impacto da variação cambial.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 673,6 milhões comparativamente a R$ 595,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 77,8 milhões e crescimento de 13,1%. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 14,0% e 13,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é explicado pelo efeito combinado de: (i) forte crescimento de vendas e lucro bruto comparado com 2018 (+30,4% e +30,7%, respectivamente e (ii) aumento das despesas operacionais e financeiras, como explicado acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 94,4 milhões comparativamente a R$ 104,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de R$ 9,8 milhões ou 9,4%. Esta redução é atribuída substancialmente a (i) incremento em subvenção governamental (incentivo fiscal do ICMS) e (ii) incremento no benefício fiscal da Lei do Bem (devido aumento dos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento).

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 579,2 milhões comparativamente a R$ 491,6 milhões em 2019, o que representou uma variação de R$ 87,6 milhões e crescimento de 17,8%, impulsionado principalmente pelo aumento do lucro operacional, em razão dos fatores acima expostos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO								
Circulante	3.798.883	60,2%	2.306.628	48,7%	1.557.625	44,2%	64,7%	48,1%
Não Circulante	2.513.222	39,8%	2.427.796	51,3%	1.963.114	55,8%	3,5%	23,7%
Total do Ativo	**6.312.105**	**100,0%**	**4.734.424**	**100,0%**	**3.520.739**	**100,0%**	33,3%	34,5%
PASSIVO								
Circulante	1.416.769	22,4%	1.039.673	22,0%	1.077.672	30,6%	36,3%	-3,5%
Não circulante	2.130.128	33,7%	1.218.321	25,7%	255.016	7,2%	74,8%	377,7%
Patrimônio líquido	2.765.208	43,8%	2.476.430	52,3%	2.188.051	62,2%	11,7%	13,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.312.105**	**100,0%**	**4.734.424**	**100,0%**	**3.520.739**	**100,0%**	33,3%	34,5%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Em R$ mil (exceto %)	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	AH%
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.387.214	22,0%	399.494	8,4%	247,2%
Contas a receber de clientes	1.136.482	18,0%	839.767	17,7%	35,3%
Estoques	1.069.035	16,9%	886.793	18,7%	20,6%
Instrumentos financeiros	18.338	0,3%	1.682	0,0%	990,2%
Ativo fiscal corrente	133.583	2,1%	76.649	1,6%	74,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	28.211	0,4%	62.169	1,3%	-54,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	0,0%	9	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	26.011	0,4%	40.065	0,8%	-35,1%
Total do ativo circulante	3.798.883	60,2%	2.306.628	48,7%	64,7%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	2.179	0,0%	567	0,0%	284,3%
Títulos e valores mobiliários	10.043	0,2%	-	0,0%	
Ativo fiscal corrente	5.556	0,1%	7.361	0,2%	-24,5%
Ativo fiscal diferido	202.418	3,2%	76.697	1,6%	163,9%
Depósito para recursos	27.994	0,4%	28.432	0,6%	-1,5%
Depósito em garantia (escrow)	-	0,0%	-	0,0%	
Outras contas a receber	425	0,0%	729	0,0%	-41,7%
	248.615	3,9%	113.786	2,4%	118,5%
Investimentos	609	0,0%	1.977	0,0%	-69,2%
Imobilizado	945.210	15,0%	1.253.969	26,5%	-24,6%
Arrendamento por direito de uso	224.458	3,6%	208.758	4,4%	7,5%
Intangível	1.094.330	17,3%	849.306	17,9%	28,8%
Total do ativo não circulante	2.513.222	39,8%	2.427.796	51,3%	3,5%
Total do ativo	**6.312.105**	**100,0%**	**4.734.424**	**100,0%**	**33,3%**

Em R$ mil (exceto %)	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %	AH%
Passivos					
Circulante					
Fornecedores	311.934	4,9%	289.068	6,1%	7,9%
Empréstimos e financiamentos	132.144	2,1%	58.712	1,2%	125,1%
Arrendamentos a pagar	22.774	0,4%	23.322	0,5%	-2,3%
Arrendamento por direito de uso	64.926	1,0%	57.038	1,2%	13,8%
Salários, provisões e contribuições sociais	198.788	3,1%	170.230	3,6%	16,8%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	56.087	0,9%	37.014	0,8%	51,5%
Passivo fiscal corrente	27.229	0,4%	11.838	0,3%	130,0%
Parcelamento especial	282	0,0%	254	0,0%	11,0%
Participação dos colaboradores no resultado	161.474	2,6%	116.719	2,5%	38,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dividendos a pagar	226.741	3,6%	88.255	1,9%	156,9%
Outras contas a pagar	214.390	3,4%	187.223	4,0%	14,5%
Total do passivo circulante	1.416.769	22,4%	1.039.673	22,0%	36,3%
Empréstimos e financiamentos	1.340.500	21,2%	905.082	19,1%	48,1%
Debêntures	478.798	7,6%	-	0,0%	
Arrendamentos a pagar	20.730	0,3%	24.734	0,5%	-16,2%
Arrendamento por direito de uso	169.739	2,7%	157.606	3,3%	7,7%
Passivo fiscal diferido	5.003	0,1%	29.167	0,6%	-82,8%
Parcelamento especial	1.388	0,0%	1.502	0,0%	-7,6%
Provisão para contingências	112.924	1,8%	96.784	2,0%	16,7%
Contas a pagar investimentos	46	0,0%	46	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	1.000	0,0%	3.400	0,1%	-70,6%
Total do passivo não circulante	2.130.128	33,7%	1.218.321	25,7%	74,8%
Patrimônio Líquido					
Capital social	855.864	13,6%	1.332.908	28,2%	-35,8%
Reserva de lucros	1.644.878	26,1%	1.115.752	23,6%	47,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	212.868	3,4%	(7.528)	-0,2%	-2927,7%
Reserva de capital	(8.598)	-0,1%	(8.598)	-0,2%	0,0%
Participação de não controladores	60.196	1,0%	43.896	0,9%	37,1%
Total do patrimônio líquido	2.765.208	43,8%	2.476.430	52,3%	11,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.312.105**	**100,0%**	**4.734.424**	**100,0%**	**33,3%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 3.798,9 milhões, em comparação com R$ 2.306,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 60,2% em 31 de dezembro de 2020 e 48,7% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 1.492,2 milhões ou 64,7%, decorreu principalmente de:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: aumento de R$ 987,7 milhões, passando de R$ 399,5 milhões em 2019 para R$ 1.387,2 milhões em 2020 em decorrência da emissão de notas promissórias e debêntures durante o ano 2020.

b) Contas a Receber: aumento de R$ 296,7 milhões, passando de R$ 839,8 milhões em 2019 para R$ 1.136,5 milhões em 2020 devido ao maior volume de vendas em 2020.

c) Estoque: aumento de R$ 182,2 milhões, passando de R$ 886,8 milhões em 2019 para R$ 1.069,0 milhões em 2020 devido aumento no nível de estoque de segurança para atender à demanda e impacto da variação cambial dos materiais importados.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$2.513,2 milhões, em comparação com R$2.427,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 39,8% em 31 de dezembro de 2020 e 51,3% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 85,4 milhões ou 3,5%, decorreu do efeito combinado de (i) aumento de ativos intangíveis (que passaram de R$ 849,3 milhões em 2019 para R$ 1.094,2 em 2020 devido aquisição de marcas; (ii) redução do ativo imobilizado (que passou de R$ 1.254,0 para R$ 945,2, explicado substancialmente pela cisão do imóvel de Itapevi) e (iii) aumento do ativo fiscal diferido.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 1.416,8 milhões, em comparação com R$ 1.039,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

o passivo circulante era de 22,4% em 31 de dezembro de 2020 e 22,0% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 377,1 milhões ou 36,3%, decorreu principalmente de (i) aumento de empréstimos e financiamentos no valor de R$ 73,4 milhões, (ii) aumento de dividendos a pagar no valor de R$ 138,5 milhões e (iii) incremento de participações dos colaboradores nos resultados em R$ 44,8 milhões.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 2.130,1 milhões, em comparação com R$ 1.218,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 33,7% em 31 de dezembro de 2020 e 25,7% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 911,8 milhões ou 74,8%, decorreu principalmente em de novas captações tanto em empréstimos e financiamentos (notas promissórias comerciais) quanto debêntures para aquisição de portfólio de produtos da Hypera S.A.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 2.765,2 milhões, em comparação com R$ 2.476,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R$ 288,8 milhões ou 11,7%, deu-se principalmente pelo i) aumento do lucro líquido no exercício de 2020 e ii) redução de capital social no valor de R$ 477,0 milhões, explicado pela cisão do imóvel de Itapevi.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela a seguir apresenta os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Em R$ mil (exceto %)	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH%
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	399.494	8,4%	188.122	5,3%	112,4%
Contas a receber de clientes	839.767	17,7%	568.321	16,1%	47,8%
Estoques	886.793	18,7%	686.287	19,5%	29,2%
Instrumentos financeiros	1.682	0,0%	-	0,0%	
Ativo fiscal corrente	76.649	1,6%	63.149	1,8%	21,4%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	62.169	1,3%	17.513	0,5%	255,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	0,0%	9	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	40.065	0,8%	34.224	1,0%	17,1%
Total do ativo circulante	2.306.628	48,7%	1.557.625	44,2%	48,1%
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	567	0,0%	-	0,0%	
Ativo fiscal corrente	7.361	0,2%	5.820	0,2%	26,5%
Ativo fiscal diferido	76.697	1,6%	29.350	0,8%	161,3%
Depósito para recursos	28.432	0,6%	24.228	0,7%	17,4%
Depósito em garantia (escrow)	-	0,0%	141	0,0%	-100,0%
Outras contas a receber	729	0,0%	85	0,0%	757,6%
	113.786	2,4%	59.624	1,7%	90,8%
Investimentos	1.977	0,0%	34.991	1,0%	-94,3%
Imobilizado	1.253.969	26,5%	1.083.679	30,8%	15,7%
Arrendamento por direito de uso	208.758	4,4%	-	0,0%	
Intangível	849.306	17,9%	784.820	22,3%	8,2%
Total do ativo não circulante	2.427.796	51,3%	1.963.114	55,8%	23,7%
Total do ativo	**4.734.424**	**100,0%**	**3.520.739**	**100,0%**	**34,5%**

Em R$ mil (exceto %)	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivos					
Circulante					
Fornecedores	289.068	6,1%	204.213	5,8%	41,6%
Empréstimos e financiamentos	58.712	1,2%	60.640	1,7%	-3,2%
Arrendamentos a pagar	23.322	0,5%	17.593	0,5%	32,6%
Arrendamento por direito de uso	57.038	1,2%	-	0,0%	
Salários, provisões e contribuições sociais	170.230	3,6%	137.392	3,9%	23,9%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	37.014	0,8%	8.351	0,2%	343,2%
Passivo fiscal corrente	11.838	0,3%	20.980	0,6%	-43,6%
Parcelamento especial	254	0,0%	1.587	0,0%	-84,0%
Participação dos colaboradores no resultado	116.719	2,5%	122.057	3,5%	-4,4%
Dividendos a pagar	88.255	1,9%	79.142	2,2%	11,5%
Antecipação de dividendos de controladas	-	0,0%	22.851	0,6%	-100,0%
Outras contas a pagar	187.223	4,0%	402.866	11,4%	-53,5%
Total do passivo circulante	1.039.673	22,0%	1.077.672	30,6%	-3,5%
Empréstimos e financiamentos	905.082	19,1%	136.209	3,9%	564,5%
Debêntures	-	0,0%	-	0,0%	
Arrendamentos a pagar	24.734	0,5%	12.628	0,4%	95,9%
Arrendamento por direito de uso	157.606	3,3%	-	0,0%	
Passivo fiscal diferido	29.167	0,6%	38.000	1,1%	-23,2%
Parcelamento especial	1.502	0,0%	-	0,0%	
Provisão para contingências	96.784	2,0%	44.064	1,3%	119,6%
Contas a pagar investimentos	46	0,0%	46	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	3.400	0,1%	6.254	0,2%	-45,6%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	17.815	0,5%	-100,0%
Total do passivo não circulante	1.218.321	25,7%	255.016	7,2%	377,7%
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.332.908	28,2%	1.323.570	37,6%	0,7%
Reserva de lucros	1.115.752	23,6%	874.431	24,8%	27,6%
Ajustes acumulados de conversão	30.351	0,6%	35.881	1,0%	-15,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	(37.879)	-0,8%	(37.414)	-1,1%	1,2%
Reserva de capital	(8.598)	-0,2%	(8.598)	-0,2%	0,0%
Participação de não controladores	43.896	0,9%	181	0,0%	24151,9%
Total do patrimônio líquido	2.476.430	52,3%	2.188.051	62,1%	13,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.734.424**	**100,0%**	**3.520.739**	**100,0%**	**34,5%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 2.306,6 milhões, em comparação com R$ 1.557,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 48,7% em 31 de dezembro de 2019 e 44,2% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 749,0 milhões ou 48,1%, ocorreu principalmente devido às variações descritas abaixo:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: aumento de R$ 211,4 milhões, passando de R$ 188,1 milhões em 2018 para R$ 399,5 milhões em 2019;

b) Contas a Receber: aumento de R$ 271,4 milhões, passando de R$ 568,2 milhões em 2018 para R$ 839,8 milhões em 2019 devido maior volume de vendas em 2019; e

c) Estoque: aumento de R$ 200,5 milhões, passando de R$ 686,3 milhões em 2018 para R$ 886,8 milhões em 2029 devido aumento no nível de estoque de segurança para atender à demanda e impacto da variação cambial dos materiais importados.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$2.427,8 milhões, em comparação com R$ 1.963,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

era de 51,3% em 31 de dezembro de 2019 e 55,8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 464,7 milhões ou 23,7%, decorreu de (i) aumento de ativo imobilizado (que passou de R$ 1.083,7 milhões para R$ 1.254,0 milhões, (ii) reconhecimento de R$ 208,8 milhões relativo a ativo de direito de uso, referente à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e (iii) aumento de ativo intangível (que passou de R$ 784,8 milhões para 849,3 milhões) principalmente devido aquisição de marcas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 1.039,7 milhões, em comparação com R$ 1.077,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 22,0% em 31 de dezembro de 2019 e 30,6% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$ 38,0 milhões ou -3,5%, decorreu de (i) diminuição de Outras Contas a Pagar (que passaram de R$ 402,9 milhões em 2018 para R$ 187,2 milhões em 2019 devido pagamento em 2019 da aquisição de produtos de prescrição médica dos Laboratórios Stein, (ii) reconhecimento de R$ 57,0 milhões relativo a arrendamentos por direito de uso, referente à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e (iii) aumento de Fornecedores (que passou de R$ 204,2 milhões para R$ 289,1 milhões) devido aumento do estoque de segurança dos produtos.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 1.218,3 milhões, em comparação com R$ 255,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 25,7% em 31 de dezembro de 2019 e 7,2% em 31 de dezembro de 2018. Este incremento, de R$ 963,3 milhões ou 377,7%, decorreu de (i) aumento de empréstimos e financiamentos (que passaram de R$ 136,2 milhões em 2018 para R$ 905,1 milhões em 2020 devido emissão de notas promissórias comerciais ; e (ii) reconhecimento de R$ 157,6 milhões relativo a arrendamentos por direito de uso, referente à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 2.476,4 milhões, em comparação com R$ 2.188,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R$ 288,4 milhões ou 13,2%, deu-se substancialmente pelo aumento do lucro líquido no exercício de 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita líquida da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram: (a) receita de vendas oriundas do mercado interno; (b) receita de vendas oriundas do mercado externo; (c) imposto sobre vendas; e (d) devoluções, descontos e abatimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(em R$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Receita de vendas – mercado interno	6.572.518	5.536.658	4.266.107
Receita de vendas – mercado externo	151.371	44.749	22.040
Receita de vendas – partes relacionadas	-	-	44.803
Impostos sobre vendas	(664.009)	(576.449)	(519.039)
Devoluções, descontos e abatimentos	(356.689)	(176.814)	(112.057)
Total	5.723.191	4.828.144	3.701.854

Receita de vendas: A receita de vendas de bens (seja oriunda do Brasil ou dos outros mercados de atuação da Companhia) compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos produtos no curso normal das atividades da Companhia. Esses produtos são vendidos a varejistas, que realizam a venda para o consumidor final, bem como para distribuidores, que revendem esses produtos para os pontos de vendas do varejo não atendidos diretamente pela Companhia. Cabe dizer que a Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto, uma vez que a natureza e os riscos econômicos dos produtos são similares, bem como seus clientes e consumidores.

Imposto sobre vendas: O imposto sobre vendas consiste, principalmente, em ICMS (com alíquotas que variam de 4% a 20%, a depender da região), substituição tributária do ICMS, impostos municipais sobre serviços (com alíquotas que variam de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (com alíquotas que variam de 1,65% a 2,10%) e COFINS (com alíquotas que variam de 7,60% a 9,90%), bem como IPI (com alíquotas que variam de 0% a 22%).

Devoluções, descontos e abatimentos: As devoluções, descontos e abatimentos consistem no valor deduzido da receita em decorrência de devolução de produtos pelos clientes, bem como aplicação de eventuais descontos e abatimentos de acordo com condições comerciais pactuadas entre as partes.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Como a Companhia integra o setor farmacêutico, os principais fatores que afetam seus resultados operacionais são: (a) concorrência; (b) sazonalidade; (c) níveis de preço; e (d) cenário macroeconômico.

Concorrência

O segmento de medicamentos é altamente competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias, com presença tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que concorre com a maioria dos produtos oferecidos pela Eurofarma. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com vendas, amostras e promoção e/ou reduzir os preços dos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

Sazonalidade

Alguns poucos produtos são afetados por sazonalidade. Todavia, de maneira geral, tais produtos tendem a ter suas vendas compensadas entre si, na medida em que o período sazonal de menores vendas de um produto tem seu resultado neutralizado pela venda de outros produtos, sujeitos as maiores vendas sazonais nestes períodos. No geral, esta compensação resulta em uma relativa estabilidade no faturamento total.

Preços

Os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, ao aumento nos custos de produção. Ganhos consistentes na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável ao setor de medicamentos, o governo brasileiro controla preços de medicamentos no Brasil para a grande maioria das apresentações disponíveis no mercado. Para alguns produtos considerados "menos críticos" pela ANVISA, como fitoterápicos e correlatos, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal.

A administração da Companhia acredita que os preços aos consumidores continuarão a crescer de maneira gradual, mas sempre em proporção menor que a inflação, dadas as regras de controle de preços e que as companhias continuarão no esforço para obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

Cenário macroeconômico

Por fim, as operações e clientes da Companhia estão substancialmente localizados no Brasil e, em menor proporção, em países da América Latina. As condições macroeconômicas do Brasil e dos países onde atua podem afetar as receitas da Companhia. A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o dólar nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Despesas Comerciais	**2020**	**2019**	**2018**
Produto Interno Bruto	-4,10%	1,14%	1,12%
Inflação (deflação) (IGP-M)	23,14%	7,32%	7,55%
Inflação (IPCA)(2)	4,52%	4,31%	3,75%
Taxa interbancária – CDI (3)	1,90%	4,59%	6,40%
Taxa de câmbio ao final do período U.S.$1.00	R$ 5,20	R$4,0307	R$3,8748
Taxa de câmbio média U.S.$1.00	R$ 5,16	R$3,9465	R$3,6573
Valorização (depreciação) do real perante o dólar americano(4)	28,9%	-4,0%	-17,1%

Fontes: IBGE, Banco Central, B3 e FGV.

(1) Considera projeção do Banco Central do Brasil (média).

(2) O IPCA é o índice nacional de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado durante cada período).

(3) A taxa de CDI refere-se à taxa média de empréstimos interbancários overnight no Brasil, anualizada no último dia do período correspondente (utilizando a taxa acumulada).

(4) Comparando a taxa de câmbio PTAX (a taxa calculada pelo Banco Central) ao término do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período em discussão. PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares americanos na data especificada no mercado interbancário de câmbio.

Além disso, alterações em regulamentos aos quais a Companhia está exposta podem afetar suas receitas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos três últimos exercícios sociais, a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos em seu portfólio.

Anualmente, as receitas provenientes do setor de medicamentos são impactadas por reajustes de preços controlados pelo governo federal, que afetam os preços máximos passíveis de serem praticados no mercado. Tais aumentos são permitidos a partir de 31 de março de cada ano e tomam como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ajustado por um fator de produtividade, por uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e uma parcela de fator de preços relativos entre setores, conforme definidos anualmente pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Além disso, os reajustes dos preços de medicamentos são escalonados em três níveis, segundo o grau de concentração do mercado em cada classe terapêutica, que é calculado com base no Índice Herfindahl-Hirschmann (IHH). Desde 2015, o nível 1 reúne classes sem evidência de concentração de mercado (com IHH < 1.500); o nível 2, classes em que há concentração moderada (1500 < IHH < 2.500); por fim, o nível 3, classes com forte concentração (IHH > 2.500). Até 2014, os níveis eram definidos conforme a penetração de genéricos nas classes terapêuticas que os integram: maior ou igual a 20% para o nível 1; igual ou superior a 15%, mas menor que 20% para o nível 2; inferior a 15% para o nível 3.

A tabela abaixo indica os patamares máximos de ajustes de preços permitidos nos últimos três anos pela CMED em cada nível de reajuste:

	2020	2019	2018
Nível 1	5,21%	4,33%	2,84%
Nível 2	4,22%	4,33%	2,47%
Nível 3	3,23%	4,33%	2,09%

A receita da Companhia nos três últimos exercícios sociais também foi impactada pelo crescimento do volume de vendas de seus medicamentos, pelo lançamento de novos produtos, bem como por crescimento inorgânico decorrente de aquisições nos países da América Latina.

A receita líquida da Companhia passou de R$ 3.701,9 milhões em 2018 para R$ 4.828,1 milhões em 2019, apresentando crescimento de R$ 1.126,3 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas e aumento de preços (R$ 265,0 milhões), (b) lançamento de novos produtos (R$ 137,9 milhões), (c) consolidação da Supera Farma Laboratórios a partir de 01/01/2019 (R$ 582,2 milhões) e (d) crescimento inorgânico decorrente de aquisições na América Latina (R$ 141,2 milhões).

A receita líquida da Companhia passou de R$ 4.828,1 milhões em 2019 para R$ 5.723,2 milhões em 2020, apresentando crescimento de R$ 895,0 milhões no período, principalmente explicado por (a) crescimento de volume de vendas e aumento de preços (R$ 761,7 milhões) e (b) lançamento de novos produtos (R$ 133,3 milhões). Não houve aquisições no ano de 2020 que tenham impactado de maneira relevante a receita da Companhia nesse período.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação e pela variação cambial, já que a maior parte do custo do produto vendido refere-se a produtos importados.

A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. Entretanto, a receita de vendas tem seus reajustes limitados pelas atuais regras de precificação da CMED, limitando a empresa a trabalhar com sua política de descontos para repor em parte essa exposição.

Uma grande parte dos custos provém de insumos importados e/ou de insumos com seus preços fixados em dólar (USD), cujos preços em reais oscilam conforme as alterações das taxas de câmbio. Ao longo dos três últimos exercícios sociais, o resultado operacional da Companhia foi negativamente afetado pelo aumento de tais custos. Tal efeito, no entanto, foi parcialmente compensado no resultado líquido em virtude de maior eficiência em termos de despesas com vendas, gerais e administrativas. Outra ação importante para ajudar a mitigar tais riscos é o processo de desenvolvimento de novos fornecedores para os IFAs, permitindo maior poder de negociação e possibilidades de redução de custos. Cabe ressaltar que tal processo é relativamente longo, pois tem de seguir todos os trâmites de testes, validações e aprovação na Anvisa.

Já o desempenho financeiro é impactado pelo câmbio, pelas taxas de juros e pela inflação no Brasil. Tais indicadores têm efeitos sobre a despesa financeira e, por extensão, sobre o lucro líquido.

A margem bruta de 2020 foi de 62,9% ou 3,5 ponto percentual inferior à margem bruta de 2019. A redução da margem bruta é explicada principalmente pela desvalorização cambial do real frente ao dólar, apesar do efeito positivo do mix de produtos vendidos.

A margem bruta de 2019 foi de 66,4% ou 0,2 ponto percentual superior à margem bruta de 2018. O crescimento da margem bruta, que foi impactada negativamente devido à desvalorização do Real frente ao Dólar, se deu principalmente pelo impacto positivo do mix de produtos vendidos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/ IAS 18 - Receitas, o CPC 17/ IAS 11 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 apresenta novos requisitos de divulgação para classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, perdas ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à antiga norma, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma se tornou aplicável desde 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

No exercício de 2020 a Companhia informa que não houve alteração de prática contábil relevante.

No exercício de 2019, a Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

Com a implementação do novo conceito da referida norma, a Companhia avaliou se os contratos ativos de arrendamento transferem o direito de controlar o uso dos ativos identificados por um período de tempo ou durante todo o período de seu uso.

No exercício de 2018, a Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes usando o método retrospectivo e o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros com aplicação da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018).

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O efeito da adoção em 2018 do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impacto relevante na mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas com contas a receber de clientes.

O efeito da adoção do CPC 06/IFRS 16 - Arrendamentos resultou na constituição, em 1º de janeiro de 2019, de ativos de direito de uso e no de passivo de arrendamento de direito de uso no valor de R$ 65.249 mil na controladora e R$ 105.745 mil no consolidado.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Abaixo são apresentadas as políticas contábeis críticas que vêm sendo aplicadas de maneira consistente pela Companhia e por suas controladas (referidas neste item em conjunto como "Grupo"), especialmente em relação aos três últimos exercícios sociais, cujas informações estão reportadas neste Formulário de Referência.

a) Receita operacional

A receita de bens compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos das devoluções e dos descontos comerciais concedidos e reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o cliente de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável então o desconto e reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

As vendas dos produtos e mercadorias são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido ou seja no momento da entrega dos produtos para o comprador ou retirada dos produtos pelo cliente o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita de acordo com o contrato de venda e que não haja envolvimento continuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

Consideramos esta política contábil como crítica em virtude dos montantes envolvidos e da necessidade de controles para determinar se a receita foi reconhecida no período contábil correto.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo:

- Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques é calculada levando em consideração, principalmente, a data de vencimento dos produtos bem como produtos bloqueados por desvios de qualidade;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- Imobilizado - Premissas em relação à determinação da vida útil do imobilizado para fins de depreciação. A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. As vidas úteis médias estimadas do ativo imobilizado estão descritas a seguir:

Edificações	54 anos
Máquinas e equipamentos	11 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	03 anos
Instalações	16 anos
Benfeitorias	18 anos
Equipamentos de informática	03 anos

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente conforme base em avaliação realizada internamente por especialistas da Companhia e/ou assessores externos.

- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A Companhia revisa anualmente o valor contábil de ativos intangíveis para avaliar eventos que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente;

- Provisão para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. As provisões de contingências são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Esta análise e determinação da probabilidade de êxito é realizada pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, com base na avaliação do status de cada processo, evidências disponíveis, decisões dos tribunais e jurisprudência;

- Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. O Grupo Eurofarma constitui perdas esperadas ("impairment") para contas a receber de terceiros vencidas há mais de 90 dias, salvo quando haja evidências de recebimento disponíveis nas datas de encerramento do exercício.

c) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Administração da Companhia entende que o reconhecimento de subvenção é crítica pois envolve julgamentos dos critérios utilizados para o reconhecimento.

d) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de captação de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada por meio de taxas de juros de captação obtida.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

A Companhia possui contratos de construção não terminados relacionados à construção da fábrica de Montes Claros (Minas Gerais) não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos de construção não terminados fazem parte do investimento da Companhia visando à construção da fábrica de Montes Claros e à ampliação da sua capacidade produtiva, cujo impacto será refletido no ativo imobilizado da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Investimento na ampliação da capacidade de produção da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta saldo em contratos de construção não terminados relacionados à construção da fábrica de Montes Claros no montante de R$ 190,6 milhões.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento por meio da ampliação do seu portfólio e da oferta de produtos mais acessíveis aos seus clientes. Em 2018, a Companhia disponibilizou no mercado o primeiro medicamento biossimilar da América Latina, o Fiprima® (filgrastim), tendo investido mais de R$ 25 milhões em seu desenvolvimento.

Em 2020, a Companhia investiu 4,3% da receita líquida em Pesquisa & Desenvolvimento, somando R$ 248 milhões. Em 2020, a Companhia inseriu no mercado brasileiro 46 novos produtos e 55 em outros países.

A Companhia investiu R$ 432 milhões em 2020 em ativos imobilizados e intangíveis relacionados à expansão e melhoria da capacidade produtiva e aquisição de ativos intangíveis.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia pretende continuar investindo em inovação incremental, inovação radical e renovação de seu portfólio, tendo mais de 243 projetos em *pipeline*. Para tanto, a Companhia estima que irá dispender durante o biênio 2021-2022 (i) R$ 919 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento; e (ii) R$ 2.821 milhões em ativos imobilizados e intangíveis relacionados à expansão e melhoria da capacidade produtiva e aquisição de ativos intangíveis.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para consecução dos investimentos em andamento descrito acima, a Companhia conta com três fontes de financiamento principais: (i) geração de caixa da Companhia; (ii) linhas de financiamento de longo prazo; e (iii) captação de recursos, por meio do mercado de capitais (emissão de títulos de dívida).

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas e estudos em andamento já divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R$ 248 milhões, representando 4,3% da Receita Líquida.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento atingiram R$ 248,0 milhões, representando 4,3% da Receita Líquida.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento foram de R$ 270,7 milhões, representando 5,6% da Receita Líquida.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento foram de R$ 197,9 milhões, representando 5,3% da Receita Líquida.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por **(i)** Conselho de Administração; (**ii)** Diretoria; **(iii)** Comitê de Ética; e **(iv)** Comitê Fiscal. Quando instalado, a Companhia poderá contar também com um Conselho Fiscal.

(a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outras atribuições, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão destes. O estatuto social da Companhia, em seu artigo 16, estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

(i) fixar as estratégias e a orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

(ii) eleger e destituir os diretores da Companhia;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

(iv) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 11, §2º, (e), do Estatuto Social;

(v) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Art. 7º do Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, commercial papers, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(vii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(viii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(x) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xi) escolher e destituir os auditores independentes. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(xii) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

(xiii) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(xiv) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(xv) autorizar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus Acionistas e/ou respectivas Afiliadas, bem como qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor acima de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações como de competência exclusiva da Assembleia Geral e as operações envolvendo subsidiárias integrais da Companhia, as quais deverão ser aprovadas pela Diretoria, observado o disposto neste Estatuto Social;

(xvi) deliberar sobre a aquisição, alienação, autorização para emissão, transferência ou oneração a qualquer título, pela Companhia, de participação societária em qualquer outra Sociedade, bem como a participação em consórcios, exceto nos casos em que tais operações sejam realizadas envolvendo sociedades do grupo econômico da Companhia;

(xvii) deliberar sobre a constituição de sociedades controladas ou subsidiárias integrais da Companhia, desde que o capital social destas novas sociedades constituídas ultrapassem o valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xviii) autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja igual ou superior a R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais);

(xix) deliberar sobre a concessão, pela Companhia, de garantias reais e/ou fidejussórias de qualquer espécie para terceiros, excluindo as empresas listadas no Artigo 20 deste Estatuto, cujo valor seja igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(xx) aprovar qualquer operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Companhia, perante instituição financeira ou semelhante, em montante superior a R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); e

(xxi) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 03 (três) e no máximo 06 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica (em conjunto, os "Diretores").

Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou em seu Estatuto Social, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes atos a seguir descritos:

(i) Zelar pela observância deste Estatuto Social;

(ii) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais;

(iii) Assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto;

(iv) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(v) Decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais;

(vi) Autorizar qualquer alienação, aquisição ou oneração de bens ou direitos da Companhia, cujo valor seja inferior a R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais);

(vii) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, aprovação de qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas em valor abaixo de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), bem como aprovar qualquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia e qualquer de suas subsidiárias integrais; e

(viii) Praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item "b" abaixo.

Conselho Fiscal

As informações sobre o Conselho Fiscal podem ser consultadas no item "c" abaixo.

Comitês

A Companhia possui um Comitê de Ética, órgão não estatutário. Para maiores informações vide itens 5 e 12.7/8 deste Formulário de Referência.

Comitê de Ética:

O Comitê de Ética tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

(i) Observar e assegurar o cumprimento de todos os dispositivos do Código de Ética e Conduta, bem como das normas, políticas, manuais e procedimentos internos e/ou quaisquer outros normativos com relação ao cumprimento de valores éticos e legais pertinentes do Grupo Eurofarma;

(ii) Aprovar e/ou propor alterações nas Políticas e Normas integrantes do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iii) Avaliar a necessidade de alteração do conteúdo do regimento, do Código de Ética e Conduta, ou norma relacionada como parte do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma, propondo alterações ao Presidente;

(iv) Analisar, processar, investigar ou supervisionar, as denúncias e/ou informações que lhe forem dirigidas, diretamente ou por meio do Canal de Ouvidoria, mesmo que se trate de infrações potenciais;

(v) Tratar com confidencialidade as informações obtidas e o conteúdo do procedimento de investigação, incluindo sigilo em relação à identidade dos denunciantes de condutas, comprometendo-se a exigir esse mesmo sigilo de quaisquer terceiros que sejam convidados a assessorar os trabalhos do Comitê;

(vi) Proteger e garantir a não retaliação aos denunciantes de boa-fé;

(vii) Prezar pela imparcialidade das decisões;

(viii) Deliberar, na maior brevidade possível e de forma fundamentada, acerca de suas conclusões e das providências cabíveis relativas aos assuntos e fatos avaliados pelo Comitê, consoante previsto no Regimento Interno do Comitê de Ética;

(ix) Indicar ao Presidente do Grupo Eurofarma, as medidas específicas de controle e monitoramento necessárias ao funcionamento efetivo do Programa de Integridade instituído, recomendando, conforme for o caso, ações corretivas, educativas e preventivas;

(x) Apoiar a implementação de medidas, visando assegurar a correta aplicação do Código de Ética e Conduta, bem como das demais normas internas do Grupo Eurofarma;

(xi) Incentivar a capacitação dos Colaboradores e Terceiros, com relação à compreensão e adesão aos dispositivos do Código de Ética e Conduta do Grupo Eurofarma, por meio da realização de treinamentos regulares específicos e comunicação interna;

(xii) Requisitar às áreas pertinentes do Grupo Eurofarma o envio de informações e/ou documentos para apuração das denúncias e/ou informações submetidas à sua apreciação;

(xiii) Determinar a realização de diligências, sindicâncias e solicitar pareceres de especialistas com relação às denúncias e/ou informações de infração ética ou à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Programa de Integridade do Grupo Eurofarma; e

(xiv) Comunicar e propor medidas quando identificar quaisquer conflitos que possam prejudicar a atuação independente e imparcial do Comitê.

Comitê Fiscal:

O Comitê Fiscal tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

(i) Discussão dos impactos decorrentes das alterações legislativas nas esferas trabalhista/previdenciária, societária e tributária;

(ii) Discussão de novos projetos e implementação de novas estruturas que tragam economia nas esferas tributária e trabalhista/previdenciária para a Companhia e seus respectivos riscos; e

(iii) Monitoramento dos critérios e registros dos ativos e passivos contingentes da Companhia (trabalhista, previdenciária e tributária).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração, a Diretoria, o Conselho Fiscal não possuem regimentos internos próprios.

Comitê de Ética:

O Comitê de Ética possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2021 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (https://ri.eurofarma.com.br/).

Comitê Fiscal:

O Comitê Fiscal possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de novembro de 2021 e que pode ser consultado no *website* da Companhia (https://ri.eurofarma.com.br/).

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra- auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, sendo que a empresa de auditoria externa contratada reportar-se-á ao Conselho de Administração, podendo ser convocada para prestar os esclarecimentos que o Conselho de Administração entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que o balanço e as demonstrações financeiras da Companhia sejam auditadas por auditores externos independentes, devidamente registrados na CVM, visando garantir assim a confiabilidade dos dados auditados para o investidor.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

(ii) zelar pelo cumprimento da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

(iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(iv) coordenar as atividades da Diretoria e cada Diretor, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social da Companhia; e

(v) quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Estatuto Social da Companhia.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores em que a Companhia vier a ter seus valores mobiliários negociados, conforme aplicável, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores em que a Companhia vier a ter seus valores mobiliários negociados, conforme aplicável, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e as Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, se aplicável; e

(iv) quaisquer outras funções atribuídas pelo Conselho de Administração ou por este Estatuto Social.

Diretor sem designação específica

O Conselho de Administração fixará as atribuições do Diretor sem designação específica no momento da sua eleição.

Em 23 de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia elegeu Maurizio Billi e Maira Billi para os cargos de diretor sem designação específica da Companhia. Na mesma ocasião, foram aprovadas as seguintes atribuições para:

Maurizio Billi:

(i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria em conjunto com o Diretor Presidente;

(ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria na ausência do Diretor Presidente;

(iii) auxiliar o Diretor Presidente na elaboração do plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) colaborar com as áreas responsáveis na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia; e

(v) exercer outras funções ou atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Maira Billi:

(i) coordenar o relacionamento da Companhia com as demais empresas do seu grupo econômico;

(ii) supervisionar as operações a serem executadas pela Companhia com as demais empresas do seu grupo econômico;

(iii) coordenar o banco de leite da Companhia;

(iv) colaborar com os demais Diretores na Administração da Companhia; e

(v) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Por fim, assim como indicado no item 12 **(i)**, a Diretoria não possui um regimento interno.

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

(d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

A Companhia não possui mecanismos de avaliação formal de desempenho de cada órgão da administração e seus membros.

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Item não aplicável.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Item não aplicável.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Item não aplicável.

(iv) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item não aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 21 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) alteração e/ou reforma do Estatuto Social da Companhia, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia;

(ii) aprovação de operações de cisão, fusão, incorporação de sociedades, incorporação de ações da ou pela Companhia, bem como a transformação da Companhia em outro tipo societário, ou qualquer outra forma de reestruturação societária da qual a Companhia seja parte;

(iii) aprovação do requerimento da falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia;

(iv) eleição e/ou destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como a definição do número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(v) fixação ou alteração da remuneração anual global, gratificações e participações nos lucros, se houver, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria;

(vi) aprovação, anualmente, das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(vii) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(viii) grupamento, conversão, resgate, reembolso, amortização ou recompra, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável, de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, ou mudanças nas condições aplicáveis a resgate, amortização ou recompra de valores mobiliários conversíveis em ações, nas hipóteses previstas na regulamentação aplicável;

(ix) aprovação de qualquer plano de opção de compra de ações ou plano de outorga de ações de emissão da Companhia em favor de qualquer administrador, empregado ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às suas sociedades controladas; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(x) a abertura e o fechamento de capital da Companhia.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados seguinte endereço eletrônico: https://ri.eurofarma.com.br/.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados em nossa filial administrativa localizada na Rua Pascoal Pais, 525 – 19º andar, Vila Cordeiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04581-060.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Observado o disposto no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma formalidade para aceitação de procurações outorgadas por acionistas.

Atualmente, não são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, a Instrução CVM 481 não é aplicável a ela, de modo que a Companhia não aceita boletim de voto à distância.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Não aplicável, uma vez que a Companhia não aceita boletim de voto à distância.

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Não aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente, através de carta registrada, entrega pessoal ou *e-mail* enviado aos demais conselheiros com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência das reuniões em primeira convocação, sendo que a segunda convocação poderá acontecer na mesma data da reunião. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da totalidade dos seus membros e, em segunda convocação, com a presença da maioria dos seus membros. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito ou por *e-mail*, pelo Presidente do Conselho de Administração. Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, *e-mail* ou qualquer outro meio eletrônico.

A Companhia não possuía Conselho de Administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Conselho de Administração da Companhia foi constituído em 23 de novembro de 2021, sendo que até a data deste Formulário de Referência foi realizada apenas 1 (uma) reunião extraordinária.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável. Não há Acordo de Acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Estatuto Social da Companhia veda ao membro do Conselho de Administração de intervir nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que a Companhia considera suficiente para sua atual situação.

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que os conselheiros serão eleitos pela Assembleia Geral, a qual nomeará também o presidente do órgão, sendo que ocorrendo vacância definitiva do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá o mandato do Conselheiro substituído até a primeira Assembleia Geral da Companhia, que poderá ratificar a nomeação ou eleger outro Conselheiro. Caso os Conselheiros remanescentes não logrem, por maioria, escolher o substituto, será convocada Assembleia Geral para proceder a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não aplicável.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros dos comitês e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Alexandre Mendes Palhares	19/11/1985	Pertence apenas à Diretoria	23/11/2021	3 anos	0
336.929.188-60	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	23/11/2021	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Cristina Presz Palmaka de Luca	06/09/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
100.484.148-59	Administradora de Empresas e contabilidade	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Francisco Eduardo de Almeida Job	01/06/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
719.530.198-20	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Juliana Rozenbaum Munemori	21/07/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
081.606.157-28	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Cláudio Roberto Ely	04/04/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
137.688.320-15	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia.					
Nelson Augusto Mussolini	02/03/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
007.986.128-86	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Marcelo Martins	21/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/11/2021	2 anos	0
084.530.118-77	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Maurizio Billi	22/11/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/11/2021	3 anos	0
943.308.168-49	Industrial	39 - Outros Conselheiros / Diretores	23/11/2021	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia		Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			
Marco Billi	06/01/1990	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/11/2021	3 anos	0
395.608.208-77	Economista	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	23/11/2021	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Maira Billi	21/10/1990	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/11/2021	3 anos	4
395.714.238-58	Administradora de Empresas	39 - Outros Conselheiros / Diretores	23/11/2021	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia		Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração			
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Alexandre Mendes Palhares - 336.929.188-60					

O Sr. Palhares passou por empresas como Embraer, empresa do setor de aviação, e Grupo Cosan, empresa do setor de energia, onde teve diversas posições como head financeiro da Moove em 2016 e Diretor Financeiro da Rumo Logística, entre os anos de 2017 e 2019, quando assumiu a posição de CFO da holding da Delta energia, antes de se juntar ao time da Eurofarma. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia.
O Sr. Palhares não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59

A Sra. Palmaka é presidente da SAP América Latina e Caribe desde agosto de 2020, após presidir a subsidiária brasileira desde 2013. Atua no setor de TI há mais de 30 anos e é reconhecida por sua abordagem estratégica para liderar equipes e empresas na busca de resultados por meio da inovação e do foco em negócios. Com um estilo de gestão que prioriza a formação de equipes sólidas, Cristina também se destaca por valorizar iniciativas de governança corporativa, diversidade, inclusão e saúde mental. Sob a liderança dela, a SAP Brasil recebeu o certificado Economic Dividends for Gender Equality (EDGE) por conta do compromisso da empresa com a igualdade de gêneros no local de trabalho, e o Top Employers Brasil, no qual a SAP foi reconhecida pela qualidade de suas políticas de recursos humanos. Tambem sob o comando de Cristina, a SAP foi reconhecida pelo Guia Exame de Diversidade em 2019 e 2020 pelas iniciativas que contemplam as melhores práticas de diversidade e inclusão. A companhia ganhou o prêmio de Empresa do Ano no setor de tecnologia e destaque em ações para o público LGBTI+, por oferecer iniciativas consistentes e com forte engajamento interno. A executiva é membro do Conselho da Junior Achievement, ONG mundial com foco na educação de jovens, além de integrar o Conselho de Administração da C&A e Arcos Dorados, a maior franqueadora McDonald’s no mundo.. Em 2019, ganhou o prêmio de Executiva de TI do Ano, da IT Mídia, e foi considerada uma das melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes.
A Sra. Palmaka não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Francisco Eduardo de Almeida Job - 719.530.198-20

O Sr. Job é engenheiro civil, com 46 anos de experiência profissional, pós-graduado em Administração Hospitalar. Em sua trajetória, administrou vários hospitais de médio e grande porte, com importante atuação no Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo e Federação Brasileira de Hospitais. Nos últimos 25 anos atuou no Grupo Cristália, da indústria farmacêutica, ocupando por 13 anos diversas funções executivas e atuando como membro do Conselho Consultivo. Posteriormente, foi por 8 anos vice-presidente Executivo e por 4 anos CEO, deixando a posição em janeiro de 2020. De 2011 a 2019, foi membro do Conselho de Administração da Supera Farma e até janeiro de 2020 foi Presidente Executivo da Cistália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. Atualmente, o Sr. Job é sócio administrador de Aerojob Consultoria e Serviços Ltda, sócio administrador de Geosolid Geoprocessamento e Mapeamento Ltda, sócio administrador de Lidar Brasil Serviços Aéreos Especializados Ltda e membro do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Job não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
O Sr. Job é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28

A Sra. Munemori é formada em Economia pela PUC-RJ e com a designação CFA, conta com ampla experiência no setor de consumo e varejo. Integra o Conselho de Administração das Lojas Renner, desde abril de 2017, Dexco e Cogna Educação, além de ser membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Suzano. A Sra. Munemori é membro independente do Conselho de Administração da Duratex, desde junho de 2016, e da EDP Energias do Brasil. Foi durante 8 anos Conselheira da Arezzo&Co e é Conselheira Consultiva da Dengo Chocolates e Nk Store. Faz parte, ainda, de diversos Comitês dentro dessas companhias, é mentora ativa e Conselheira de empreendedores da Endeavor. A Sra. Munemori passou por algumas instituições financeiras entre 2000 e maio de 2013, mas primordialmente no Itaú BBA. Entre 2013 e 2017, atuou como consultora em projetos de consumo e varejo do Investment. Além do Conselho de Administração da Eurofarma, integra ainda o conselho consultivo da GoCase e Uatt, empresas de empreendedores Endeavor.
A Sra. Munemori não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
A Sra. Munemori é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Cláudio Roberto Ely - 137.688.320-15

O Sr. Ely é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mais de 40 anos de experiência na liderança de grandes organizações, como Camargo Correa Metais S.A., Banco Geral do Comércio S.A. e Drogasil S.A., empresas nos ramos de construção civil, setor financeiro e setor varejista farmacêutica. Nessas empresas, o Sr. Ely foi Diretor Superintendente (CEO) da Camargo Correa Metais S.A., Diretor Executivo, Diretor de Operações e CEO do Banco Geral do Comércio S.A. e presidente da Drogasil S.A. Desde 2013 ele é presidente do conselho da Pet Center Comércio e Participação S.A., presidente do conselho da Althaia S.A., membro do conselho da Warburg Pincus do Brasil, membro do conselho de administração da DIMED Distribuidora de Medicamentos S.A., membro do conselho da BR Petrobrás Distribuidora S.A., membro do conselho da Allied Tecnologia S.A. e membro do conselho da Eurofarma Laboratórios S.A.
O Sr. Ely não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
O Sr. Ely é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Nelson Augusto Mussolini - 007.986.128-86

O Sr. Mussolini é advogado, com mais de 30 anos de experiência na indústria farmacêutica. Sua experiência vai além da área jurídica, incluindo Finanças e Recursos Humanos. Já participou de processos de fusão e sempre manteve a atividade junto às associações de classe. Desde setembro de 2009 é presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) e sócio da empresa Mussolini Assessoria e Negócios Ltda.
O Sr. Mussolini não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
O Sr. Mussolini é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21

Marcelo Martins - 084.530.118-77

O Sr. Martins é CFO e sócio do grupo Cosan desde abril de 2015. É também vice-presidente do Conselho das empresas: Cosan S.A., Compass, Comgás e Moove, além de membro do Conselho da Rumo Logística.
O Sr. Martins é Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especializado em finanças. Faz parte ainda dos Conselhos da Fundação Bienal, do Masp e do Museu Reina Sofia em Madrid. Ingressou na Cosan em julho de 2007 como executivo da Aguassanta Participações S.A. e, entre 2009 e 2015, foi vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Cosan. Antes de ingressar na Cosan, o executivo foi diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Cimentos entre 2003 e 2007, após 4 anos nos Estados Unidos como Diretor do BankBoston e Citibank (Salomon Smith Barney) entre 1999 e 2003. Também comandou a área de Renda Fixa Latino-americana do Salomon Smith Barney, em Nova Iorque.
O Sr. Martins não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
O Sr. Martins é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Ressalta-se que embora a Companhia esteja pleiteando sua listagem no Bovespa Mais Nível 2, os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado foram adotados voluntariamente.
Declara que: não trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Maurizio Billi - 943.308.168-49

O Sr. Billi é industrial e desenvolveu toda a sua carreira dentro do Grupo Eurofarma desde 1977. Com 40 anos de experiência no ramo farmacêutico, iniciou suas atividades profissionais na área de Operações e, nas décadas de 80 e 90, passou por diferentes áreas da empresa. Maurizio assumiu em 1998 a Presidência do Grupo que foi fundado em 1972 por Galliano Billi, seu pai. Atualmente ocupa o cargo de Diretor sem Designação Específica e é o Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
O Sr. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretor sem Designação Específica, bem como de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de diretor. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos.
O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Marco Billi - 395.608.208-77

O Sr. Billi é graduado em Economia e Relações Internacionais pela Facamp (Faculdades de Campinas), iniciou sua carreira no mercado financeiro em empresas como BTG Pactual e Saint Paul Advisors, empresa de assessoria financeira, atuando em projetos relacionados a fusões e aquisições. Em 2017 ingressou na Eurofarma para conduzir a área de M&A. Após concluir a aquisição de diversos projetos e de estruturar a área de Corporate Venture, Marco assumiu na Companhia a Gerência Geral da Colômbia e, posteriormente, a Diretoria Internacional Latam Norte (México, Colômbia e Centro América). Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia.
O Sr. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretor Presidente, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de Diretor Presidente. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de diretor, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos.
O Sr. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Maira Billi - 395.714.238-58

A Sra. Billi é graduada em Administração de Empresas na Anhembi Morumbi, iniciou sua carreira na Eurofarma em 2011. Ingressou na área de Responsabilidade Social, seguida pelas áreas de Prescrição Médica, Oncologia, Recursos Humanos, Administração Financeira, Suprimentos, Planejamento de Produção, Controle de Qualidade, Industrial e Planejamento Estratégico. Em 2019 idealizou o Projeto Lactare, o primeiro Banco de Leite de uma empresa privada da América Latina. Em 2021 assumiu a Diretoria da Pearson Saúde Animal e, posteriormente passou a ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica.
A Sra. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretora Sem Designação Específica, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Ética, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de Diretora Sem Designação Específica. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de Diretora Sem Designação Específica, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos.
A Sra. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alexandre Mendes Palhares - 336.929.188-60	
N/A	
Cristina Presz Palmaka de Luca - 100.484.148-59	
N/A	
Francisco Eduardo de Almeida Job - 719.530.198-20	
N/A	

Juliana Rozenbaum Munemori - 081.606.157-28

N/A

Cláudio Roberto Ely - 137.688.320-15

N/A

Nelson Augusto Mussolini - 007.986.128-86

N/A

Marcelo Martins - 084.530.118-77

N/A

Maurizio Billi - 943.308.168-49

N/A

Marco Billi - 395.608.208-77

N/A

Maira Billi - 395.714.238-58

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Lizandra Karen de Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/03/1974	23/11/2021	Indeterminado
178.473.518-38	Comitê de Ética	Advogada		23/11/2021	0	100.00%
Diretora Jurídica e Integridade Corporativa						
Mikiko Shoji Inoue	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/06/1957	23/11/2021	Indeterminado
933.259.408-20	Comitê de Ética	Administradora de Empresas		23/11/2021	0	100.00%
Vice-Presidente de Recursos Humanos						
Maira Billi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/10/1990	23/11/2021	Indeterminado
395.714.238-58	Comitê de Ética	Administradora de Empresas		23/11/2021	0	100.00%
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração.						
Maria Del Pilar Munoz Semitiel	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/11/1970	23/11/2021	Indeterminado
151.535.698-10	Comitê de Ética	Comunicadora		23/11/2021	0	100.00%
Vice-Presidente de Sustentabilidade e Novos Negócios						
Fabio Iaralha Faria	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/09/1984	23/11/2021	Indeterminado
307.645.178-21	Comitê de Ética	Administrador de Empresas		23/11/2021	0	100.00%
Especialista de Compliance.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Lizandra Karen de Lima - 178.473.518-38

A Sra. Lima é profissional jurídica e compliance com mais de 20 anos de experiência, além da formação jurídica realizou MBA em Negócios Internacionais e de formação de gerentes gerais na INSEAD. Nos últimos cinco anos atuou como diretoria jurídica, compliance e gerente geral da farmacêutica Mundipharma e diretoria jurídica e compliance na Atrial, uma investida do grupo Pátria Investimentos. Anteriormente, já atuou em empresas como Embraer, Natura, Sanofi, no Brasil e América Latina e em cargos de direção e também como gerente geral. Desde junho de 2020, exerce o cargo de Diretora da área Jurídica e Integridade Corporativa na Companhia.
A Sra. Lima ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Mikiko Shoji Inoue - 933.259.408-20

A Sra. Inoue é formada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - Faap, com sólida experiência nos segmentos financeiro, alimentício e tecnológico, sendo responsável pela estruturação de programas de desenvolvimento e trainees. Em 1998, passou a integrar o Grupo Eurofarma com o desafio de estruturar as áreas de Benefícios, Remuneração, Desenvolvimento, Serviços Administrativos e, ainda, o Instituto Eurofarma. Em 2000 assumiu a Diretoria de Recursos Humanos e, posteriormente, a Vice-presidência Global de Recursos Humanos, participando intensamente da integração de cada nova aquisição, garantindo o alinhamento das práticas e cultura da Eurofarma em todas as operações.
A Sra. Inoue ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Maira Billi - 395.714.238-58

A Sra. Billi é graduada em Administração de Empresas na Anhembi Morumbi, iniciou sua carreira na Eurofarma em 2011. Ingressou na área de Responsabilidade Social, seguida pelas áreas de Prescrição Médica, Oncologia, Recursos Humanos, Administração Financeira, Suprimentos, Planejamento de Produção, Controle de Qualidade, Industrial e Planejamento Estratégico. Em 2019 idealizou o Projeto Lactare, o primeiro Banco de Leite de uma empresa privada da América Latina. Em 2021 assumiu a Diretoria da Pearson Saúde Animal e, posteriormente passou a ocupar o cargo de Diretora sem Designação Específica.
A Sra. Billi ocupa na data deste Formulário de Referência o cargo de Diretora Sem Designação Específica, bem como de membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Ética, sendo que no quadro acima os campos “data da eleição”, “data de posse” e “prazo do mandato” referem-se apenas ao seu cargo de Diretora Sem Designação Específica. Uma vez que tais informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração não são coincidentes com as informações referentes ao cargo de Diretora Sem Designação Específica, apresentamos a seguir as informações referentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, (i) data de eleição: 23/11/2021, (ii) data de posse: 23/11/2021, e prazo de mandato: 2 anos.
A Sra. Billi ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Maria Del Pilar Munoz Semitiel - 151.535.698-10

A Sra. Semitiel é formada em Comunicação pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, com especialização em Marketing e Finanças e MBA em Indústria Farmacêutica, ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Há 28 anos na Eurofarma, construiu sua carreira em Marketing e Vendas, assumindo posteriormente áreas corporativas da organização. Atualmente tem sob sua responsabilidade as áreas de Sustentabilidade e Novos Negócios, que englobam as atividades socioambientais, de comunicação e eventos, além do planejamento estratégico e fusões e aquisições. Sua área está alicerçada no tripé da sustentabilidade e busca o permanente equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental. Além de membro do Comitê de Ética da Companhia é conselheira do Instituto Eurofarma.
A Sra. Semitiel ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Fabio Iaralha Faria - 307.645.178-21

Fabio Iaralha Faria - 307.645.178-21
O Sr. Faria é formado em Administração de Empresas pela PUC-SP, com MBA em Controles Internos e Compliance pela Fipecafi. Com 15 anos de experiência da área de Compliance, está na Eurofarma desde 2014 e já trabalhou em empresas como Alelo, Banco Itaú e Itaú Cultural.
O Sr. Faria não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: trabalhou, nos últimos cinco anos, em empresa que integra (i) grupo econômico da emissora ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da emissora.
Adicionalmente, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Lizandra Karen de Lima - 178.473.518-38	
N/A	

Mikiko Shoji Inoue - 933.259.408-20

N/A

Maira Billi - 395.714.238-58

N/A

Maria Del Pilar Munoz Semitiel - 151.535.698-10

N/A

Fabio Iaralha Faria - 307.645.178-21

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurizio Billi	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Marco Billi	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Observação				
O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi e o controlador indireto da Companhia. O Sr. Maurizio Billi ocupa cargos na administração das seguintes controladas da Companhia: Momenta Farmacêutica Ltda., Supera Farma Laboratórios S.A., Diplo Participações Ltda., Pearson Saúde Animal S.A., Eurofarma Argentina S.A., Laboratórios Eurofarma Bolívia S.A., Eurofarma Chile S.A., Eurofarma Colômbia S,A., Eurofarma S.A., Laboratórios Eurofarma de México, Sociedad de Resposabilidad Limitada de Capital Variable, Eurofarma Moçambique, Eurofarma Peru S.A.C., Eurofarma Uruguai, entre outras.				
Administrador do emissor ou controlada				
Maurizio Billi	943.308.168-49	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Maira Billi	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração				
Observação				
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, configurando relação de parentesco (Pai – 1º grau) entre o administrador, Sr. Maurizio Billi e a controladora indireta da Companhia. O Sr. Maurizio Billi ocupa cargos na administração das seguintes controladas da Companhia: Momenta Farmacêutica Ltda., Supera Farma Laboratórios S.A., Diplo Participações Ltda., Pearson Saúde Animal S.A., Eurofarma Argentina S.A., Laboratórios Eurofarma Bolívia S.A., Eurofarma Chile S.A., Eurofarma Colômbia S,A., Eurofarma S.A., Laboratórios Eurofarma de México, Sociedad de Resposabilidad Limitada de Capital Variable, Eurofarma Moçambique, Eurofarma Peru S.A.C, Eurofarma Uruguai, entre outras.				
Administrador do emissor ou controlada				
Marco Billi	395.608.208-77	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Maira Billi	395.714.238-58	Eurofarma Laboratórios S.A.	61.190.096/0001-92	
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração				
Observação				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
O Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi são os controladores indiretos da Companhia. Diante disso, ressalta-se a relação de parentesco (Irmão – 1º grau) entre os referidos administradores, que são também acionistas controladores indiretos da Companhia. Adicionalmente, o Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi também são administradores da controlada da Companhia, Pearson Saúde Animal S.A., o que configura uma relação de parentesco (Irmão – 1º grau por consanguinidade) entre os referidos administradores da Companhia e os administradores da controlada da Companhia.				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Maurizio Billi	943.308.168-49	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.	07.796.143/0001-09

Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia.

Observação

A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, também possuí uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

Maurizio Billi	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Conte Capital S.A.	12.447.643/0001-67

Empresa de locação de imóveis

Observação

A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, também possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.

Administrador do Emissor

Marco Billi	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Controlador direto da Companhia			
Observação			
O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Maira Billi	395.714.238-58	Controle	Controlada Direta
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia			
Observação			
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controladora direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Cristina Presz Palmaka de Luca	100.484.148-59	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração.			
Pessoa Relacionada			
SAP Brasil Ltda.	74.544.297/0001-92		
Fornecedor da Companhia.			
Observação			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP para América Latina e Caribe, empresa do mesmo grupo econômico da SAP Brasil Ltda., que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Maurizio Billi	943.308.168-49	Controle	Controlada Direta
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.	07.796.143/0001-09		
Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia			
Observação			
A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possuí uma relação de controle com a pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
Maurizio Billi	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Conte Capital S.A.	12.447.643/0001-67		
Empresa de locação de imóveis			
Observação			
A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
Marco Billi	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Maira Billi	395.714.238-58	Controle	Controlador Direto
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia			
Observação			
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controladora direta da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Cristina Presz Palmaka de Luca	100.484.148-59	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
SAP Brasil Ltda.	74.544.297/0001-92		
Fornecedor da Companhia.			
Observação			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Maurizio Billi	943.308.168-49	Controle	Controlada Direta
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.	07.796.143/0001-09		
Empresa que presta serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia			
Observação			
A Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela prestação de serviços de pesquisa clínica e farmacêutica, bem como a preparação e a realização de ensaios clínicos, pré-clínicos, equivalência e bioequivalência de produtos farmacêuticos para a Companhia. O administrador da Companhia e filho do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi, também é acionista minoritário da Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda., logo, possuí uma relação de controle com a pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
Maurizio Billi	943.308.168-49	Controle	Fornecedor
Diretor sem Designação Específica e Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Conte Capital S.A.	12.447.643/0001-67		
Empresa de locação de imóveis			
Observação			
A Conte Capital S.A. é uma controlada direta do administrador e acionista da Companhia, Sr. Maurizio Billi, e é uma empresa responsável pela locação de imóveis para a Companhia. Os administradores da Companhia e filhos do Sr. Maurizio Billi, Sr. Marco Billi e Sra. Maira Billi, também são acionistas minoritários da Conte Capital S.A., logo, possuem uma relação de controle com a pessoa relacionada.			
Administrador do Emissor			
Marco Billi	395.608.208-77	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia			
Observação			
O Sr. Marco Billi é controlador indireto da Companhia, uma vez que é detentor de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controlador direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai do Sr. Marco Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Maira Billi	395.714.238-58	Controle	Controlada Direta
Diretora sem Designação Específica e membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	15.831.754/0001-60		
Controlador direto da Companhia			
Observação			
A Sra. Maira Billi é controladora indireta da Companhia, uma vez que é detentora de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento o qual é acionista controladora direto da Companhia, sendo o Sr. Maurizio Billi, pai da Sra. Maira Billi e administrador da Companhia, usufrutuário das referidas ações. Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.			
Administrador do Emissor			
Cristina Presz Palmaka de Luca	100.484.148-59	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro independente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
SAP Brasil Ltda.	74.544.297/0001-92		
Fornecedor da Companhia.			
Observação			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Sra. Cristina Palmaka atuava como Presidente da SAP Brasil Ltda., empresa que possui contrato relevante de fornecimento de tecnologia de softwares com a Companhia.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, cujo limite máximo de garantia é de R$ 75 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 195.375,65 (cento e noventa e cinco mil, trezentos e setenta e cincos reais e sessenta e cinco centavos), parcelado em quatro vezes sem juros considerando a condição de pagamento de 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão da apólice, e o vencimento acontece em 16.11.2022.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, **(i)** data de realização; **(ii)** eventuais casos de instalação em segunda convocação; e **(iii)** quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	28.02.2018	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	16.04.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	26.06.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	05.10.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	25.10.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	28.11.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	13.12.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	28.12.2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	07.01.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.03.2019	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	25.04.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.07.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.09.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.10.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	19.11.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	29.11.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.12.2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17.03.2020	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária	30.04.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.04.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.09.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	27.11.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	11.12.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.12.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.12.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.12.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.12.2020	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	07.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	14.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	22.01.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.02.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.02.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.03.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.03.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.03.2021	100%	Não

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	08.04.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.04.2021	100%	Não
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26.05.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.06.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.07.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.07.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	10.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	26.08.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	02.09.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	30.09.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	04.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	08.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	13.10.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	03.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	16.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	22.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	23.11.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	23.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	31.12.2021	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	18.01.2022	100%	Não

Relacionamento entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário, o número de reuniões conjuntas agendadas e realizadas no exercício social anterior e o número de reuniões conjuntas previstas para o exercício em curso

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos últimos três exercícios sociais e na data deste Formulário de Referência também não está instalado, logo, não há o que reportar sobre o seu relacionamento com os demais órgãos da Administração no exercício social em curso. Ressalta-se que em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Companhia e deverá fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência. Adicionalmente, os membros do conselho fiscal assistirão às reuniões do conselho de administração, se houver, ou da diretoria, em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar, bem como poderão solicitar aos órgãos da administração ou aos auditores independentes da Companhia esclarecimentos ou informações, desde que relativas à sua função fiscalizadora.

O Conselho de Administração da Companhia foi instalado em 23 de novembro de 2021, sendo que foi realizada apenas 1 (uma) reunião do órgão até a data deste Formulário de Referência, logo, não há o que reportar sobre o seu relacionamento com os demais órgãos da Administração nos exercícios sociais

12.12 - Outras informações relevantes

anteriores. No exercício social em curso, não há reuniões conjuntas previstas, ressalvado, conforme aplicável, que os diretores podem vir a participar das reuniões do referido órgão.

Por fim, a Companhia não possui um Comitê de Auditoria Estatutário, logo, não há o que reportar sobre o seu relacionamento com os demais órgãos da Administração no exercício social em curso ou nos exercícios sociais anteriores.

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia não possuí órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, sendo a composição da sua administração detalhada no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Processo de Avaliação da Administração

As informações sobre o processo de avalição dos órgãos da administração da Companhia e de seus membros foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Programa de Treinamento da Administração

Na data deste Formulário de Referência, não há programa de treinamento formalizado de membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal.

Número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebidas pela Companhia no exercício social anterior, com a indicação, ainda, dos aperfeiçoamentos que foram realizados em decorrência dessas denúncias no exercício anterior e os que serão implantados no exercício em curso.

O Canal de Denúncias da Companhia em 2020:

- Recebeu 388 ocorrências;
- 193 ocorrências eram aplicáveis;
- 195 não eram aplicáveis;
- 4 ocorrências caracterizaram violação de maior risco por deliberação do Comitê de Ética da Companhia;
- 4 demissões foram ocasionadas por violação ao Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- Não houve nenhuma rescisão de contrato comercial em decorrência de violações ao Código de Ética e Conduta da Companhia ou das Políticas vigentes.

O Canal de Denúncias do Grupo Eurofarma é também um canal de ouvidoria e de comunicação do colaborador com a Companhia. Dentre as denúncias aplicáveis recebidas ao longo do exercício social de 2020 temos descumprimentos de políticas e procedimentos internos, como por exemplo cumprimento da jornada de trabalho, comportamento inadequado de colaboradores, podendo estes serem classificados ou não como assédio moral, conflito de interesses e outros. Não tivemos nenhuma ocorrência que investigada como procedente que caracterizou fraude ou corrupção e as demissões realizadas foram por comportamento inadequado com outros colaboradores e uso indevido dos benefícios da companhia. Das denúncias aplicáveis e resultantes como procedentes, o Comitê de Ética aplicou advertências verbais, escritas, treinamentos e revisão de políticas e procedimentos.

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

12.12 - Outras informações relevantes

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros; manutenção de um canal para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

Reuniões do Conselho de Administração

As informações sobre as reuniões do Conselho de Administração foram prestadas no item 12.3 (a) deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de remuneração formalizada e/ou aprovada por qualquer órgão. Contudo, a Companhia adota prática de remuneração fixa e variável que possui como objetivos principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração que também são executivos não são remunerados. Os membros independentes do Conselho de Administração, por outro lado, farão jus a remuneração fixa. O objetivo de referida remuneração é compensar adequadamente os conselheiros pelos serviços prestados e pela participação nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Essa remuneração base contempla 12 parcelas anuais, iguais para todos os membros. A remuneração do Conselho de Administração reflete as práticas do mercado, especialmente aquelas verificadas em empresas da mesma natureza (farmacêutica), levando também em consideração as funções e as responsabilidades de tais administradores.

Diretoria Estatutária e Não-Estatutária

Pró-labore mensal fixo: contempla o pró-labore fixo mensal, que tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Remuneração fixa mensal: contempla o salário fixo mensal, composto de 13 pagamentos (12 meses + 13°), tendo por objetivo a compensação pelos serviços prestados. Esta compensação está alinhada com as práticas de mercado, bem como o desempenho individual, contribuição para o negócio e conhecimento do executivo.

Benefícios: tem por objetivo garantir a competitividade das práticas de remuneração, a atratividade e retenção de profissionais em posições estratégicas da companhia, bem como o alinhamento com práticas do mercado em que a empresa está inserida (farmacêutico). Também complementa os benefícios da assistência social oficial de forma a proporcionar maior segurança aos Diretores Estatutários e não estatutários, permitindo-lhes manter o foco no desempenho de suas funções. Os

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

benefícios oferecidos são: plano de assistência médica e odontológica; seguro de vida e previdência privada.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diretoria Estatutária	90,58%	3,85%	5,57%	n.a.	100%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diretoria Estatutária	94,48%	1,76%	3,76%	n.a.	100%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diretoria Estatutária	93,95%	2,27%	3,78%	n.a.	100%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A composição da remuneração dos administradores é definida com base nos padrões do mercado, sempre levando em consideração para comparação empresas do mesmo setor de atuação da Companhia. Anualmente, são contratadas consultorias especializadas em pesquisa de remuneração e benefícios para certificar-se que os salários praticados estão competitivos com as melhores práticas de mercado. Diante dos resultados das pesquisas de remuneração, são avaliados todos os componentes

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

do pacote de remuneração, garantindo o alinhamento ao alto grau de competitividade do mercado e possibilitando a tomada de decisão para possíveis ajustes salariais.

A remuneração fixa mensal do Diretores Estatutários e não estatutários é corrigida anualmente com os índices aprovados em Convenção Coletiva de Trabalho do setor, além de eventuais aumentos por mérito individual.

Alguns itens também são considerados para avaliação de reajustes individuais, são eles: (i) desempenho individual do executivo/profissional em sua área de atuação; (ii) retenção do profissional; (iii) experiência e maturidade do profissional.

Benefícios

A aderência e competitividade das práticas de benefícios são avaliadas anualmente conforme pesquisas de remuneração. Em caso de diminuição de competividade, são realizadas análises e apresentados planos de ação para correção do mesmo.

Remuneração Variável

O valor referente à distribuição de Participação nos Lucros e Resultados a ser distribuída anualmente depende do atingimento das metas de alguns indicadores. O principal, e também "gatilho" para o início do pagamento do programa é o EBITDA. Após esse ser atingido, também mensuramos os resultados obtidos em Participação de Mercado (MarketShare), Lucro Operacional nas Unidades de negócios comerciais e os indicadores individuais de desempenho dos colaboradores.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são: (i) o reconhecimento ao trabalho e dedicação prestados para a perenidade de suas atividades; (ii) incentivos para a melhoria de sua gestão, a retenção, e o compromisso com os resultados de curto e longo prazo.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía Conselho de Administração. Dessa forma, a remuneração para esse órgão é apresentada como zerada em referidos anos no item 13.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, para o exercício social corrente, os membros do Conselho de Administração que também são executivos da Companhia não serão remunerados por seu cargo no Conselho.

Em relação à diretoria estatutária, um dos membros, devido à sua posição como acionista controlador da Companhia, não recebia remuneração nos exercícios sociais de 2019 e 2018, mas apenas dividendos.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores levados em consideração para determinação dos elementos de remuneração são:

Remuneração fixa e benefícios

Alinhamento as práticas de mercado, analisados anualmente através de pesquisas de remuneração contratadas com consultorias externas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável

(i) Indicadores corporativos: EBITDA, Participação de mercado (Market share), Lucro operacional das Unidades de negócios comerciais, bem como metas específicas determinadas para cada um dos departamentos e propostas periodicamente pelos executivos da Companhia, com base no resultado operacional da Companhia, que são definidas pelos gestores de cada departamento; e

(ii) Indicadores individuais: projetos e indicadores específicos que são de responsabilidades de cada colaborador.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é parte integrante do processo de recompensa dos colaboradores da empresa. Este programa está estruturado mediante os preceitos da Lei 10.101/2000, e é avaliado anualmente pelo grupo de executivos da companhia, a fim de garantir sua competividade com as práticas de mercado e também que seja um instrumento de atração e retenção dos melhores profissionais.

Para que o programa seja sustentável e perene, anualmente são realizadas análises dos resultados atingidos e, sempre que necessário, são propostos ajustes no desenho do programa. Com isso, buscamos garantir o reflexo dos ganhos em resultados também no pacote de remuneração dos Executivos.

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa, de forma que os indicadores de desempenho não geram efeitos diretos em sua remuneração.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a excelência nos projetos e processos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

As práticas de remuneração da Companhia são alinhadas ao mercado anualmente, e refletem diretamente nos ganhos dos seus colaboradores, pois os pacotes de remuneração são avaliados frente às pesquisas salariais do setor em que a companhia atua e sempre que necessário são realizados os ajustes pertinentes.

A remuneração variável está atrelada a metas de crescimento dos resultados e da geração de valor, alinhado com o interesse dos acionistas. Assim, promove-se a criação de valor e a melhoria dos indicadores de desempenho operacional e financeiro da Companhia, em linha com os interesses do emissor e de seus acionistas.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado. A Companhia contrata pesquisas de mercado sobre o valor da remuneração a cada dois anos.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração irá avaliar a adequação da prática de remuneração da Companhia anualmente, quando da fixação da remuneração individual da diretoria. Essa avaliação consiste em verificar se a prática da Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,50	3,17	0,00	4,67
Nº de membros remunerados	1,00	2,33	0,00	3,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	8.244.660,02	0,00	8.244.660,02
Benefícios direto e indireto	0,00	357.025,38	0,00	357.025,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	224.580,00	0,00	0,00	224.580,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores pagos a título de consultoria pela Companhia aos membros independentes do Conselho de Administração.	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	521.959,17	0,00	521.959,17
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	224.580,00	9.123.644,57	0,00	9.348.224,57

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	5.894.735,92	0,00	5.894.735,92
Benefícios direto e indireto	0,00	362.665,46	0,00	362.665,46

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	250.400,06	0,00	250.400,06
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	6.507.801,44	0,00	6.507.801,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,33	0,00	3,33
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	6.835.021,64	0,00	6.835.021,64
Benefícios direto e indireto	0,00	272.214,16	0,00	272.214,16
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	127.171,94	0,00	127.171,94

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	7.234.407,74	0,00	7.234.407,74

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	6.089.541,00	0,00	6.089.541,00
Benefícios direto e indireto	0,00	245.076,76	0,00	245.076,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	147.206,54	0,00	147.206,54
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	0,00	6.481.824,30	0,00	6.481.824,30

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	**1,5**	**3,17**	0,00	4,67
Nº de membros remunerados	0	1,17	0,00	1,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração(1)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	558.496,31	0,00	558.496,31
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	521.959,17	0,00	521.959,17

(1) O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera a situação na qual, ainda que o diretor tenha atingido as metas individuais mínimas previstas, a Companhia não atinja suas próprias metas operacionais, ocasião na qual não é devido o pagamento de PLR.

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração(1)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	296.935,70	0,00	296.935,70
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	277.510,00	0,00	277.510,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	250.400,06	0,00	250.400,06

(1) O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera a situação na qual, ainda que o diretor tenha atingido as metas individuais mínimas previstas, a Companhia não atinja suas próprias metas operacionais, ocasião na qual não é devido o pagamento de PLR.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,33	0,00	3,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração(1)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	217.702,01	0,00	217.702,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	205.379,25	0,00	205.379,25
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	127.171,94	0,00	127.171,94

(1) O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera a situação na qual, ainda que o diretor tenha atingido as metas individuais mínimas previstas, a Companhia não atinja suas próprias metas operacionais, ocasião na qual não é devido o pagamento de PLR.

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração(1)	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	175.019,87	0,00	175.019,87
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	165.113,08	0,00	165.113,08
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	147.206,54	0,00	147.206,54

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

(1) O valor mínimo previsto no plano de remuneração considera a situação na qual, ainda que o diretor tenha atingido as metas individuais mínimas previstas, a Companhia não atinja suas próprias metas operacionais, ocasião na qual não é devido o pagamento de PLR.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais, de modo que os itens 13.5 a 13.7 não são aplicáveis à Companhia.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Os acionistas controladores da Companhia também são seus diretores estatuários. Dessa forma, apresentamos abaixo a abertura de número de ações ordinárias consolidado por órgão:

	Número de ações	% de participação
Diretoria Estatutária	858.714.812[2]	100%
Conselho de Administração[1]	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A

[1] A fim de evitar duplicidade, as ações detidas por membros do Conselho de Administração que também são Diretores Estatutários, foram reportadas apenas como Diretoria Estatutária.

[2] Considera ações detidas diretamente ou por meio do Santos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Item não aplicável, considerando que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária não haviam aderido ao plano de previdência da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	3,00	3,33	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	5.387.069,74	6.439.313,86	5.781.704,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	399.280,62	312.556,06	197.014,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.169.267,15	2.411.469,25	2.160.608,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho de Administração.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho de Administração.
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho de Administração.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.
31/12/2019	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.
31/12/2018	O Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Nos três últimos exercícios sociais, os membros da Diretoria Estatutária eram também acionistas controladores da Companhia, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social findo em 31/12/2020	n.a.	100%	n.a.
Exercício social findo em 31/12/2019	n.a.	100%	n.a.
Exercício social findo em 31/12/2018	n.a.	100%	n.a.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam, nos três últimos exercícios sociais, qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Informações adicionais ao item 13.11

A remuneração dos diretores da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, foi estabelecida com base nas atribuições de cada um e na prática de mercado para diretores com funções semelhantes em empresas do mesmo porte. Dessa forma, considerando a quantidade de funções que eram desempenhadas pelo Diretor Presidente na empresa, o qual era responsável por, dentre outras, fixar a orientação geral dos negócios, supervisionar as operações da Companhia, coordenar os demais diretores, bem como tomar decisões estratégicas para direção dos negócios da Companhia (considerando que não havia Conselho de Administração), seu salário era significativamente maior que o dos demais diretores, representando, portanto, a maior remuneração. Por outro lado, o diretor sem designação específica desempenhava bem menos funções, sendo responsável por coordenar os negócios da linha Veterinária e do Banco de Leite da Eurofarma, resultando, portanto em uma menor remuneração.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As tabelas abaixo demonstram os números de colaboradores registrados da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020. As informações foram apresentadas por nível hierárquico da função ocupada pelos colaboradores, bem como por áreas (Administrativas, Industriais e Comerciais) e por Unidade ou planta produtiva da Companhia.

2020:

Tipo de função/cargo	Brooklin/Campo Belo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	São Paulo (Unidade Biotecnologia)	Rio de Janeiro	Total Geral
Diretoria/Executivo	19	8	0	0	0	0	27
Gerentes	302	50	3	1	0	0	356
Coordenador/Supervisor	38	95	10	3	2	1	149
Especialistas	10	24	0	0	0	0	34
Administrativo/Comercial	2000	638	48	9	14	0	2709
Técnico	2	51	7	1	0	0	61
Operacional	8	1066	239	40	3	0	1356
Total Geral	**2379**	**1932**	**307**	**54**	**19**	**1**	**4692**

2019:

Tipo de função/cargo	Brooklin/Campo Belo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	São Paulo (Unidade Biotecnologia)	Rio de Janeiro	Total Geral
Diretoria/Executivo	19	5	0	0	0	0	24
Gerentes	73	276	3	0	0	0	352
Coordenador/Supervisor	40	82	10	2	2	1	137
Especialistas	5	21	0	0	0	0	26
Administrativo/Comercial	195	2448	62	7	14	0	2726
Técnico	1	50	7	1	0	0	59
Operacional	10	926	284	32	4		1256
Total Geral	**343**	**3808**	**366**	**42**	**20**	**1**	**4580**

2018:

Tipo de função/cargo	Brooklin/Campo Belo	Itapevi	Ribeirão Preto	Varginha	São Paulo (Unidade Biotecnologia)	São Paulo (Unidade Euroglass)	Rio de Janeiro	Total Geral
Diretoria/Executivo	17	7	0	0	0	0	0	24
Gerentes	76	289	4	1	0	1	1	372
Coordenador/Supervisor	36	83	12	0	1	2	3	137
Especialistas	6	16	0	0	0	0	0	22
Administrativo/Comercial	170	2594	64	3	15	5	4	2855
Técnico	2	45	7	0	0	1	2	57
Operacional	95	779	318	0	2	34	5	1233
Total Geral	**402**	**3813**	**405**	**4**	**18**	**43**	**15**	**4700**

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2020						
	Itapevi	São Paulo	Interlagos	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Total
Portaria e vigilância	34	4	4	13	9	4	68
Limpeza e conservação	176	14	5	29	4	1	229
Restaurante	52	0	0	14	0	0	66
Creche	47	16	0	0	0	0	63
Manutenção	10	1	0	0	0	0	11
Outros	90	26	2	7	38	1	164
Total	**409**	**61**	**11**	**63**	**51**	**6**	**601**

Atividade	31/12/2019						
	Itapevi	São Paulo	Interlagos	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Total
Portaria e vigilância	35	4	4	17	4	4	68
Limpeza e conservação	156	23	5	29	4	1	218
Restaurante	49	15	0	14	1	0	79
Creche	47	21	0	0	0	0	58
Manutenção	9	2	1	0	0	0	12
Outros	105	34	2	14	31	0	186
Total	**401**	**99**	**12**	**74**	**40**	**5**	**631**

Atividade	31/12/2018						
	Itapevi	São Paulo	Interlagos	Ribeirão Preto	Varginha	Rio de Janeiro	Total
Portaria e vigilância	35	14	8	15	0	4	76
Limpeza e conservação	151	31	10	29	4	5	230
Restaurante	55	21	0	15	1	0	92
Creche	45	21	0	0	0	0	66
Manutenção	9	2	1	0	0	0	12
Outros	81	32	3	14	22	0	152
Total	**376**	**121**	**22**	**73**	**27**	**9**	**628**

(c) Índice de rotatividade

Abaixo demonstramos os índices médios mensais de rotatividade da Companhia nos exercícios de 2018, 2019 e 2020:

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
0,78%	1,26%	0,96%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

As alterações reportadas no item 14.1 deste Formulário de Referência dizem respeito ao início e/ou encerramento das operações nas unidades da Companhia, conforme descrito abaixo:

Variação 2019 x 2018	Variação 2020 x 2019
Encerramento das operações na Unidade do Rio de Janeiro	Migração dos colaboradores da área Comercial da Unidade Itapevi para Unidade Brooklin/Campo Belo
Encerramento das operações na Unidade Euroglass	
Início efetivo das operações na Unidade Varginha	
Transferência das operações de produção da Unidade Brooklin/Campo Belo para a Unidade de Itapevi com	

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração alinhada com as principais práticas do mercado; condições de atrair, reter e motivar os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável e também as práticas dos mercados em que está inserida. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável e as convenções coletivas regionais, conforme o caso.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Item não aplicável, considerando que a Companhia não possui planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com os Sindicatos que representam seus colaboradores, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhum tipo de paralisação ou greve.

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são:

- Sindicato dos trabalhadores na Indústria Química, Farmacêuticas, Plástico e similares de São Paulo;
- Sindicato dos trabalhadores na Indústria Química, Farmacêutica, Plásticos, Explosivos, Abrasivos, Fertilizantes e Lubrificantes de Osasco, Cotia e Região;
- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros;
- Sindicato dos propagandistas, propagandistas vendedores e vendedores de produtos farmacêuticos e terceirizados no setor de propagandas e vendas de produtos farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Federação Interestadual dos Propagandistas (FIP);
- Sindicato dos Farmacêuticos no estado de São Paulo;
- Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de fabricação de álcool, química e farmacêutica de Ribeirão e Região; e
- Sindicato dos práticos de farmácia e dos empregados no comercio de drogas, medicamentos e produtos farmacêuticos do estado de Minas Gerais.

Adicionalmente, no âmbito de suas negociações e interações com sindicatos, a Companhia adota normas coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho, cujas principais características estão descritas abaixo:

Normas Coletivas de Trabalho

A Companhia possui acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis a todos os seus colaboradores, de acordo com a natureza de sua atividade e região em que atuam. Geralmente, essas normas abordam temas como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição, e participação nos lucros e resultados.

Acordo Coletivo de trabalho

A Companhia firmou com os respectivos sindicatos os seguintes acordos nos últimos três anos:

- Compensação de horas para emenda de feriados ou antecipação/postergação de feriados – este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados calendários de compensação de horas para que todos possam usufruir de emendas nos feriados, ou seja, se o feriado é em uma terça-feira o colaborador compensa as horas da segunda-feira e não trabalha no referido dia;
- Participação nos Lucros e Resultados - este acordo é firmado anualmente com todos os sindicatos, e mediante a anuência dos colaboradores, são viabilizados programas de PLR mais favoráveis que os previstos na convenção coletiva de trabalho;

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

- Acordo coletivo para redução do intervalo intrajornada – este acordo é celebrado nas Unidades de Itapevi e Ribeirão preto, e visa a reduzir o horário de refeição dos colaboradores de Operações para 40 minutos diários para que eles não trabalhem aos sábados. O acordo para a Unidade Itapevi foi renovado em outubro de 2021 e tem vigência até setembro de 2023. Já o da Unidade Ribeirão Preto foi realizado em 2020 e tem vigência até 2022;
- Acordo Coletivo para Marcação de ponto Portaria 373 – o acordo foi firmado em 2021 com todos os sindicatos (exceto os sindicatos dos Propagandistas e FIP, pois não realizam marcação de ponto) para que seja possível a implementação de marcação através de reconhecimento facial e biométricos dos colaboradores. Os acordos têm vigência de dois anos.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Maurizio Billi					
943.308.168-49	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2020	
Não					
1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
15.831.754/0001-60	Brasileira-SP	Não	Sim	16/11/2021	
Não					
858.714.811	99,999%	0	0,000%	858.714.811	99,999%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
858.714.812	100,000%	0	0,000%	858.714.812	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				**15.831.754/0001-60**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Maira Billi					
395.714.238-58	Brasileira-SP	Não	Sim	10/12/2020	
Não					
172.549.922	50,000	0	0,000	172.549.922	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Marco Billi					
395.608.208-77	Brasileira-SP	Não	Sim	10/12/2020	
Não					
172.549.922	50,000	0	0,000	172.549.922	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				15.831.754/0001-60	
TOTAL					
345.099.844	100,000	0	0,000	345.099.844	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

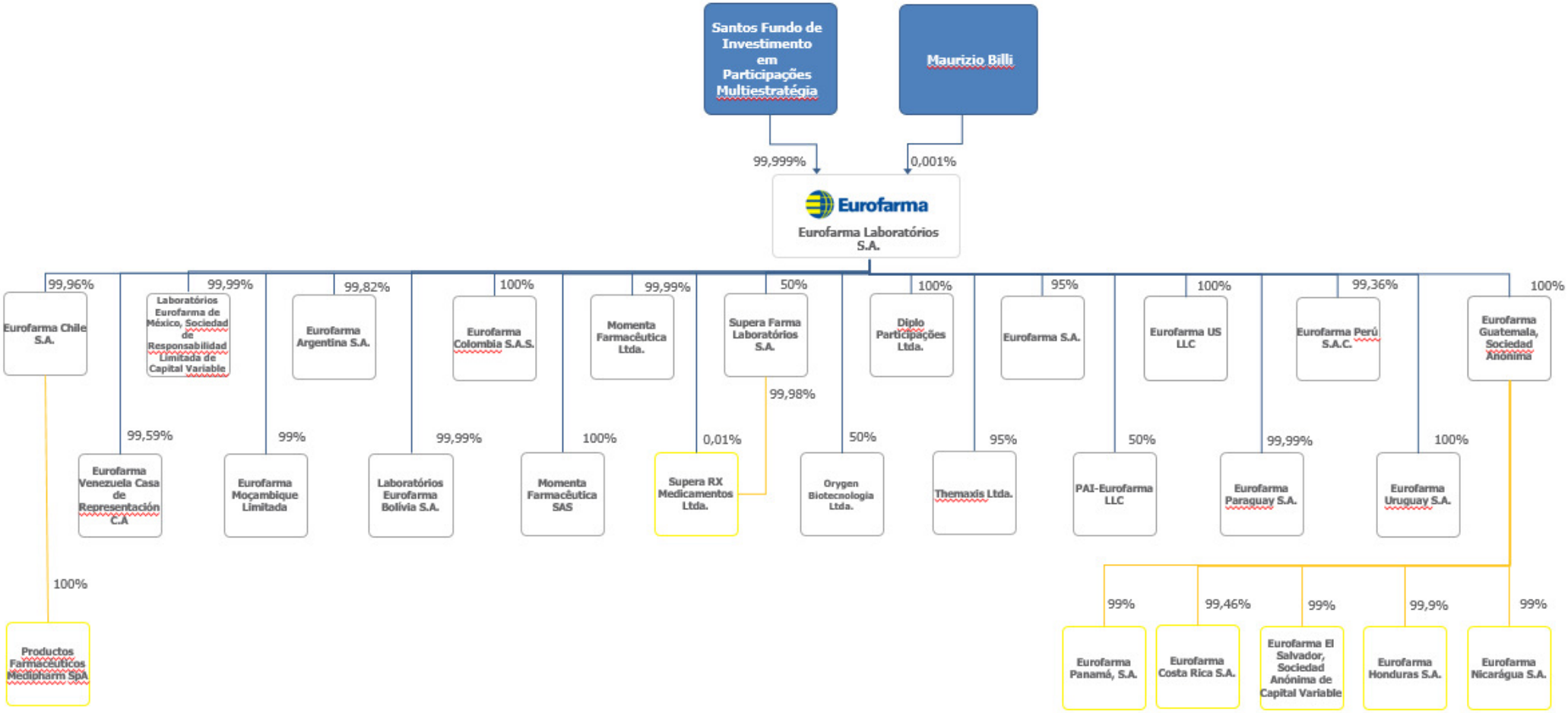
Data da última assembleia / Data da última alteração	18/01/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



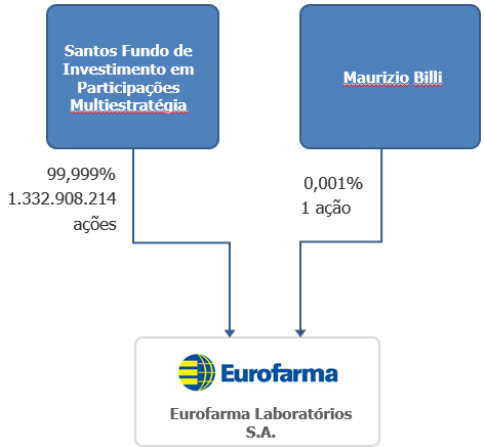
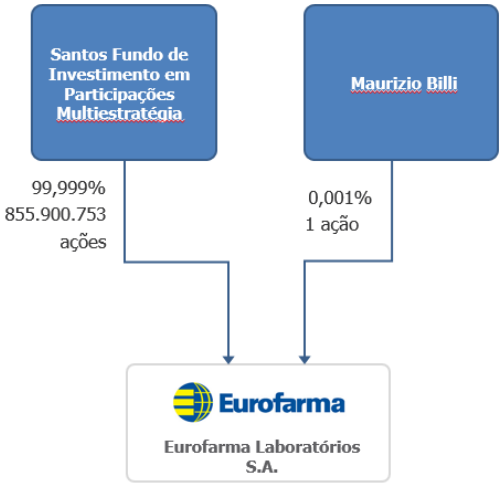
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

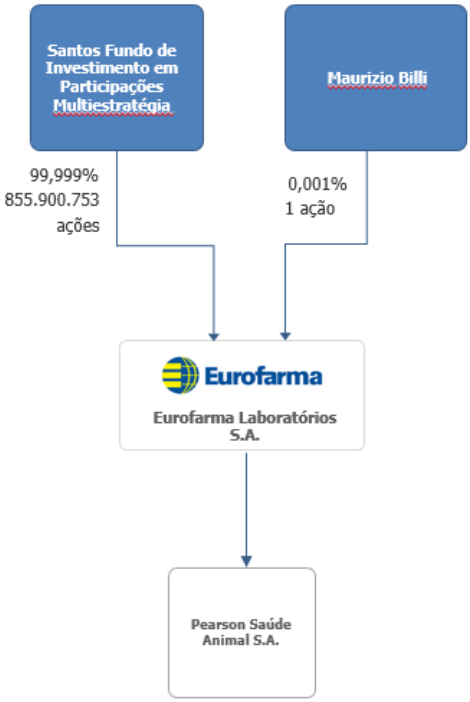
Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

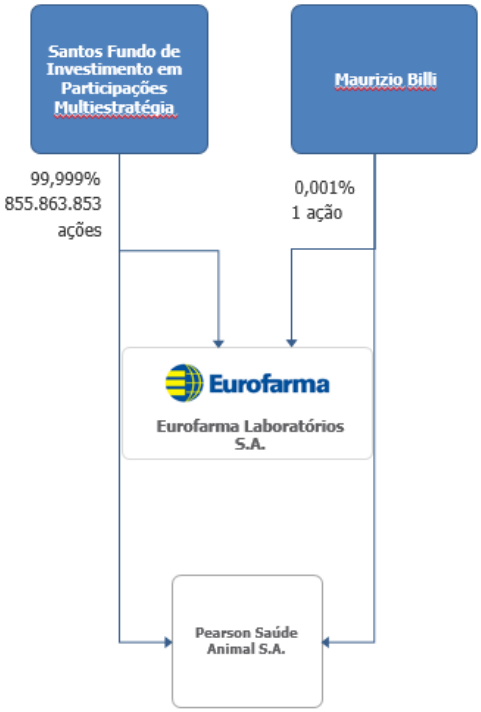
(a) Evento	**Cisão parcial e redução do capital social da Companhia**
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da Companhia para a transferência de bem imóvel localizado em Itapevi/SP, mediante a versão da parte cindida do seu patrimônio para a Itapevi Empreendimentos e Participações S.A. ("Itapevi"). Em decorrência da cisão parcial, houve redução do capital social da Companhia, mediante cancelamento de 447.007.461 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantendo-se, todavia, o percentual de participação de cada acionista na Companhia.
(c) Sociedades envolvidas	Companhia, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Itapevi.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:  Quadro societário depois da operação: 
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

(a) Evento	**Redução do capital social da Companhia para transferência de participação acionária na Pearson Saúde Animal S.A.**

15.7 - Principais Operações Societárias

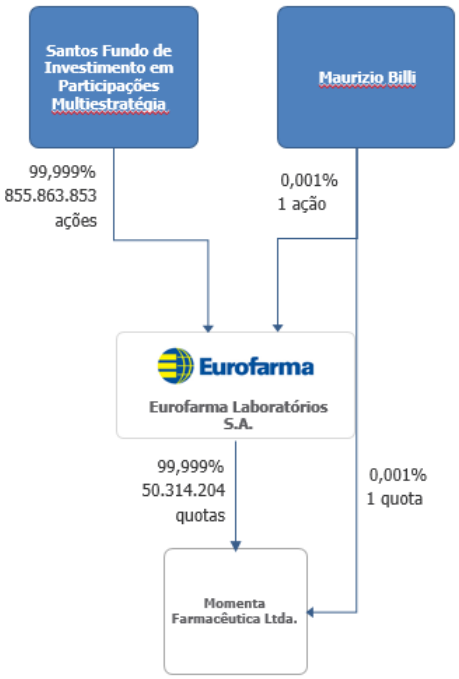
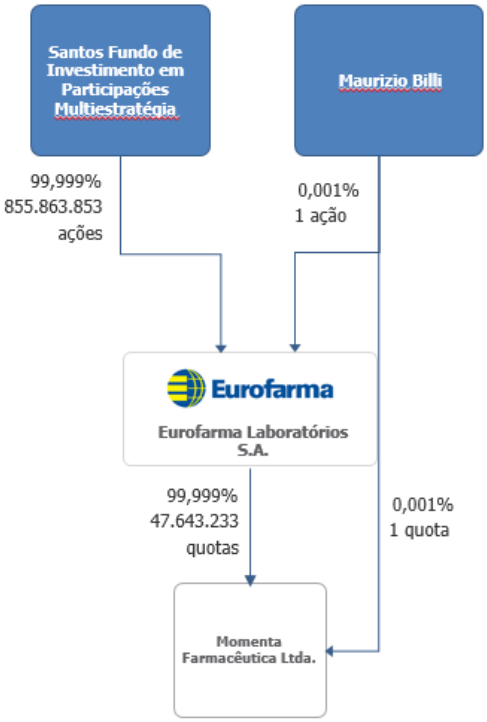
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a redução do capital social da Companhia, mediante cancelamento de 36.899 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantendo-se, todavia, o percentual de participação de cada acionista na Companhia. A restituição aos acionistas de parte do valor das ações, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia, se deu mediante a entrega da participação societária então detida pela Companhia na Pearson Saúde Animal S.A. ("Pearson").
(c) Sociedades envolvidas	Companhia, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Pearson.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:  Quadro societário depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

	
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

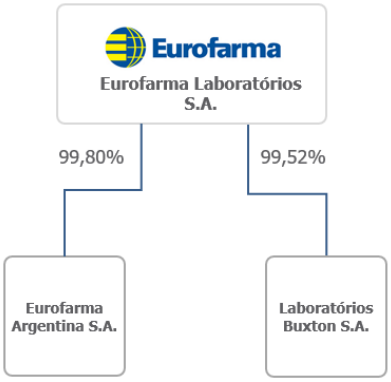
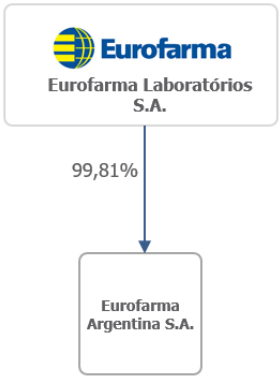
(a) Evento	**Cisão parcial da Momenta Farmacêutica Ltda. e incorporação pela Companhia da parcela cindida**
(b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a cisão parcial da Momenta Farmacêutica Ltda. ("Momenta"), e a subsequente incorporação pela Companhia da parcela cindida, no valor de R$2.670.970,38. Devido a Companhia ser detentora de 99,999% do capital social da Momenta, a incorporação da parcela cindida não resultou em aumento do capital social da Companhia.
(c) Sociedades envolvidas	Companhia e Momenta
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

	 Quadro societário depois da operação: 
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral de acionistas.

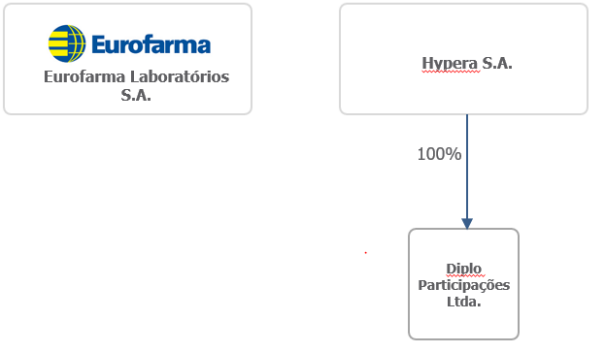
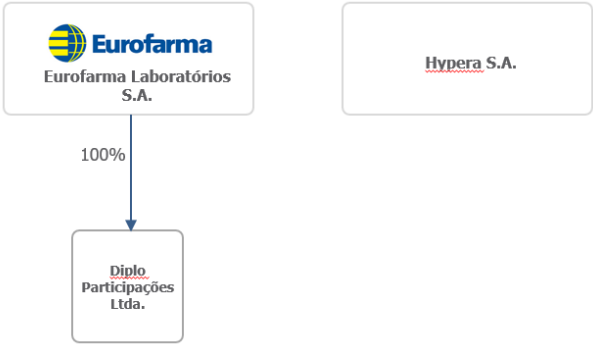
(a) Evento	**Reorganização societária nas subsidiárias Eurofarma Argentina S.A. e Laboratórios Buxton S.A.**
(b) Principais condições do negócio	Em 01 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou a operação de fusão por incorporação entre suas subsidiárias Eurofarma Argentina S.A. ("Eurofarma Argentina") e Laboratórios Buxton S.A. ("Buxton"), ambas localizadas na Argentina. Dessa forma, a Buxton foi

15.7 - Principais Operações Societárias

	dissolvida e seu patrimônio incorporado na Eurofarma Argentina, sendo que as ações detidas pela Companhia na Buxton foram convertidas em ações da Eurofarma Argentina.
(c) Sociedades envolvidas	Companhia, Eurofarma Argentina e Buxton.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:  Quadro societário depois da operação: 
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral de acionistas.

(a) Evento	**Aquisição de participação na Diplo Participações Ltda.**
(b) Principais condições do negócio	Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento à Hypera S.A no valor de R$ 866.566 mil (correspondente a USD 161.000 mil) referente ao "Quota Purchase Agreement" celebrado em 17 de março de 2020, para a compra do portfólio de 12 produtos farmacêuticos para 6 países da América Latina (México, Argentina, Colômbia, Equador, Panamá e Peru) através da aquisição de 100% da empresa Diplo Participações Ltda. Com essa transação a Companhia passou a contar com uma robusta plataforma para o México, segundo maior mercado farmacêutico da região, sendo que a aquisição está alinhada com o objetivo estratégico da Companhia se posicionar como uma competidora regional de relevância na América Latina.
(c) Sociedades envolvidas	Companhia, Diplo e Hypera S.A.
(d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	As alterações estão descritas no item "e" abaixo.
(e) Quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

	 Quadro societário depois da operação: 
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A celebração do *Quota Purchase Agreement* pela Companhia foi aprovada em assembleia geral de acionistas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Usufruto das quotas de emissão do Santos FIP

Em 04/12/2019, os quotistas do Santos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Santos FIP"), quais sejam, o Sr. Marco Billi e a Sra. Maira Billi, constituíram usufruto de 37,5% de sua respectiva participação no Santos FIP para o Sr. Maurizio Billi. Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, o Sr. Maurizio Billi tem usufruto de 75% das quotas de emissão pelo Santos FIP.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia não possui uma política formalizada quanto à realização de transações com partes relacionadas. Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições normalmente praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus sócios ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como as instruções emitidas pela CVM.

A Lei Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Lei das Sociedades por Ações determina, ainda, que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia, por sua vez, fixa que é competência do Conselho de Administração aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer de seus acionistas e/ou respectivas afiliadas, bem como aprovar quaisquer operação ou conjunto de operações celebrados pela Companhia com qualquer de suas partes relacionadas, exceto nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações como de competência exclusiva da Assembleia Geral.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Magabi Pesquisas Clínicas e Farmacêuticas Ltda.	20/05/2014	35.123.794,31	5.197,75	7.013.685,34	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.
Objeto contrato	Prestação de serviços referente à análise físico-química de medicamentos pertinentes a estudos de estabilidade pela Magabi à Companhia. Uma vez que o valor da transação é variável, pois depende do volume de serviços prestados, com uma cobrança efetuada com base em tabela de preços por tipo de serviços, (i) o valor informado no campo “montante envolvido” refere-se aos valores pagos desde 2014 até 31/12/2020, e (ii) o valor informado no campo “montante” refere-se aos valores pagos durante o exercício social encerrado em 31/12/2020. Cabe ressaltar que, no âmbito dessa relação entre as partes, a Companhia presta serviços de back-office e compartilha despesas comuns do grupo econômico.
Garantia e seguros	Não há previsão
Rescisão ou extinção	Não há previsão
Natureza e razão para a operação	Serviços de análises físico químicas para elaboração de estudos de estabilidade de medicamentos conduzidos pela Eurofarma Laboratórios S.A.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Em relação à prestação de serviços de análise físico-química de medicamentos prestados pela Magabi, a posição contratual da Companhia é de “Devedora”, entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2020. O campo “saldo existente” (R$ 5.197,75) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia, e, por esse motivo, a Companhia figura como Credora em 31/12/2020.

Themaxis Ltda.	20/12/2002	8.083,35	8.083,35	8.083,35	Indeterminado.	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Controlada
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital
Garantia e seguros	Não há previsão
Rescisão ou extinção	Não há previsão
Natureza e razão para a operação	Financiamento das atividades da controlada por meio de aporte de recursos da Companhia. Cabe ressaltar que a empresa não é operacional desde a sua constituição.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Orygen Biotecnologia Ltda.	19/12/2019	6.000.000,00	5.204.807,57	4.350.000,00	16/04/2023	SIM	100,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Contrato de mútuo entre as empresas com juros mensal calculado a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Bancários). O valor reportado como “montante envolvido” refere-se ao valor original do Contrato celebrado em 19/12/2019. O valor reportado como “montante” refere-se ao valor constante do contrato, conforme aditado em 11/12/2020.						
Garantia e seguros	Não há previsão						
Rescisão ou extinção	Não há previsão						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para financiamento do plano de negócios.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Eurofarma Edol Produtos Farmacêuticos Ltda.	08/11/2004	25.000,00	25.000,00	25.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há previsão						
Rescisão ou extinção	Não há previsão						
Natureza e razão para a operação	Financiamento das atividades da joint venture por meio de aporte de recursos da Companhia. Cabe ressaltar que a empresa não é operacional desde a sua constituição.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto Eurofarma	07/04/2005	110.586.454,84	8.630,00	11.686,830,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Mantenedora						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Eurofarma Laboratórios é mantenedora do Instituto Eurofarma (OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), isto é, provê os recursos necessários para o funcionamento do Instituto Eurofarma. O montante envolvido refere-se à soma das doações realizadas pela Companhia ao Instituto Eurofarma desde 2005, considerando que não há estabelecimento de um valor total no contrato entre as partes. O montante refere-se aos valores de doações da Companhia para o Instituto em 2020. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Instituto.						
Garantia e seguros	Não há previsão						
Rescisão ou extinção	Não há previsão						
Natureza e razão para a operação	Promoção de instituto focado na educação em três segmentos distintos: Formação e Qualificação de Jovens e Adultos, Educação Complementar e Educação Ambiental.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Em relação às doações para o Instituto Eurofarma, a posição contratual da Companhia é Devedora, uma vez que, como é mantenedora do Instituto, possui obrigação de efetuar doações. Entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2020. O campo “Saldo Existente” (R$ 8.630,00) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia e a posição contratual é Credora em 31/12/2020.						
Conte Capital S.A.	23/12/2016	31.800.826,00	1.907,86	2.801.292,54	31/12/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum						
Objeto contrato	Locação de imóvel da unidade II-Campo Belo, unidade IV-Nações Unidas e unidade V-Rio de Janeiro. O valor incluído no campo “Montante Envolvido” refere-se ao valor total do contrato, conforme vigência contratual de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos). O campo “Montante” refere-se às despesas de aluguéis de 2020. Adicionalmente, a Companhia também presta serviços de back-office e compartilhamento de despesas para o Conte Capital.						
Garantia e seguros	Não há previsão						
Rescisão ou extinção	Não há previsão a respeito de multa em caso de rescisão unilateral do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Em relação à locação de imóvel, a posição contratual da Companhia é Devedora, entretanto, não há saldo a pagar em 31/12/2020. O campo “Saldo Existente” (R$ 1.987,06) é referente à prestação de serviços de backoffice/compartilhamento de despesas pela Companhia e a posição contratual é Credora em 31/12/2020.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

As transações com partes relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazo e taxas cobradas bem como os direitos e responsabilidades das partes envolvidas.

As transações realizadas dentre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticas no mercado à época em que são negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, adotando-se, inclusive, quando aplicáveis, parâmetros utilizados em negociações pretéritas, de mesma natureza, realizadas entre a Companhia e terceiros.

Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência. Mais informações sobre tal caráter estão descritas nos itens (a) e (b) abaixo.

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Adiantamentos para futuro aumento de capital / Valor do capital a integralizar

As transações foram aprovadas em reuniões de sócios ou pelos órgãos societários competentes, conforme o caso, por unanimidade dos presentes. Haja vista se tratar de operações societárias no curso ordinário da gestão da participação da Companhia em outras empresas e da participação de seus acionistas, não houve benefício para nenhuma parte envolvida, porque o valor do aumento do capital social futuro ou presente foi calculado considerando a perspectiva de rentabilidade e a necessidade de caixa de cada empresa, em observância à legislação societária aplicável.

Prestação de serviços de back-office

Os serviços a serem prestados anualmente para as empresas do grupo da Companhia são definidas pelo CSC – Centro de Serviços Compartilhados, sem que haja a participação direta de qualquer das empresas envolvidas.

Compra e venda de produtos e serviços

As transações de compra e venda de produtos e serviços, conforme o caso, são aprovadas pelo Conselho de Administração ou pela alçada competente em cada empresa, sendo certo que os membros que possam ter interesse particular na celebração da transação devem, obrigatoriamente, se abster de participar do processo de aprovação de sua contratação.

A Companhia adota mecanismos, como por exemplo, a tomada de orçamentos comparativos entre empresas prestadoras de serviços e de locação de imóveis semelhantes bem como negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados no mercado, bem como diante das particularidades de cada operação.

Contrato de Mútuo / Contrato de Locação

Os contratos foram aprovados em sede do órgão societário competente, sem a participação ou votação dos membros envolvidos.

Instituto Eurofarma

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Não há terceiros envolvidos na transação, considerando que o Instituto Eurofarma foi criado pela própria Companhia a qual, por sua vez, não possui acionistas minoritários. Cabe a ressalva de que o Instituto é uma instituição sem fins lucrativos, de modo que as doações feitas pela Companhia não proporciona – e nem poderia proporcionar – a ele vantagens econômicas.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Adiantamentos para futuro aumento de capital / Valor do capital a integralizar

O valor do aumento do capital social futuro ou presente foi calculado considerando a perspectiva de rentabilidade e a necessidade de caixa de cada empresa, em observância à legislação societária aplicável, se caracterizando, portanto, como "pagamento compensatório adequado".

Prestação de serviços de back-office

Os serviços de *back-office* referem-se à prestação de serviços de atividades centralizadas (por exemplo, compras, fiscal, contabilidade, tesouraria, recursos humanos, TI, frotas) que são realizadas pela área de CSC-Centro de Serviços Compartilhados. Anualmente, são definidos os serviços que serão prestados para as empresas do grupo, e, posteriormente, é elaborado um contrato de cada uma das empresas, que define o valor a ser cobrado com base em métricas objetivas e de volumetria.

Cabe ressaltar que as despesas são compartilhadas e reembolsadas mensalmente à Companhia proporcionalmente ao seu uso, sendo que não há cobrança de *mark-up*, de modo a assegurar que o pagamento compensatório seja adequado – isto é, com base nos serviços efetivamente prestados e no volume despedido para tanto.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores utilizados em cada área:

Área	Indicador volumetria
Compras	Número de pedidos de compra Volume de solicitação de viagens processadas Volume de cadastro de Fornecedores
Fiscal	Volume total de faturas emitidas Volume de cadastro de Clientes Volume total de entrada de notas
Contabilidade	Volume de lançamentos manuais/Conciliações Quantidade de ativos na base Quantidade ajuste de inventario
Tesouraria	Número de pagamentos realizados Número de recebimentos realizados Volume de análise de credito
RH	Número de funcionários
TI	Número de usuários de rede
Frota	Quantidade de Veículos

Compra e venda de produtos e serviços

Os contratos de prestação de serviço ou compra e venda de produtos observam, necessariamente, as condições de mercado local. No caso em que a Companhia presta serviços ou oferece produtos, os valores são tabelados, aplicáveis para todas as empresas com as quais contrata, sendo parte relacionada ou não. No caso em que a Companhia compra produtos e serviços, para que essas condições sejam

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

asseguradas, a gerência responsável de cada empresa realiza cotação com diferentes prestadores de serviços semelhantes. Dentre as cotações, é selecionado aquele que oferece o menor preço ou as condições comerciais (prazo para pagamento, por exemplo) mais favoráveis à Companhia. Dessa forma, a parte relacionada só é contratada caso passe nesse teste.

Adicionalmente, ambas as partes envolvidas nas transações também contratam com outros players do mercado – a depender da extensão necessária do serviço e dos valores oferecidos – para a realização dos mesmos serviços que aqueles desempenhados pelas ou para as partes relacionadas, conforme o caso.

As transações realizadas dentre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticas no mercado à época em que são negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, adotando-se, inclusive, quando aplicáveis, parâmetros utilizados em negociações pretéritas, de mesma natureza, realizadas entre a Companhia e terceiros.

Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência.

<u>Contrato de Mútuo</u>

Inicialmente cumpre destacar que o objetivo exclusivo do Contrato de Mútuo é fornecer os recursos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, com o objetivo de fazer um uso mais eficiente dos recursos financeiros dentro das empresas do grupo. Dessa forma, seu valor é calculado considerando exclusivamente o montante de recursos necessários conforme avaliação da administração da Companhia, sem que haja benefício ou prejuízo para qualquer das partes envolvidas

Também por esse motivo, o Contrato de Mútuo específico com a Orygen não é comparável com os demais contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e instituições financeiras. Não obstante, o contrato também é indexado pelo CDI (conforme demonstrado abaixo), da mesma forma que os demais contratos da Companhia, caracterizando seu pagamento compensatório adequado.

a. Composição dos empréstimos e financiamentos

					Controladora		Consolidado	
	Indexador	Encargos financeiros - %	Garantias	Vencimento	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional:								
Capital de giro	-	20,53% a.a.	Aval	2020	-	-	-	19
FINAME (ii)	TJLP	6,0% a.a.	Nota promissória e alienação fiduciária	2020 a 2024	16.637	21.281	16.637	21.281
FINEP (i)	TJLP	5,0% a.a.	Fiança bancária	2020 a 2024	94.335	89.450	94.335	89.450
Notas promissórias comerciais (iii)	CDI	109,90% CDI a.a.; CDI + 0,77% a.a. e CDI + 3,10% a.a.	Sem aval e/ou garantia	2022 a 2024	1.245.724	793.239	1.245.724	793.239
BNB (iv)	IPCA	IPCA + 0,7416% a.a.	Carta de fiança bancária	2030	51.417	-	51.417	-
Mútuo - partes relacionadas – Orygen	CDI	100,0% CDI	Sem aval e/ou garantia	2021 a 2023	5.205	6.000	5.205	6.000
Total					**1.413.318**	**909.970**	**1.413.318**	**909.989**

Por fim, ressalta-se que o valor do Contrato de Mútuo (R$ 5 milhões) não é relevante frente ao endividamento total da Companhia (R$ 1.472 milhão).

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Contrato de Locação

O valor do contrato de locação foi definido após avaliação e definição do valor justo e real de locação do imóvel, com base no levantamento de dados relativos a imóveis com características iguais ou semelhantes às dos imóveis objeto da avaliação à época da contratação, sem favorecimento de quaisquer das partes envolvidas.

O reajuste anual aplicado é o IGP-M, índice mais utilizado no mercado para correção de aluguel, o que demonstra as condições de mercado a que o contrato está sujeito.

Instituto Eurofarma

A Companhia é mantenedora, isto é, a pessoa jurídica que provê os recursos necessários ao funcionamento, do Instituto Eurofarma, cujo objetivo é fornecer à sociedade uma educação transformadora através da formação e qualificação de jovens e adultos, educação complementar e educação ambiental. O valor das doações é calculado considerando a necessidade de caixa do Instituto para manutenção de suas atividades, se caracterizando, assim como "pagamento compensatório adequado".

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
23/11/2021	2.500.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
16/11/2021	895.024.519,72		858.714.812	0	858.714.812
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
16/11/2021	895.024.519,72		858.714.812	0	858.714.812
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
16/11/2021	895.024.519,72		858.714.812	0	858.714.812

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2018	Assembleia Geral	28/11/2018	108.815.070,46	Subscrição particular	108.815.070	0	108.815.070	9,00000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização As ações foram integralizadas com a capitalização dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio distribuídos, referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 26 de junho de 2018 no valor de R$ 58.816.659,28 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) e referente ao período de 27 de junho de 2018 a 28 de novembro de 2018 no valor de R$ 49.998.411,27 (quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e onze reais e vinte e sete centavos), totalizando R$ 108.815.070,55 (cento e oito milhões, oitocentos e quinze mil, setenta reais e quarenta e seis centavos), conforme proporção das ações detidas por cada acionista.

28/12/2018	Assembleia Geral	28/12/2018	10.015.269,80	Subscrição particular	10.015.269	0	10.015.269	0,76000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização As ações foram integralizadas com a capitalização dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio distribuídos, referente ao período de 29 de novembro a 28 de dezembro de 2018, no valor de R$ 10.015.269,81 (dez milhões, quinze mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos), conforme proporção das ações detidas por cada acionista.

30/12/2019	Assembleia Geral	30/12/2019	9.338.568,34	Subscrição particular	9.338.568	0	9.338.568	0,70000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização As ações foram integralizadas com a capitalização dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio distribuídos. referente ao período de 30 de novembro de 2019 a 30 de dezembro de 2019 no valor de R$ 9.338.568,35 (nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme proporção das ações detidas por cada acionista.

08/03/2021	Assembleia Geral	08/03/2021	2.000.000,00	Subscrição particular	2.000.000	0	2.000.000	0,23000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista da Companhia, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, à vista, e moeda corrente nacional.

08/04/2021	Assembleia Geral	08/04/2021	850.958,00	Subscrição particular	850.958	0	850.958	0,09000000	1,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista da Companhia, Santos Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia, à vista, e moeda corrente nacional.

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/11/2021	Assembleia Geral	16/11/2021	36.309.707,69	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2020	31/12/2020	477.077.461,60	477.007.461	0	477.007.461	35,80000000	0,00

Forma de restituição Considerando a redução contábil do capital social da Companhia, não houve restituição por ação (reais), apenas o cancelamento das ações.

Razão para redução A redução do capital social ocorreu em razão de cisão parcial da Companhia, tendo sido constatado que a parcela cindida do patrimônio da Companhia correspondeu a R$ 477.385.350,25 (quatrocentos e setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). O valor da redução de capital da Companhia foi de R$ 477.007.461,60 (quatrocentos e setenta e sete milhões, sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), sendo certo que a diferença de R$ 377.888,65 (trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), foi referente a variação patrimonial da parcela cindida entre a data base e a data da cisão parcial conforme apurado no balanço contábil de 31 de dezembro de 2020, a qual foi debitada da conta de reserva de lucros da Companhia. A redução ocorreu na mesma data em que foi deliberada, já tendo sido consolidado ao Estatuto Social da Companhia o valor atualizado do capital social.

31/12/2020	31/12/2020	36.899,99	36.899	0	36.899	0,00400000	36.899,99

Forma de restituição A quantia total da redução do capital social, no montante de R$36.899,99 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), foi restituída aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia, mediante a entrega da participação societária detida pela Companhia na Pearson Saúde Animal S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pascoal Pais, nº 525, 18º andar, Sala Uruguai, Vila Cordeiro, CEP 04581-060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.746.586/0001-87, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300561104.

Razão para redução A redução do capital social ocorreu pelo fato de o capital social ser julgado excessivo. A redução ocorreu na mesma data em que foi deliberada, já tendo sido consolidado ao Estatuto Social da Companhia o valor atualizado do capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os Acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 25, parágrafo segundo, (B) do Estatuto Social da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 11, §2º, (a) do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão das suas ações ordinárias à negociação no segmento Bovespa Mais Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a alienação de controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia ("OPA"), observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Para fins dessa disposição do Estatuto Social, são entendidos como:

a) "Acionista Controlador", o acionista ou Grupo de Acionistas que exerça o Poder de Controle da Companhia;

b) "Acionista Controlador Alienante", o Acionista Controlador quando este promove a Alienação do Controle da Companhia;

c) "Ações de Controle", o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

d) "Ações em Circulação", todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria;

e) "Adquirente", aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia;

f) "Alienação de Controle da Companhia", a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

g) "Cláusula Compromissória", consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a B3 obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;

h) "Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2", o contrato celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia e o Acionista Controlador, contendo disposições relativas à listagem da Companhia no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;

i) "Grupo de Acionistas", o grupo de pessoas: (a) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle; ou (c) sob controle comum;

j) "Poder de Controle", o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante;

k) "Regulamento de Arbitragem", o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos Termos de Anuência.

l) "Regulamento de Sanções", o Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina a aplicação de sanções nos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes do Regulamento BOVESPA MAIS – NÍVEL 2;

m) "Termos de Anuência dos Controladores", o termo pelo qual os novos Acionistas Controladores ou o(s) acionistas(s) que vier(em) a ingressar no grupo de controle da Companhia se responsabilizam pessoalmente a submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, com o Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, com a Clausula Compromissória, com o Regulamento de Sanções e com o Regulamento de Arbitragem;

n) "Novo Mercado", o segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado; e

o) "Valor Econômico", o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

A OPA também deverá ser efetivada (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar OPA acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Enquanto estiver em vigor o Contrato BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, a Companhia não registrará (i) qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

Na OPA, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado, conforme abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação referido no parágrafo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1° do Artigo 8° da Lei das Sociedades Por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo Artigo.

A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da assembleia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Caso seja deliberada a saída da Companhia do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociados fora do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado conforme descrito acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no parágrafo acima se a Companhia sair do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 em razão da celebração do contrato de participação da Companhia em um dos segmentos especiais da B3 denominado BOVESPA MAIS, Nível 2 de Governança Corporativa ou Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no BOVESPA MAIS, Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

A saída da Companhia do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2 está condicionada à efetivação de OPA, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação, conforme descrito acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo que cabe ao Acionista Controlador efetivar tal OPA.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que os valores mobiliários emitidos pela Companhia não foram negociados no mercado secundário.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	27/02/2019
Data de vencimento	27/02/2022
Quantidade (Unidades)	80
Valor total (Reais)	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado à observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, a partir da data de emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das notas comerciais, com o consequente cancelamento de tais notas comerciais, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, não sendo devido qualquer prêmio aos titulares das notas comerciais, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Cártula. O valor a ser pago em relação a cada uma das notas comerciais objeto do resgate antecipado será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão, até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; acrescido (c) se houver, dos encargos moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate. Não será permitido o resgate antecipado parcial das notas comerciais. Em qualquer hipótese, o resgate antecipado deverá ser comunicado à B3 e ao Banco Mandatário com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de resgate antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em série única. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais.
Outras características relevantes	Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade. Vencimento Antecipado: serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, as quais estão descritas nas Cártulas. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de emissão	29/11/2019
Data de vencimento	30/11/2024
Quantidade (Unidades)	74
Valor total (Reais)	370.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	370.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado à observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, da data de emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais de ambas as séries, com o consequente cancelamento de tais Notas, sendo vedada sua manutenção em tesouraria (“Resgate Antecipado”), mediante o pagamento de prêmio aos titulares das Notas caso o Resgate Antecipado seja realizado em até 1462 dias contados da Data de Emissão (inclusive) (“Período de Pagamento de Prêmio"), de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cártulas, sendo certo que caso o Resgate Antecipado ocorra após o Período de Pagamento de Prêmio, o prêmio de Resgate Antecipado não será devido. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas objeto do Resgate Antecipado será equivalente: a) ao Valor Nominal Unitário; b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido c) se houver, dos encargos moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, e d) caso seja realizado durante o Período de Pagamento de Prêmio, do prêmio equivalente ao percentual ao ano, incidente deste a data do efetivo Resgate Antecipado até a respectiva Data de Vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculado conforme fórmula a ser prevista nas Cártulas. Não será permitido o Resgate Antecipado parcial das Notas Comerciais. Em qualquer hipótese, o Resgate Antecipado deverá ser comunicado à B3 e ao Banco Mandatário com antecedência mínima de 3 Dias Úteis da data de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em duas séries. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais.
Outras características relevantes	Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade. Vencimento Antecipado: serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, e estarão descritos nas Cártulas Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Valor mobiliário	**Nota Comercial**

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	23/04/2020
Data de vencimento	23/04/2022
Quantidade (Unidades)	204
Valor total (Reais)	1.020.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	520.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis na época da negociação, incluindo, sem limitação, o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 476, condicionado a observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, a partir da data de emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais de ambas as séries, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais, sendo vedada sua manutenção em tesouraria (“Resgate Antecipado”), mediante o pagamento de prêmio aos titulares das Notas Comerciais caso o Resgate Antecipado seja realizado em até 1462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) dias contados da Data de Emissão (inclusive) (“Período de Pagamento de Prêmio"), de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cártulas, sendo certo que caso o Resgate Antecipado ocorra após o Período de Pagamento de Prêmio, o prêmio de Resgate Antecipado não será devido. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido (c) se houver, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) devidos e não pagos até a data do referido resgate, e (d) caso seja realizado durante o Período de Pagamento de Prêmio, do prêmio equivalente ao percentual ao ano indicado na tabela abaixo, incidente deste a data do efetivo Resgate Antecipado até a respectiva Data de Vencimento, sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculado conforme fórmula a ser prevista nas Cártulas. Não será permitido o Resgate Antecipado parcial das Notas Comerciais. Em qualquer hipótese, o Resgate Antecipado deverá ser comunicado à B3 e ao Banco Mandatário com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em quatro séries. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. As Notas Comerciais circularão por endosso em preto, sem garantia do endossante, de mera transferência de titularidade. Vencimento Antecipado: as hipóteses serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, as quais estão descritas nas Cártulas. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	14/04/2021
Data de vencimento	14/04/2026
Quantidade (Unidades)	100
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis na época da negociação, incluindo, sem limitação, o disposto nos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 476, condicionado a observação do cumprimento pela Companhia das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, unilateralmente, a seu exclusivo critério, a partir de 14 de abril de 2022, oferta de resgate antecipado das Notas, em sua totalidade ou parcialmente, com o consequente cancelamento das Notas efetivamente resgatadas (“Oferta de Resgate Antecipado”), devendo a Oferta de Resgate Antecipado proposta pela Companhia ser dirigida aos titulares das Notas em relação as Notas Comerciais de todas ou de determinada série. A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os titulares das Notas que serão objeto do referido resgate antecipado, sem distinção, assegurada a igualdade de condições aos titulares das Notas para aceitar o resgate antecipado das Notas de que forem titulares. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas objeto da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário; (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado; acrescido (c) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate; e (d) de prêmio de Oferta de Resgate Antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo (“Valor da Oferta de Resgate Antecipado”). A Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação anúncio ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Companhia a cada um dos Titulares das Notas que serão objeto do resgate antecipado, com cópia para o Agente Fiduciário, a B3, o Banco Mandatário e o Custodiante (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado '), com, no mínimo, 10 Dias Uteis de antecedência da data do efetivo resgate antecipado, que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ação, em dez séries. O Valor Unitário das Notas Comerciais será integralmente pago em 1 (uma) única parcela, em moeda corrente nacional, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado. As Notas Comerciais não contarão com quaisquer garantias ou aval.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais.
Outras características relevantes	Forma: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma cartular e ficarão custodiadas perante instituição financeira habilitada à prestação de custódia da guarda física das Notas Comerciais, bem como contarão com serviços de banco mandatário, a serem contratados pela Companhia para estes fins. Vencimento Antecipado: as hipóteses serão negociadas com o Coordenador Líder das Notas Comerciais, com base em hipóteses de vencimento antecipado usualmente utilizadas em operações desta natureza, as quais estão descritas nas Cártulas. A B3 deverá ser comunicada imediatamente após a declaração do vencimento antecipado. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única
Data de emissão	10/12/2020
Data de vencimento	10/12/2025
Quantidade (Unidades)	485.000
Valor total (Reais)	485.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	485.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debentures somente poderão ser negociadas, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da dará de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2022, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e (c) de prêmio flat em montante equivalente aos percentuais indicados na Escritura de Emissão, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dia úteis. As Debêntures não possuem garantia.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30 de abril de 2022, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures. Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizados, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a dará da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a dará da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio flat em montante equivalente aos percentuais indicados a seguir, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem amortizadas: caso a amortização extraordinária seja realizada entre 30 de abril de 2022 (inclusive) até 01 de janeiro de 2024 (exclusive) o prêmio flat será de 1,25%; caso a amortização extraordinária seja realizada entre 01 de janeiro de 2024 (inclusive) até 01 de janeiro de 2025 (exclusive) o prêmio flat será de 1,00%; caso a amortização extraordinária seja realizada entre 01 de janeiro de 2025 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) o prêmio flat será de 0,75%. Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0x, até a data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (inclusive); e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir da data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (exclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única
Data de emissão	18/02/2022
Data de vencimento	18/02/2028
Quantidade (Unidades)	1.000.000
Valor total (Reais)	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debentures somente poderão ser negociadas, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da dará de sua subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 18 de fevereiro de 2024, inclusive, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e (c) de prêmio equivalente a 0,30%, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem resgatadas.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dia úteis. As Debêntures não possuem garantia.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 18 de fevereiro de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures. Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Emissora será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a serem amortizados, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a dará da Amortização Extraordinária, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a dará da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio equivalente a 0,30%, incidente sobre saldo devedor das Debêntures a serem amortizadas. Vencimento Antecipado: As obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0x, até a data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (inclusive); e (b) 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos) a partir da data em que as demais dívidas com esse covenant vençam ou deixem de existir (exclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1
Nota Comercial	0	0	17

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3, conforme descritos na seção 18.5 acima:

- 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações da Companhia;
- 3ª (terceira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia;
- 4ª (quarta) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia;
- 5ª (quinta) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia; e
- 6ª (sexta) Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia;

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia pleiteou a admissão das suas ações ordinárias à negociação no segmento Bovespa Mais Nível 2 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Terceira Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 06 de fevereiro de 2019, autorizou a terceira emissão de notas comerciais da Companhia, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 400.000.000,00 e foram emitidas 80 notas comerciais com valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00.

Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 18 de novembro de 2019, autorizou a quarta emissão de notas comerciais da Companhia, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 370.000.000,00 e foram emitidas 74 notas comerciais com valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00.

Quinta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 16 de abril de 2020, autorizou a quinta emissão de notas comerciais da Companhia, em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 1.020.000.000,00 e foram emitidas 204 notas comerciais com valor nominal unitário de R$ 5.000.000,00.

Sexta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

A Diretoria da Companhia em Reunião realizada em 5 de abril de 2021, autorizou a sexta emissão de notas comerciais da Companhia, em dez séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 300.000.000,00 e foram emitidas 100 notas comerciais com valor nominal unitário de R$ 3.000.000,00.

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 27 de novembro de 2020, autorizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 485.000.000,00 e foram emitidas 485.000 debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.000,00.

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 22 de novembro de 2021, autorizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantias, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R$ 1.000.000.000,00 e foram emitidas 1.000.000 de debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.000,00.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 1ª Emissão de Debêntures foram destinados para refinanciamento de dívida e reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados para reforço de caixa, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para os negócios de gestão ordinária da Companhia, incluindo o financiamento de capital de giro da Companhia e outras atividades previstas no plano de negócios.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para aos negócios de gestão ordinária da Companhia, incluindo o financiamento de capital de giro da Companhia e outras atividades previstas no plano de negócios.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para: (i) pagamentos decorrentes da operação de aquisição de ativos (produtos e licenças) da Takeda Pharmaceuticals International AG (ou alguma de suas afiliadas, conforme aplicável) em determinados países da américa latina, recém adquiridos pela Hypera SA,; e/ou (ii) reforço de caixa da Companhia, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais foram destinados para reforço de caixa da Companhia, incluindo os negócios de gestão ordinária da Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**23/11/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de administração
Cargo e/ou função	A Companhia, o(s) Acionista(s) Controlador(es), direto(s) e indireto(s), os Administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os Associados com Acesso a Informação Privilegiada, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores (i) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, possa vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante, incluindo empregados, estagiários e outros colaboradores, e (ii) terceiros que, em virtude de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, possam vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de Informações Privilegiadas, nos termos Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021.
A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rodovia Presidente Castelo Branco, n° 3.565 - Quadra GL, lote A, Ingahi, na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, CEP 06696-000; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.eurofarma.com.br/), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a utilização de Informação Privilegiada, por qualquer pessoa a que ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de Valores Mobiliários. Para fins da caracterização do ilícito, presume-se que: (i) a pessoa que negociou Valores Mobiliários dispondo de Informação Privilegiada, fez uso de tal informação na referida negociação; (ii) Acionistas Controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal e a própria Companhia, em relação aos negócios com Valores Mobiliários de própria emissão, têm acesso a toda Informação Privilegiada; (iii) as pessoas listadas no inciso (ii), bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia ao terem tido acesso a Informação Privilegiada sabem que se trata de informação privilegiada; (iv) o administrador que se afasta da Companhia dispondo de Informação Privilegiada se vale de tal informação caso negocie Valores Mobiliários emitidos pela Companhia no período de 3 (três) meses contados do seu desligamento; (v) são relevantes, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos à matéria, as informações acerca de operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios, mudança no controle da Companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas, decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão; e (vi) são relevantes as informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência efetuados pela própria Companhia, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos a tal pedido. Esta vedação continuará prevalecendo a proibição de negociação caso esta possa interferir nas condições dos negócios em questão, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores. Ainda, no período de 15 (quinze) dias que anteceder a data de divulgação das ITR e das DFs, observado o previsto na regulação aplicável, a Companhia, os Acionistas Controladores, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam impedidos de efetuar qualquer negociação com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, independentemente do conhecimento, por tais pessoas, do conteúdo das ITR e das DFs.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do Conselho de Administração e descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações, a Resolução CVM nº 44 e a Instrução CVM n° 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Resolução CVM 44 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação está baseada nos seguintes princípios e objetivos:

(i) obediência à legislação específica, à regulação da CVM e de outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Companhia possa estar sujeita;

(ii) prestar informação completa aos acionistas e investidores da Companhia;

(iii) assegurar a disponibilidade ao mercado das informações que possam influir nas suas decisões de investimento;

(iv) assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa e continua, na forma prevista nesta Política e na regulação em vigor;

(v) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante;

(vi) possibilitar transparência e acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor;

(vii) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado;

(viii) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e

(ix) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia, aderindo às melhores práticas de relações com investidores.

Nos termos da Política de Divulgação, a divulgação de Fato Relevante deverá ser feita preferencialmente após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários sejam negociados, tanto em Entidades do Mercado brasileiras quanto em estrangeiras. Caso seja necessária a divulgação antes do início dos negócios, tal divulgação deverá ocorrer, sempre que possível, com, pelo menos, 1 (uma) hora de antecedência da abertura da sessão de negociação. Todavia, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades de Mercado sobre o assunto.

Adicionalmente, sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Como regra geral, a divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários sejam negociados, tanto em Entidades do Mercado brasileiras quanto em estrangeiras.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os Atos ou Fatos Relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o(s) Acionista(s) Controlador(es) ou os administradores entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, devendo obrigatoriamente ser adotados os procedimentos estabelecidos nesta Política com o propósito de garantir o sigilo de tais informações.

Não obstante, o Diretor de Relações com Investidores divulgará imediatamente o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo se a informação relevante se tornar conhecida, parcial ou totalmente, ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciada ou, ainda, na hipótese de a CVM ou Entidades do Mercado decidirem pela divulgação.

As Pessoas Vinculadas devem preservar o sigilo das informações confidenciais pertinentes a Atos ou Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, não utilizando essas informações para a obtenção de vantagem para si ou para outros, até sua efetiva divulgação ao mercado, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, responsabilizando-se solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. Ainda, a pessoa sujeita ao dever de sigilo que se desligar da Companhia, ou que deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem os Atos ou Fatos Relevantes, continuará sujeita ao sigilo até que tais informações sejam divulgadas ao mercado e aos órgãos competentes. Quando a Informação Privilegiada precisar ser divulgada a Associados com Acesso a Informação Privilegiada, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento desta Política, exigindo ainda que assine, perante o Diretor de Relações com Investidores, o Termo de Adesão ou contrato e/ou outros documentos assemelhados que contenham cláusula expressa de adesão à presente Política antes de lhe facultar acesso à informação.

O texto completo da Política de Divulgação da Companhia poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (https://ri.eurofarma.com.br/).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 21.